

SUMÁRIO

NOSSA CAPA 98

EDITORIAL 5

DIVERSOS

A Fôrça Pública e o Policiamento — cap. Jaime dos Santos..... 6

Coisas da Fôrça Pública — cel. Anchieta Torres 12

Viagem ao Velho Mundo — cap. Mesquita de Oliveira 14

Uma Solução — cap. Frederico R. Gimenez 20

O Cinquentenário de “Os Sertões” — Luís Tenório de Brito 26

Individualização da Pena — Agnelo C. Penteado 30

Sempre Alerta — cap. médico Flerts Nebó 34

A Imprensa aplaude a Fôrça Pública 35

Curso da E.A.O. do Exército — major Arrison de Souza Ferraz 40

Determinação e Desenvolvimento do Valor Pessoal - cap. Rodolfo Assunção 46

Atabulando — Ração Fria 51

Oh! Eu Queria — Sônia de A. Marsella 53

Secção Feminina — Rita de Cássia 56

Ocorrência Policial 59

Comentando — Hildebrando Chagas 61

Só por escrito — ten. A. Silva 62

Sétima Arte — Ortiz Monteiro 63

NOTICIÁRIO

Aniversário de “Militia” 65

Aniversário da Fôrça Pública 68

Inaugurado o novo Quartel do 6.º B.C. 75

NOTÍCIAS DAS CO-IRMÃS

Bahia 82

Rio Grande do Sul 82

Amazonas 84

Distrito Federal 85

Pernambuco 86

EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Jogos Desportivos de 1952 87

1.º Torneio de Futebol de Quadra 90

Um Monumento ao Esporte 92

Torneio Esgrimístico 93

Deixou o serviço ativo o sgt. Eliud Q. Fonseca 94

Calendário da Federação Paulista de Tiro ao Alvo 97

RECREAÇÃO

Secção de Edipo 95

PRESUNTO COZIDO *Seleto* TIPO HAMBURGUÊS

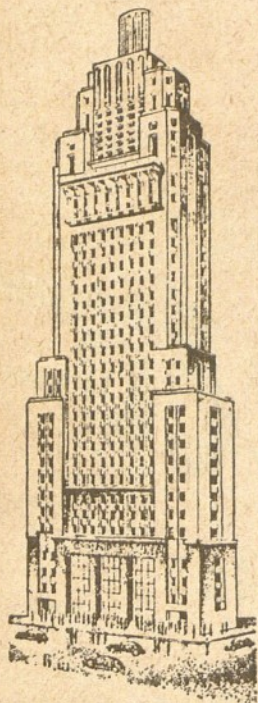
UM PRODUTO
MATARAZZO



E DELICIOSO!

Preparado com uma técnica especial, o Presunto cozido "Seleto", tipo Hamburguês, vem mantendo há anos seu padrão de qualidade perfeita, satisfazendo assim aos mais exigentes paladares!

Banco do Estado de S. Paulo S. A.



oferece aos dignos membros das nossas gloriosas forças policiais e militares brasileiras um

SERVIÇO BANCÁRIO

RÁPIDO

EFICIENTE

SEGURO.

O nosso

DEPARTAMENTO DE DEPÓSITOS,

possuidor de perfeita organização, e dotado das mais modernas máquinas existentes, está habilitado a

RECEBER DEPÓSITOS

ou

PAGAR CHEQUES

dentro de poucos minutos e sem a menor espera !

M A T R I Z :

PRAÇA ANTONIO PRADO N.º 6 — SÃO PAULO

CAIXA POSTAL, 789

Enderêço telegráfico: BANESPA

72 agências no interior do Estado de São Paulo, bem como nas cidades de: Rio de Janeiro (D. F.), Goiânia (Goiás), Campo Grande (Mato Grosso) e Uberlândia (Minas Gerais).

Eis-nos atingindo novo marco na estrada do tempo.

Os dias decorridos se nos afiguram curtos e precisos.

Os vindouros, longos e estumados.

Aquêles se concretizaram pela nossa vivência.

Êstes, pela expectativa de um simples vir a ser.

Uns constituem a segurança de que já vivemos.

Outros, a possibilidade de que viveremos.

No limite entre os dois, a vida que é.

— Assim, passado e futuro confinam-se no presente.

À medida que a vida flue, distende-se o pretérito, encurta-se o futuro e sempre permanecerá invariável o presente, linde entre êsses dois momentos.

Vida, asseveram, só existe no presente.

Entretanto o homem a revive pela memória, presente do passado, e a antevive pela intuição, presente do futuro.

Ressalta-se, pois, uma dentre as mais importantes características da vida, qual seja a temporalidade.

Vamos medindo nossa existência pelo tempo físico ou astronômico.

E, ao vencermos cada período, rejubilamo-nos pelo acontecimento, augurando aos companheiros de jornada um

FELIZ ANO NOVO!

A FÔRÇA PÚBLICA E O POLICIAMENTO

SEGUNDO DE UMA SÉRIE

SURGEM OS PRIMEIROS DESACERTOS

No entanto, quando, sobrepujando-se a si própria, foi a Corporação chamada a intervir em outros rincões da Pátria, surgiram as raízes dos primeiros erros que hoje, transformados já em sério problema, exigem do Estado acurado estudo para serem assentadas as bases de solução alta e de grande alcance. A redução de tropas da Fôrça Pública, no Estado, levou o governo a enfrentar a emergência, não com a criação de outras unidades da Milícia, mas engendrando novas corporações, apesar de tituladas de auxiliares ou reservas do policiamento, lá pelas alturas de 1924.

Como se isso não bastasse, veio depois, em 1928, o Regulamento Policial do Estado, que já nasceu superado, estreito e muito acanhado mesmo, para o dinamismo paulista.

Quem se der ao trabalho de analisá-lo, verificará, de pronto, que a Fôrça Pública não foi considerada como peça fundamental que é, da Secretaria de Segurança. Não há atribuições definidas, precisas, aos quadros, isto é, sargentos e oficiais. O subdelegado, via de regra figura não preparada, especificamente, para as elevadas e árduas funções policiais, surge como verdadeiro adjun-

to do delegado. Há os que dão relevo e dignidade ao cargo, mas podemos assegurar que, infelizmente, a experiência tem mostrado ser a falta de formação profissional dessas pessoas, aliada à ausência de exato senso de responsabilidade de umas, e apesar da boa vontade de outras, a causa de graves falhas na direção do policiamento, pelo empirismo e inoperância sempre evidenciados. Não há negar, pois, que essa situação é decorrente de um sistema que peca pela base.

O mais grave é que, como fruto dessa orientação leiga e malsã as prisões dos batalhões da Milícia e os corredores do Palácio da Justiça ou Tribunal Militar, apresentam sempre inúmeros soldados e graduados da Fôrça Pública, como réus de desídias de que muitas vezes não lhes cabe a culpa, mas sim à confusa e errada orientação desses «chefes» que, em última análise, no definir das responsabilidades nem sempre têm envergadura moral para enfrentá-las. E o executor das ordens, por estar preso à rígida disciplina militar, que muito o obriga, fica sujeito a essa verdadeira traição funcional.

E' mais do que sabido estar o executor de qualquer missão, normalmente, sujeito à influência de quem o dirige. Se a orientação claudica,

pelos motivos já analisados, acontece ainda o fato comum de não haver determinação alguma, isto é, as cousas vão ao Deus-dará para, afinal, as pedras serem atiradas sobre quem menos culpa tem, por ser o responsável menor na escala e ser antes vítima, muitas vezes, de um sistema falho, do que de inércia ou incuria funcional, propriamente. E esses elementos são justamente soldados, cabos e sargentos da Fôrça Pública que se vêem, graças à rígida organização militar da entidade, desassistidos de seus oficiais que não têm função diretiva no policiamento. No que tange a este, as leis ou regulamentos não prevêm função alguma de direção à Fôrça Pública, por intermédio de seus oficiais e graduados, siquer no próprio desenvolvimento da simples execução. Vale dizer que na escala hierárquica de responsabilidades, no cumprimento de qualquer missão policial, a Fôrça Pública vem colocada em último degrau. Exemplificando mais frontalmente: mesmo que, na execução de um policiamento — note-se que falamos, apenas, em execução — seja empenhado apreciável número de tropa, e haja oficiais comandando-a, quaisquer que sejam suas patentes, mesmo de postos superiores, ficarão eles subordinados, sem exceção alguma à autoridade policial, que, comumente, é um subdelegado. E' um paradoxo e cremos não ser preciso acrescentar mais nada. De que valem então as seleções rigorosas de valores, as exigências do segundo ciclo colegial, os deveres impostos pela formação militar, se apesar disso tudo, o policial, mesmo de categoria, fica lançado a um baixo nível de autômato, de assistente, de inoperante?

Já meditou alguém de responsabilidade na alta administração do Estado na incoerência bizarra dessa situação? Verificou o fato incrível de haver falta de elementos para o policiamento, e justamente os mais preparados para isso, devido à experiência, senso de responsabilidade e preparo intelectual, serem afastados? Afinal, é preciso colaboração ou colaboracionismo com a polícia civil? Para a primeira das hipóteses, haverá o máximo de possibilidades de êxito, em termos de consideração e respeito mútuos, numa definição digna de funções. Vale dizer: são necessários leis e regulamentos sábios e bem atualizados, traçando normas que dêem alma, vigor e entusiasmo ao policial fardado, garantindo-o em sua missão, impondo-lhe rigorosos e rudes deveres, mas em compensação, definindo-lhe as responsabilidades, preservando-o do talante de quem quer que seja. Para a segunda das hipóteses, não é necessário insistir que o problema continuará existindo enquanto não enfrentado, com agravamento contínuo, desgastando o Estado um verdadeiro patrimônio moral e funcional de tradição que é a Fôrça Pública e que não serão dinamismos lampejantes de momento, que conseguirão substituir a providência. Graças às imposições da disciplina militar, aceitará ela os erros de estrutura que vem suportando... Mas isso leva à execução passiva, desgastadora. Não é a alma que revive, organiza e prevê!

Basta ver como é feita a distribuição do policiamento fardado na Capital, intuitivamente, aleatoriamente, para concluir que a falha não é do executante e sim de falta de direção harmônica. Quem sente,

apreende as agruras e dificuldades da execução, nem é chamado a opinar, por intermédio de seus chefes. E os erros se reproduzem com as facilidades das cópias de papel carbono... Até ruas, trechos ou pontos que não mais existem, ou cuja guarda não é mais necessária são previstos em «planos de policiamento»...

Isso vem para ser executado por quem lhe conhece, de relance, as falhas. Por quem foi preparado para dirigir, comandar com eficiência, grupos de homens, em disciplina severa. — Por quem, se recebesse ordens para elaborar um determinado policiamento, organizaria plano real, eficiente e completo. — Para que, pois, perguntamos, a rigorosa preparação intelectual, funcional e moral dos quadros da Força Pública? Para ser submetido a verdadeiro suplício de Tântalo? Para sentir-se diminuído em sua pessoa humana, relegado à situação de impotência, preparado que é para função de direção, ficando sujeito à inércia? Então não vêem que isso é uma afronta ao zelo e brio profissionais? Não é essa situação um forçamento lógico à descrença e à atuação passiva?

No entanto, tudo poderia ser modificado radicalmente, havendo como que uma verdadeira ressurreição em geral, no policiamento no Estado.

MODIFICAÇÕES ADVINDAS DA REVOLUÇÃO DE 1930

Depois, com a revolução de 1930 e império da ditadura, a Força Pública não teve mais orientação segura. Foi sempre focalizada tendo

em vista revoluções e golpes planejados, quer no âmbito federal, quer no estadual. E porque certamente na época, por supremas razões de Estado, convinha mais o preparo militar, quase exclusivo, a Corporação, fiel à disciplina, cumpriu exatamente, e sempre com desprendimento, as ordens superiores, cumulativamente com os duros encargos do policiamento que sempre lhe competiu nos setores mais difíceis e ingratos.

E sobre 1932 e o muito que a Força Pública, silenciosa, heróica e tão lealmente fez, ainda não houve o ressaltar merecido de fatos, nem ainda, a compreensão do sacrifício enorme assumido por ela, em face do amargor do insucesso inevitável, fatal e confrangedor. É fácil calcular como a Milícia foi visada, após essa época, deixando de possuir, a partir de então, artilharia, aviação e espécies de armamento que eram razões de seu orgulho. Não nos referimos a isso movidos por saudoso sebastianismo, mas ressaltando verdadeira época de transição já superada.

Não deixa de ser, esse período, o final de uma fase. E com ela acompanhou ainda, a Força Pública, o Estado que a criou.

Seria lógico, intuitivo mesmo, que a Polícia Militar, por iniciativa dos Legislativo e Executivo do Estado, passasse a trilhar a estrada importantíssima do policiamento, tal a época tumultuosa que se atravessava, justamente a aconselhar essa medida, fazendo com que a Corporação se reencontrasse novamente, nos padrões de uma ou duas décadas atrás, quanto à disciplina, efetivo e aparelhamento, adaptados à nova

realidade social. No entanto, tal não aconteceu. E' preciso frizar que então, os efetivos eram — e continuam sendo — bem mais reduzidos que nas épocas mencionadas, apesar do espantoso desenvolvimento do Estado reclamar precisamente o contrário.

REESTRUTURAÇÃO MILITAR DA FÔRÇA PÚBLICA

Em 1935 novos regulamentos são adotados na Fôrça Pública. Seleção rigorosa é imposta para o alistamento de praças e atenção especial e muito direta é dedicada à formados quadros, oficiais, sargentos e cabos. Para a Escola de Oficiais, então, as modificações são mais radicais, exigindo-se seleção física, moral e intelectual rigorosas para ingresso do candidato civil ou militar, no mínimo com o curso ginásial completo, — atual 2.º ciclo — após o que havia ainda três anos de curso, em regime de internato, para acesso ao primeiro posto de aspirante.

No entanto, infelizmente, as normas adotadas foram um transplante, puro e simples, de regulamentos do Exército Brasileiro. E nem sempre condizem êstes com as finalidades policiais. Entrou portanto a Fôrça Pública, apesar de os programas de instrução insistirem que a «finalidade precípua é a instrução policial», num regime de formação quase que só militar, enquanto que os reclamos imperiosos da realidade continuaram a exigir sua participação ativa e contínua, como sempre, no policiamento de todo o Estado.

Dentro dêsses objetivos, o máximo foi feito, com real e constante interesse do Comando da Fôrça Pú-

blica, atingindo-se a alto grau de disciplina e eficiência militar. Mas, em compensação, restringiu-se a Fôrça Pública à execução do serviço de guarda na Penitenciária do Estado, Central de Polícia, onde o soldado, pela natureza das funções, não tem oportunidade de se desenvolver como policial. Pelo contrário, enquadra-se demais, automatiza-se e, eterno cansado, tresnoitado dos regimes de 24 horas de serviço por 24 horas de chamado «descanso», com instrução e revistas marcadas, inutiliza-se. E' certo, também, que as masorcas de 1935 e 1937 e o período de guerra iniciado em 1939 encontraram a Fôrça Pública perfeitamente estruturada, nesse sistema. E foi cumprida assim, mais uma fase histórica da Milícia. Ordens superiores, de interesse nacional, terão recomendado essas diretrizes. Nem o nosso intuito, neste retrospecto a vôo de pássaro, perquiriu essas razões. O que desejamos é ressaltar que cumprindo tais ordens, o elemento da Fôrça Pública sacrificou-se muito mais do que se estivera sômente no serviço de policiamento. E isso porque, em tôdas as crises ou ameaças de perturbação da ordem, a Fôrça Pública inteira, sem restrição, esteve pronta a atender aos reclamos de São Paulo. E, enquanto noutros setores da Pátria, convulsões perigosas levaram a morte e a ruína a muitos lares, São Paulo não assistiu sequer a uma demonstração mais perigosa.

O que de constante e solerte atenção e de noites e noites de penosas vigílias foram empregadas nessa segurança garantida, não é preciso insistir. Mas é ação que o povo não vê, e que não transparece co-

mo fôlha de serviço. No entanto, é uma realidade que, especialmente no último trimestre de 1935, levou a Fôrça Pública, na Capital, durante o dia nos quartéis e à noite, em patrulhas distribuídas pelos pontos principais da cidade, à pertinaz e alerta prontidão. E isso repetindo-se por muitas e muitas vêzes no decorrer de todos êstes últimos anos. Dentro do sistema militar que estruturou a Corporação, era o melhor e o máximo que se poderia fazer.

Nunca será demais pôr em relevo, insistimos, que apesar de intenso preparo militar, e talvez por isso mesmo, nesse período conturbado óra focalizado, competiu à Fôrça Pública todo o serviço de policiamento no interior do Estado. E mesmo a cidade de Anchieta, nos instantes decisivos nas expectativas de periclitacão da ordem, enconôrou sempre como vanguarda de primeira linha em sua segurança, os policiais militares de sua velha guardiã.

Assim, viu-se a Fôrça Pública ser o esteio quase único, isolado, basilar, em que o Estado repousou sua segurança, no que tange ao policiamento fardado. Mais transparece essa assertiva, quando nos reportamos à avalanche de desordens que recaiu sôbre a Paulicéia, no dia do «quebra-quebra» de bondes e ônibus. Falhou o serviço preventivo, falharam as previsões doutros setores de direcção, — nenhum dêles afeto à Fôrça Pública — de tal forma que a masorca eclodiu repentina, fulminante, organizada, nos mais diversos pontos da cidade. A confusão foi desconcertante, a angústia dos populares era profunda, e nesse verdadeiro cáos que se formou, ainda foi

a Fôrça Pública que, rápida e organizada, disciplinada e fiel às instituições, cumpriu o seu dever sem vacilar, sem a mínima hesitação, que seria fatal, pois cada instante significava agravamento alastrante da desordem.

E os sacrifícios que os oficiais, graduados e soldados suportaram, em missões que se estendiam em fases de 22 a 23 horas contínuas de viagens em ônibus e bondes, garantindo o transporte do povo, redundaram felizmente em gradual recuperação do princípio de autoridade. Nessa tarefa ingente foi empenhada tôda a Fôrça Pública sediada nesta Capital, inclusive Escolas de oficiais, sargentos e cabos, cabendo ao Corpo de Bombeiros a missão de dirigir veículos, nessa difícil emergência. Quanto a esta unidade, cumpre ressaltar o muito que tem feito pela Capital e principais cidades do interior, não só na prevençã e extincão de incêndios, como em tôdas as greves mais difíceis, em que a populaçã esteve ameaçada de sofrer a paralizaçã dos seus mais essenciais serviços.

Como penhor de eleições livres e de plena garantia de direitos, foi a graduados e oficiais da Milícia que, nos memoráveis pleitos de 1946 e 1949, confiaram as Secretarias da Segurança Pública e da Justiça missões difíceis de garantia da ordem, na Capital e demais municípios do Estado. E sôbre a dignidade nas funções e exemplar cumprimento de seus deveres, nessa ocasião, falam melhor os jornais da época e o Diário Oficial que teceu mesmo significativas e honrosas apreciações a respeito.

José Silva - Tecidos, S. A.

(Casa fundada em 1885)



Eng. Telefónico «SILVIUS»
CAIXA POSTAL, 445
TEL. 43-28-95 (REDE)

RIO DE JANEIRO, D. F.

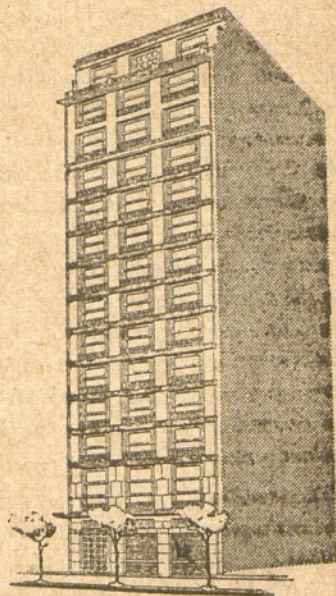
TECIDOS E ARTEFATOS DE TECIDOS EM GERAL
— IMPORTADORES E EXPORTADORES —

FORNECEDORES DAS FÔRÇAS ARMADAS, INCLUSIVE
DA FÔRÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de vendas
em SÃO PAULO (Capital)

Av. Nova Anhangabaú, 702-3.º, Sala 32

Caixa Postal, 3021 —
En. Telefónico, "SILVIUS"
Telefone: 33-2662



Sede no Rio de Janeiro

COISAS DA FÔRÇA PÚBLICA

Cel. Anchieta Torres

INSTRUÇÃO MILITAR

ORGANIZADA em bases militares, comandada de início e por anos em fora por oficiais do Exército, é natural recebesse a tropa de São Paulo, desde sua organização, instrução militar, juntamente com a instrução policial.

Qual era, porém, a instrução militar adotada? Até 1865 não nos diz a legislação ou regulamentação em vigor nada a respeito, embora, por mais de uma vez, em ordens diversas, tenhamos encontrado recomendações com referência à instrução militar.

Assim é que, em 1.º de fevereiro de 1841, ao baixar instruções a um oficial designado para o comando de um destacamento especial enviado para a Vila Franca do Imperador, entre outras coisas não se esqueceu o presidente da Província de recomendar: — *“Convém que o sr. cap. não se descuide de fazer dar a necessária instrução ás praças do destacamento, sempre que as folgas do serviço o permitirem, não só porque tais exercícios são sempre úteis ao soldado como porque é esse um meio optimo para tirá-lo da ociosidade que nunca poderá deixar de ser nociva á disciplina e á regularidade do serviço”*.

Um ano mais tarde ao comandante do destacamento mandado para a vila de Atibaia, foi recomendado: — *“... exercitará frequentemente o destaca-*

mento e com especialidade aos Domingos e dias santos antes da missa do dia, a qual assistirão sempre os soldados, para que o povo observando a pericia e destreza dos mesmos soldados no manejo das armas, lhes tenha maior respeito”.

Vemos, assim, que a tropa era instruída militarmente, e que a instrução era um meio não só de mantê-la em ordem e disciplinada, como também para fazê-la respeitada pelo povo. Só não se sabia qual a instrução adotada.

Sòmente em 1865 a lei de fixação para o ano seguinte cogitou do caso e no seu artigo 1.º, § 4.º, determinou:— *“A instrução da monobra do corpo será regulada pela ordenança portugueza”*.

Mais tarde, em 1868, esclareceu o regulamento baixado em março: — *“Ao comandante do corpo compete privativamente determinar os dias e horas para as revistas e exercícios do corpo; sempre porém, que houver de reunir-o fora do quartel, fará participação anticipada ao Presidente da Província. O manejo será o da arma de caçadores e de cavalaria ligeira”*.

Essa instrução perdeu até o fim do século passado, quando foi substituída por outra, de regulamentos organizada por oficiais do nosso Exército.

Encontramos, a respeito desta, o seguinte, em um caderno de notas do fa-

lecido ten. cel. Francisco Júlio Cesar de Alfieri, o mais chegado e eficiente auxiliar da Missão Militar Francesa: —

“Regulamentos de instrução militar propriamente dita não existiam e era esta ministrada aos recrutas por graduado e oficial mais prático, designados pelo comando e serviam-se, para a cavalaria, do regulamento do cel. Marinho da Silva e, para infantaria, do regulamento do cel. Moreira Cezar. Ambos êsses regulamentos eram os observados no Exército Federal e serviam de base para as evoluções dos pequenos elementos da milícia Paulista, nos seus raros exercícios e paradas de conjunto.

“Quanto ao ensino de campanha, tática, balística, topografia e mais conhecimentos de arte militar, ministrados nas escolas militares do Exército, na Fôrça Pública do Estado era então deficiente. Os poucos conhecimentos que ela possuía, na ocasião, herdara-os da prática de campanhas anteriores, convulsões internas e rebeliões e, também, pelo saber de oficiais oriundos do Exército que comandaram e comandavam suas unidades ou pela dedicação, estudo e experiências dos seus próprios oficiais; tanto que, só mais tarde seria possível encontrar espalhados na Fôrça alguns volumes adquiridos pelos estudiosos, do “Tratado de Tática Elementar”, do cap. de artilharia Lobo Viana, em que o autor enfeixara suas lições de arte e história militares professadas na Escola Militar do Rio de Janeiro, desde 1898 até 1904”.

E, como era ministrada a instrução militar à Fôrça Pública, no tempo da chamada instrução “Moreira Cesar”?

Ao alistar-se, era o voluntário apresentado à escola de recrutas, onde recebia apressada instrução militar e em seguida volvia à tropa, como praça pronta. E na tropa? Na tropa os exercícios eram raros. Segundo informações de velhos camaradas reformados, no fim do século passado e primeiros anos dêste século, vez por outra, determinado batalhão recebia ordem do seu comandante para formatura e exercício em certo dia. Pela manhã do dia designado, formava todo o efetivo por altura, em duas fileiras, no pátio do quartel e, então, era dividido, conforme o efetivo, em companhias e secções, sendo designados os oficiais para os diversos comandos. Organizada assim a tropa, tomava ela a coluna por quatro e saía do quartel, bandas de música e de corneteiros à frente, rumo a Santana, onde descansava. Findo o descanso, que, às vêzes, se prolongava por mais de uma hora, retornava ao quartel, não se esquecendo o comandante, quando residia no bairro da Luz, de passar com a tropa em frente à sua residência, para alegria dos vizinhos e orgulho dos familiares.

Essa a instrução militar existente na Fôrça Pública até a chegada da Missão Militar Francesa, em 1906.

Depois... Bem. Isso é outra história.

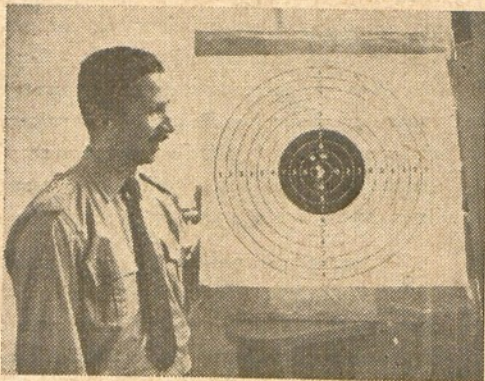
O alferes José Gomes de Almeida, organizador e primeiro comandante do Corpo de Municipais Permanentes, primitivo nome da Fôrça Pública, comandou a tropa de São Paulo por duas vêzes: — de 2 de março de 1832 a 1.º de julho de 1833 e de 1.º de outubro de 1839 a 14 de agosto de 1840.

Viagem ao Velho Mundo

Cap. Mesquita de Oliveira

EM HELSINQUE

PARTIMOS de Oslo à noite do dia 18. Tínhamos pressa, pois o dia seguinte era o da abertura das Olimpíadas e nós não queríamos perder o espetáculo. Chegamos pela madrugada. Tivemos, no aeropôrto, a primeira mostra da magnífica organização olímpica. Apesar de não sermos esperados, (de vez que quando a turma do tiro ao alvo chegou, tôdas as demais já se encontravam alojadas), logo que souberam de nossa presença, um "guia", falando várias línguas, orientou-nos junto às autoridades da alfândega, liberou nossa bagagem, acomodou-nos em um ônibus e só nos largou alojados na Vila Olímpica. A Vila Olímpica de "Kâpila" era um conjunto de prédios de apartamentos construídos por particulares com subvenção do Governo. Os construtores eram obrigados a colocarem os apartamentos à disposição do Comitê Olímpico e só dêles fazerem uso, após o término das competições. O conjunto ocupava cêrca de 300 metros de construções, de prédios de 4 andares. Dentro da Vila havia ainda correio, banco, confeitaria, teatro, lojas, etc. O restaurante funcionava a parte, sob uma construção de lona, de cêrca de 200 metros de comprimento, dividida em vários salões. Em cada salão era distribuída alimentação para determinado número de equipes. Os brasileiros ser-



O AUTOR

viam-se do salão "B", juntamente com argentinos, uruguaios, chilenos, mexicanos, etc. quase todos falando castelhano. O horário das refeições abrangia, praticamente, o dia todo, o que facilitava sobremaneira a conveniência dos atletas que podiam harmonizar as refeições com os horários das provas e sistema de treinamento. "Breakfast": das 7 às 10; almoço, das 11 às 15; jantar ou cêia, das 17 às 22.

A fartura e variedade eram impressionantes. Tomemos, por exemplo, o "breakfast": pão de 4 qualidades; bolachas de duas outras; manteiga, geléia de duas qualidades, queijo de duas ou três qualidades, melão, laranja, ameixas em calda, laranja, café, leite, cereais com leite. Isto tudo diariamente e na quantidade que quisésse-

SEGUNDO DE UMA SÉRIE



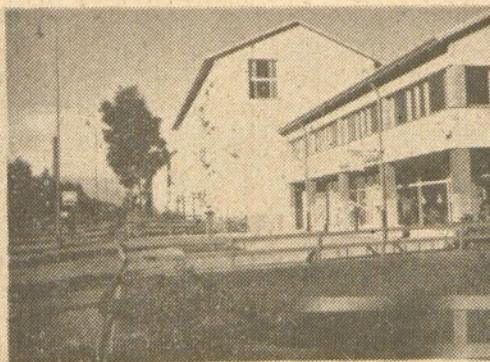
Abertura da XV Olimpíada

mos. Nas outras refeições a proporção era a mesma. Quando havia algum prato tipicamente finlandês, os comensais eram avisados para só se servirem se desejassem. Entrava-se em um corredor junto ao balcão, de posse de uma bandeja, servia-se do que apetecesse. Podia-se repetir quantas vezes se desejasse. Comida saborosa, de tipo internacional, e imaculadamente limpa. As moças que nos serviam eram bonitas, delicadas e atenciosas. Para os brasileiros havia ainda feijão preto, café nacional e, geralmente, doces brasileiros. Muito bom e diligente o cozinheiro da delegação. O que foi dito sobre a alimentação poderá ser repetido sobre todos os aspectos das Olimpíadas. Na secretaria geral obtinha-se qualquer informação. Se a pergunta era sobre as provas de natação do dia seguinte,

recebia um folheto impresso com todas as informações escritas em 4 línguas. Se a pergunta era sobre natação do dia anterior, recebia-se um folheto impresso com todos os resultados. Podia-se saber tudo sobre transporte, excursões, provas etc., instantaneamente, e com a melhor das boas vontades. O serviço de transporte foi organizado com muita inteligência. Ao longo da rua principal da Vila, distanciadas umas das outras cerca de 50 metros, havia uma estaca numerada. Sobre cada estaca o nome do destino do ônibus daquela parada, o horário daquela linha e uns azulejos com desenhos dos esportes praticados no destino do ônibus. Causa estranha, para nós brasileiros: os ônibus obedeciam religiosamente aos ho-



Symbolismo Olímpico



Aspectos da Vila Olímpica "Käpila"

rários estabelecidos. Além do transporte permanente, eram atendidos quaisquer solicitações de transportes extras que se fizessem necessários para as competições, treinamento ou embarque.

As competições transcorreram em ambiente de cordialidade entre todas as nações, numa demonstração irrefutável que o esporte vence a barreira política, passando para um plano secundário os ódios raciais, os interesses econômicos e territoriais. Os competidores todos eram aplaudidos, os vencedores homenageados sem qualquer distinção. O espírito de esportividade dominou completamente em Helsinque.

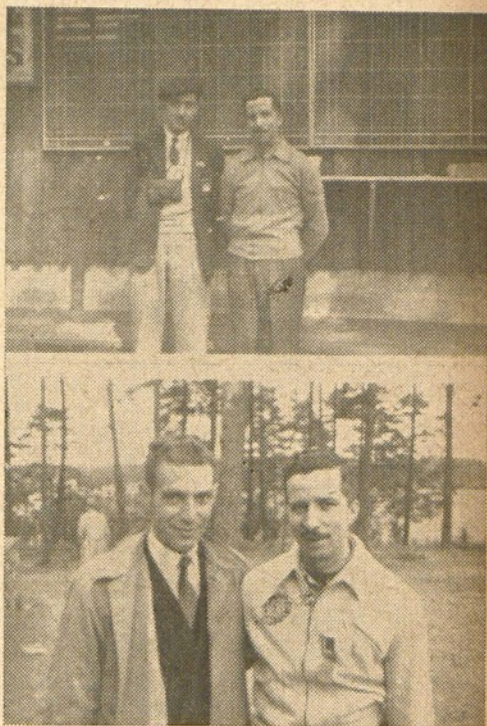
Somente os uruguaiois deram uma nota dissonante. Foi uma pena. As

competições transcorreram sob a égide da organização cronométrica. Mas dentre todas vale ressaltar as de atletismo, pelo contraste que oferece em relação às nossas. Vou descrever, para dar um exemplo, como se realiza uma série de preliminares para 100 metros rasos - moças. O estádio cheio, como sempre. O campo de atletismo, vazio. Nele só estão os fotógrafos que, vencedores da concorrência havida, têm exclusividade neste setor; e os diretores gerais das provas de atletismo. Alguns minutos antes do horário estabelecido entra em campo o conjunto de juizes daquela prova. Entram em forma e uniformizados. Cada juiz dirige-se para o local que lhe está afeto. Entram então as moças que disputarão a 1.ª série. Es-



À esquerda, Igreja Luterana; à direita, Estação Central de Helsinque.

quentam os músculos, colocam-se no local de partida, correm, são reunidas e saem do campo. Entram então as concorrentes da 2.ª série, depois as da terceira e assim por diante. Disputada a última série, os juizes entram novamente em forma e saem do campo. Assim foram realizadas tôdas as provas. Quando a prova é final, os 3 primeiros colocados sobem ao estrado dos vencedores para receberem suas medalhas, ocasião em que são hasteadas as bandeiras de seus países e tocado o hino nacional da pátria do primeiro colocado. Ouvimos muitas vêzes o hino americano mas tivemos também o nosso dia. Ademar Ferreira da Silva fêz subir, no mastro do centro do Estádio Olímpico, o Pavilhão Nacional e fêz com que vibrassem nos ares daquele lado do mundo os acordes do Hino Brasileiro e, com êles, vibraram também os corações daqueles que lá estavam. A comoção é tão grande que leva até às lágrimas. Talvez só possa compreender integralmente êste estado de alma quem esteja distante 40 horas aéreas da pátria. A assistência, acostumada à glorificação seguida de atle-



Ao alto, o dr. Alvaro dos Santos em companhia do autor, ambos representantes brasileiros na prova de pistola livre. Em baixo, o cap. Mesquita ao lado de Leon Gonçalo, o melhor atirador da Espanha e vice-campeão olímpico



Ao alto: Memner, o maior atirador mundial de armas curtas — na prova de tiro rápido às silhuetas. Em baixo, detalhe do estande, vendo-se o marcador, soldado do exército finlandês.

tas americanos, surpreendeu-se com o resultado extraordinário do atleta brasileiro que conseguiu a rara façanha de superar, na mesma prova, 4 vezes um recorde mundial. Tributaram-lhe especial homenagem, exigindo que desse a volta olímpica pela pista de atletismo e cobriram-no com grande salva de palmas e a saudação de "Da Silva, Da Silva, Da Silva". Nós todos vibramos com o espetáculo. De um modo geral, a participação do Brasil foi boa. As terceiras colocações de Teles da Conceição, no salto em altura e de Okamoto nos 1.500 metros, nado livre, são ótimas, especialmente a última, pois terceiro lugar no mundo, em

uma especialidade largamente difundida como é a natação e onde o nível técnico está altamente aprimorado, é qualquer cousa de extraordinário. Disciplinarmente a representação brasileira, acredito, tenha sido a melhor já enviada ao estrangeiro. Para mim foi uma agradável surpresa, pois no Panamericano, em Buenos Aires, a conduta de nossa representação deixou muito a desejar. A direção da equipe brasileira também foi boa, não poupando esforços para amparar, incentivar e orientar os atletas. Não podemos, entretanto, deixar de ressaltar a figura simpática e dinâmica do major Padilha. Organizador emérito, com aquela simplicidade já tão conhecida, acha meios para, sem alarde, resolver todos os problemas. No intervalo de milhão de afazeres que estavam a seu cargo, sempre achava um minuto para assistir a tôdas às provas onde houvesse um brasileiro competindo. Estava até nas provas de tiro ao alvo e isto diz tudo. A cidade de Helsinque é pequena e bonitinha. O comércio não é tão variado como o de Oslo e a vida é mais cara. Em compensação as moças são mais bonitas e o povo mais alegre, embora tão educado e cortês como o de lá. Mais acolhedor também. A vida do finlandês não é fácil. Lutam com pesados impostos para pagamento de dívida de guerra. Esperam, para o ano, libertarem-se desta carga. Embora tenham sofrido ocupação russa e alemã durante a guerra, não deixam transparecer rancor ou inimizade por qualquer déles. Acolhem a todos igualmente e montêm absoluta liberdade administrativa. Um admirável povo, o finlandês. As mulheres, em maior número que os homens, exercem as mais variadas



Ademar Ferreira da Silva, o herói brasileiro que fez subir, no mastro central do Estádio Olímpico, o pavilhão auri-verde. No clichê, quando percorria a pista do estádio do Pacaembu, ladeado pelo seu treinador, o magnífico Dietrich Gerner, ocasião em que foram calorosamente ovacionados pelo público.

ocupações, tais como cobradores de ônibus, fiscais, lojistas de tôdas as espécies, etc. O sentido sexual do povo, está no seu devido lugar. Não são indiferentes, mas não vivem só para isto. Nos chamados "banhos finlandeses" uma espécie de banho a vapor, seguido de duchas, quem executa todos os misteres são mulheres, que transitam entre homens nus com a maior simplicidade, entregando toalhas, abrindo torneiras,

fazendo massagens. Havia tal naturalidade no ambiente que nem os brasileiros conseguiram fazer malícia com o caso. Tudo tão normal que até nós, depois de algum tempo, conseguimos nos sentir a vontade. Minha prova realizou-se dia 25 e no dia seguinte, devidamente autorizado pela direção, deixei Helsinki para aproveitar a oportunidade de visitar alguma cousa mais da Europa.

UMA SOLUÇÃO

Segundo de uma série

ANTES de encetar o prosseguimento do assunto iniciado no artigo anterior, parece-me interessante transcrever o que diz o Manual de Instrução Básica do Exército, C-21-5, quando trata da Instrução das Fôrças Auxiliares.

“POLÍCIAS MILITARES”

“a) As Polícias Militares, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas como Fôrças Auxiliares, reservas do Exército.

Parágrafo único — Quando mobilizado a serviço da União, em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército (art. 183 - da Constituição da República - 18 set. 946).

b) As Polícias Militares dos Estados da Federação podem ser chamadas em tempo de guerra, a participar das operações militares, depois de mobilizadas. Podem também receber missões especiais, quer nas zonas dos exércitos, quer na zona do Interior. As demais organizações policiais — federais, estaduais e municipais — bem como as corporações de bombeiros, po-

dem ficar sob a autoridade do Ministro da Guerra, para cooperar na defesa do Território, particularmente na anti-aérea, na manutenção da ordem pública e em outras funções auxiliares. (Art. 21 da Lei de Organização do Exército — Decreto-Lei 9.099, de 27 de março de 1946).

c) Em consequência, cabe-lhes:

1) — Manter as unidades em condições de atuar eficientemente, quando empregadas, em caso de emergência, pelas autoridades federais e estaduais.

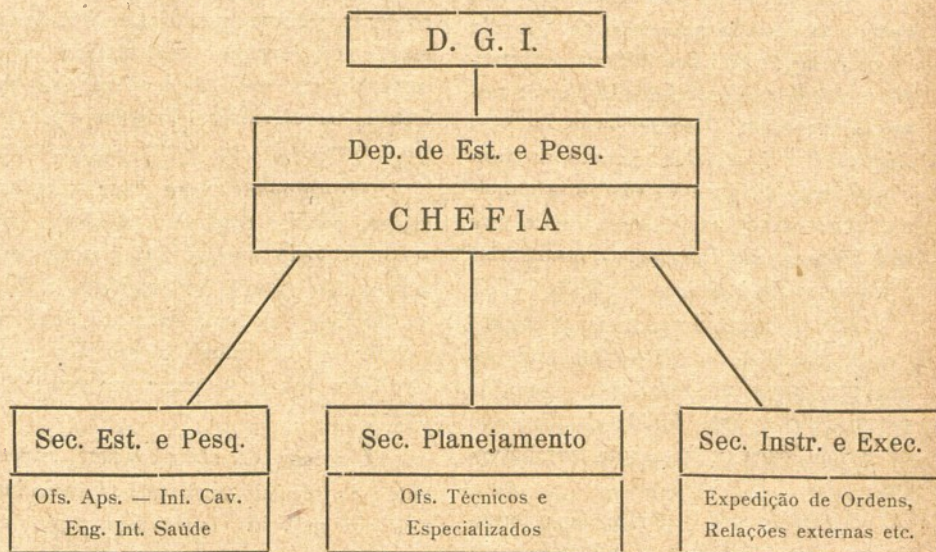
2) — Estar em condições de ser empregada com eficiência, em tempo de guerra, como reserva do Exército, de acôrdo com a letra “b” acima”.

Do supra transcrito pode-se deduzir do emprêgo das Fôrças Policiais e das diferenças entre o emprêgo delas e o do Exército regular, donde a necessidade de uma instrução adaptada. Mais forte é a razão dessa necessidade, quando se considera a Missão precípua dessas Fôrças, em tempo de paz. Tenha-se em mente ainda, que a elas é vedado possuírem aviação, artilharia e carros de combate.

Para se fazer um estudo objetivo do assunto em fóco, seria necessário, inicialmente, criar na Fôrça Pública,

podendo constituir uma dependência da DGI, ou da Secretaria da Segurança um Departamento de Pesquisas e Es-

tudos de Assuntos Policiais Militares, de cuja composição dá uma idéia o organograma abaixo:



A Sec. de Estudos e Pesquisas seria constituída por uma equipe de oficiais aperfeiçoados nas seguintes armas e serviços:

Infantaria;
Cavalaria;
Engenharia;
Intendência, e
Saúde.

Oficiais aperfeiçoados nas armas de Infantaria e Cavalaria, já os temos. Assim como êsses se aperfeiçoaram no E.B.; poderão fazê-lo também os demais, visto que na E.A.O. funcionam cursos de aperfeiçoamento para a arma de Engenharia e para os serviços de Intendência e Saúde.

Temos inúmeros oficiais formados em Engenharia, que muito bem poderiam se aperfeiçoar nessa arma, possibilitando a transformação da nossa atual

Engenharia de serviço, em Engenharia de Serviço e de Combate.

Em arma de Engenharia, portanto. Quanto à Intendência e Saúde, o problema também poderia ser facilmente resolvido, mandando-se para a E.A.O. um ou dois oficiais de administração e um ou dois oficiais médicos.

Assim teria a Fôrça uma equipe selecionada e completa de pessoal aperfeiçoado no que há de mais moderno referente ao militarismo, equipe essa que estaria plenamente capacitada a levar avante um estudo detalhado, da adaptação necessária a ser feita nos assuntos estritamente militares, afim de torná-los policiais-militares, de maneira a preencher a finalidade da Fôrça Pública nos seus dois objetivos. É de se encarecer a necessidade de elementos de Engenharia, Intendência e Saúde,

dada sua enorme importância na guerra, visível *a priori*, mas que convém ser salientada em alguns pontos.

A Engenharia na função Policial militar terá vasta aplicação no que diz respeito a destruições táticas, construções, reconstruções, neutralização de minas e armadilhas, conservação de vias de transporte, estudos técnicos de funcionamento de grandes distilarias, moinhos, represas, usinas elétricas e um sem número de instalações necessárias à manutenção e defesa da Z.A. e Z.I.

Não é menos importante o emprêgo da Intendência, visto que dela dependerá quase na totalidade o auxílio a ser dado à Intendência do Exército no apóio logístico às tropas combatentes.

Assim é que poderia ser orientado seu estudo no que se relaciona com direção, administração e financiamento de grandes empresas de transportes, depósitos e armazens de várias classes de material de guerra e de toda sorte de material civil, cuja proteção, controle e produção seja necessário manter em caso de guerra, de calamidades ou de outro motivo qualquer.

Do serviço de saúde pouco se tem a dizer pois é patente e evidente seu emprêgo tanto na paz como na guerra. Há necessidade, entretanto, de termos alguns médicos aperfeiçoados militarmente para estarem em condições de dar sua contribuição ao *esfôrço conjunto* que a Fôrça Pública precisa e deve fazer, o mais breve possível, a fim de manter sua tradição de pioneira no Brasil em vários empreendimentos, colocando-se à frente, uma vez mais, na solução desse magno problema que ora a todos preocupa: a atualização das Polícias Militares e sua integração na evolução geral atual.

Uma vez formado o Departamento de Estudos e Pesquisas, poderia êle instituir concursos para ensaios sôbre os diferentes assuntos ou matérias a explorar, receber sugestões, colher dados estatísticos, explorar os trabalhos apresentados, por meio de conferências, palestras, ou discussões dirigidas onde seriam ressaltados os pontos importantes.

Naturalmente todos êsses trabalhos teriam carater reservado e alguns até secretos, visto que seriam a base para planos de defesa e de emprêgo da Fôrça Pública, cujo conhecimento deve ser restrito a determinados escalões e só revelados aos executantes em momento oportuno.

A secção de planejamento, constituída de oficiais técnicos e especializados em questões industriais, agrícolas, comerciais, econômicas, de incêndios, comunicações, paraquedismo, eletrônica, psicologia, etc., ficaria afeta a elaboração dos planos de operações a serem postos em prática mediata ou imediatamente, baseados nas soluções possíveis apresentadas pela Sec. de Est. e Pesquisas.

Caberia posteriormente à Sec. de Instr. e Execução, o trabalho de seleção e preparação do pessoal para cada plano, expedição de ordens, relações externas com os poderes públicos, enfim, medidas necessárias à concretização da execução dos planos.

A título de exemplo citaremos um ou dois casos concretos de atividades tático-policiais.

Sabemos que os transportes, seja do povo, nas grandes cidades, seja de material nas vias de transportes, constituem na paz a base da continuidade do progresso, e na guerra são de vital importância para a vitória.

O ideal é, pois, impedir solução de continuidade tanto num caso como no outro.

Na paz, impedindo as greves, os grandes desastres, os "quebra-quebras", ou neutralizando os efeitos desses acontecimentos.

Na guerra, idem, tendo a considerar o aumento de intensidade do tráfego e a multiplicação de fatores destrutivos com a inclusão de novos elementos negativos tais como sabotagens, bombardeios, e destruições táticas.

Nesse caso, cabe aos responsáveis pela continuidade dos serviços, a tarefa de reconstruir, redobrar a vigilância, controlar, acionar, e, muitas vezes, executar o próprio serviço.

Compreende-se, pois, que para o cumprimento de tal missão é necessário que se faça, antes de mais nada, um planejamento de defesa não só dos veículos como das vias de transportes, aplicável na paz para o progresso, e na guerra para a vitória.

Daí a necessidade do conhecimento da sua localização e das causas prováveis de paralização.

Para localização, nada melhor do que uma planta da região ou de uma coleção de fotografias aéreas das cidades, assinalando-se os pontos críticos; as estações, os grandes cruzamentos, as obras d'arte, etc.

Contra as causas de paralização, inúmeras medidas preventivas podem ser tomadas ou sugeridas a quem de direito.

No caso de fracasso dessas medidas (suponhamos em relação a uma greve, que é comum na paz; ou falta de pessoal, que é comum na guerra),

deve estar a Fôrça em condições de executar o serviço tanto quanto possível na porcentagem normal, ou de formar pessoal habilitado de emergência.

Deve, possuir, pois, equipes de motoristas, maquinistas, motorneiros, pilotos, etc.; equipes de elementos conhecedores dos principais ramos de atividade na direção, seja de uma estação ferroviária, seja rodoviária, seja de um aeropôrto ou de um pôrto marítimo.

É bem verdade que a Fôrça Pública de São Paulo já tem em germe quase tôdas essas equipes, e já teve mesmo oportunidade de aplicar algumas, mas ainda não há um planejamento, uma coordenação para casos de grandes acontecimentos. Tem, como se sabe, equipes de execução; faltam-lhe as de direção.

Estas podem ser preparadas por meio de estágios nas emprêsas competentes.

Ter-se-ia, na paz, um serviço mais eficiente de fiscalização e contrôle dos transportes, tráfego, trânsito, é, eventualmente, direção nos casos de emergência, já orientados para sua intensificação no caso de grandes calamidades públicas ou de guerra.

Outro caso concreto que pode servir de exemplo é o de conservação e proteção das grandes usinas elétricas, estações transformadoras de energia e as linhas de transmissão.

É de suma importância êsse setor, pois tôda a indústria repousa na energia elétrica.

Dela depende ainda o fornecimento de água à população. Na paz basta somente proteger essas usinas, contra grevistas e sabotadores.

Na guerra, além de proteção e defesa, é necessária a reconstrução tão

imediate quanto possível e para tanto, pessoal especializado.

É claro que haveria sempre pessoal civil especializado para tal mister, mas não é menos claro que muitas vezes será necessário coagir êsse pessoal a executar êsse trabalho. Para essa coação, além da proteção que se lhe deve dar, é imprescindível possuir conhecimentos, ainda que gerais, sôbre os princípios de funcionamento de uma grande usina. Já temos, na Fôrça, o pessoal do Serviço de Comunicação (Transmissões), com os especialistas em eletricidade, rádio, telefone e eletrônica. É questão, pois, de planejamento para emprêgo tático-policia, em coordenação com o pessoal da Engenharia. Não devemos nos esquecer que temos centenas de elementos incapazes até de substituir um simples interruptor.

Tôdas as oportunidades devem ser aproveitadas para dar a êsses elementos noções, mesmo que rudimentares, sôbre a eletricidade e seu emprêgo, habilitando-os quando mais não seja, pelo menos a saber agir no caso da necessidade de isolar um fio de alta tensão rompido na via pública, ou para a retirada de alguém, preso a um dispositivo elétrico, sem perigo para si próprio.

Inúmeros exemplos de atividades tático-policiais poderíamos citar e o faremos futuramente, apresentando, inclusive, a título de maior objetividade, um

tema tático-policia nos moldes dos temas essencialmente militares.

Pode parecer que esta "Uma Solução" apresentada, seja uma experiência perigosa, mas estou certo de que não o será.

Na verdade ela já está esboçada na Fôrça Pública, e só falta dar-lhe uma forma mais concreta, mais condensada, mais clara e mais objetiva.

Na era da bomba atômica, não pode a Fôrça Pública temer as idéias novas. O dogmatismo sistemático, sim, deve ser temido, que êste leva à derrota, pois impede a preparação contra os imprevistos pela eliminação da flexibilidade de raciocínio.

Nota — Cabe aqui esclarecer que o termo transmissões na sua concepção militar foi substituído pelo de Comunicações. Os regulamentos modernos já trazem essa modificação. Para identidade de linguagem e unidade de doutrina é interessante que a Fôrça Pública mude o nome de Serviço de Transmissões para Serviço de Comunicações. Neste artigo ou nos subseqüentes, quando se disser Comunicações, deve-se entender Transmissões. As vias de comunicações hoje vias de transportes.

— :: —

No próximo artigo (3.º) abordaremos o emprêgo da Engenharia na tática policia-militar, e focalizaremos mais alguns aspectos do problema em tela.

NOSSOS CLICHÊS SÃO CONFECIONADOS

PELA GRAVARTE LTDA.



... dois coelhos de uma cajadada

SARIDON "ROCHE"
contra a dor - contra a febre

PRODUTOS ROCHE

Químicos e Farmacêuticos S. A.

Rua Morais e Silva, 30

RIO DE JANEIRO, D. F.

O Cinquentenário de “Os Sertões”

Luiz Tenório de Brito

INICIOU o general Canrobert Pereira da Costa a sua notável conferência sobre Euclides da Cunha, agradecendo ao governador Lucas Nogueira Garcez, o qual — convidando-o para abrir a exposição euclidiana da Biblioteca Municipal — levou-o ao sumo prazer espiritual de reler “Os Sertões”.

A observação é interessante, embora eu acredite que o antigo ministro da Guerra repassasse as páginas do grande livro, independentemente de ter que sobre êle falar, como aliás o fizeram, neste ano jubilar, quantos o contam sobre a estante.

Quanto a mim, foi o ano de 1952 referto de reminiscências de “Os Sertões”. Melhor dizendo, desde 1909 que a figura singular de Euclides da Cunha povoa-me a imaginação de sentimental e humilde estudioso da vida brasileira.

Chegado pouco antes a São Paulo fugindo ao drama nordestino das sêcas, li com emoção indescritível as homenagens que “O Estado de São Paulo” prestou ao seu grande colaborador, após a tragédia da Piedade. Atraído então para “Os Sertões”, senti que jamais nenhum outro escritor melhor traduzira a dor imensa que flagelá a alma heróica do nortista.

De lá para cá outra coisa não tenho feito senão reverenciar-lhe a memória, sob diferentes formas.

Lembro-me de que, ouvindo, em 1916, uma conferência de Coelho Neto,

sobre Euclides da Cunha, cheguei a me conformar um tanto com a trágica realidade do desaparecimento do semideus. Até então não podia compreender que o fio de uma existência, a meus olhos tão longe da miserável contingência humana, pudesse ser assim cortado de modo tão brutal e humilhante como fôra aquêle.

É que o maravilhoso estilista maranhense pôs sob os olhos atônitos do auditório, com aquela sua peculiar e incisiva forma de dizer, o precaríssimo estado de saúde do autor de “A Margem da História”, revelado pela autópsia, no momento em que foi abatido. Segundo o emérito conferencista, a arma que abateu Euclides da Cunha havia morto um cadáver. . .

* * *

Do auto que, em meados de janeiro do corrente ano, parou além da ponte sobre o Vasabarris, desceram os meus companheiros de viagem. Eram êles: minha mulher, Fausto Ribeiro de Barros e senhora, Tito Lívio Ferreira e Narciso Dal’Molin. Estávamos em frente ao monumento que o patriotismo e a ternura dos construtores da Transnordestina alí fizeram erguer, em homenagem às vítimas do tremendo episódio, sem distinção de côr partidária.

Compõe-no velho canhão que lá ficára perdido, entre as ruínas de Canudos, montado sobre pedestal de pedra, cal e cimento. Aquela boca sinistra que tanta metralha cuspiu sobre o infeliz



CANUDOS — O velho canhão transformado em monumento. — Homenagem aos que morreram combatendo os fanáticos de Antônio Conselheiro.

jagunço entocado na cidadela de Antônio Conselheiro, volta-se hoje para o céu sem nuvens do sertão ressequido, como que a implorar a indulgência e melhor compreensão dos responsáveis pelos destinos da pátria.

Além desse bronze, de trágica memória, nada existe que lembre o arraial maldito. Só os acidentes geográficos que o rodeiam, por serem eternos: o rio de água salobra nas cacimbas fundas do leito sem correnteza; ao fundo, a serra do Monte Santo, e mais próximo, o famoso Morro da Favela e outros de menor importância, assinalados, todos eles, nas imortais páginas de "Os Sertões".

Um prédio escolar de construção moderna, algumas casas esparsas pelas

encostas pontilhadas pelos cardos, pelas bromélias e pelas caatingueiras - eis tudo o que se vê no estreito vale.

Mudos, sentiam os itinerantes, em turbilhão, o torvo drama que ali se desenrolou há 50 anos passados.

Com os olhos abrangiam eles esse mesmo cenário hoje apenas modificado pela magnífica rodovia que lhe passa rente, enquanto se volta o pensamento para o grande livro que o tornou conhecido, immortalizando-o.

E dentre os escombros a que se reduziu o Canudos de outrora, e que a imaginação procura reproduzir naquela tarde claríssima de sol em declínio, emerge a figura bravia e torturada de Euclides da Cunha, ora alinhando dolorosas impressões de atos cruelíssimos

da guerra monstruosa, ora dando asas ao gênio da ciência que nele refulge, modelando "Os Sertões". Todos os reinos da natureza foram aí focalizados, com segurança e propriedade. Das geniais observações de Euclides da Cunha, são, porém, as que referem à flora as que mais interessam ao sertanejo, talvez porque sejam as que mais de perto falem à sua sensibilidade. Realmente. Causa espanto a agudeza com que êle separa os grupos botânicos da caatinga, descrevendo-lhes, em pinceladas indestrutíveis, características e finalidades ligadas a cada qual dêles. Assim, no que se refere ao umbuzeiro, árvore sagrada do sertão, ao joazeiro e àquela que deu o nome ao lugar - Canudos - à favela e muitas outras. A última citada é uma espécie aspérrima, de galhos retorcidos e pequeno porte, de largas folhas revestidas de finos e agressivos espinhos, folhas essas que ao caírem, quando maduras, servem de alimentação a dois únicos animais que as comem: a cabra e o jumento, os mais fortes viventes que por mais longo tempo resistem ao suplício do inferno cinzento da sêca. Aliás, sôbre a denominação de favela, é oportuno lembrar curiosa extensão de sua influência, já nos domínios do folclore. Terminada a

guerra, muitos soldados, ao chegarem ao Rio de Janeiro, com baixa do Exército e sem ponto econômico de apóio, ocuparam um dos montes que circundam a capital do país, pintalgando-lhe a fisionomia de barracões de feitiços diversos e matizes vários, batizando-o depois com o nome de "Morro da Favela". Era uma evocação ao outro - o de Canudos - tão freqüentemente referido em "Os Sertões".

Livro complexo e profundo na sua composição, ainda hoje desperta, em diferentes setores, sérias controvérsias como aquela a que há pouco assisti. Inteligente e culta funcionária especializada, ao fazer a revisão de certa biblioteca, sentiu-se dominada pela dúvida: como classificar "Os Sertões"? Presentes, ilustres homens de letras, consultou-os. E vieram os inevitáveis debates. Achava um que deveria ser como obra histórica, outro, sociológica, um terceiro opinava pela sua inclusão entre os trabalhos de ciência, enquanto que havia quem entendesse tratar-se de literatura.

É que "Os Sertões" são tudo isso ao mesmo tempo, palpitando vigorosamente, em cada página, o gênio multiforme de EUCLIDES DA CUNHA.

Comércio e Indústrias Arguiso Ltda

FORNECEDORES DA FORÇA PÚBLICA,
EXERCITO E REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Rua Duque de Caxias, 925

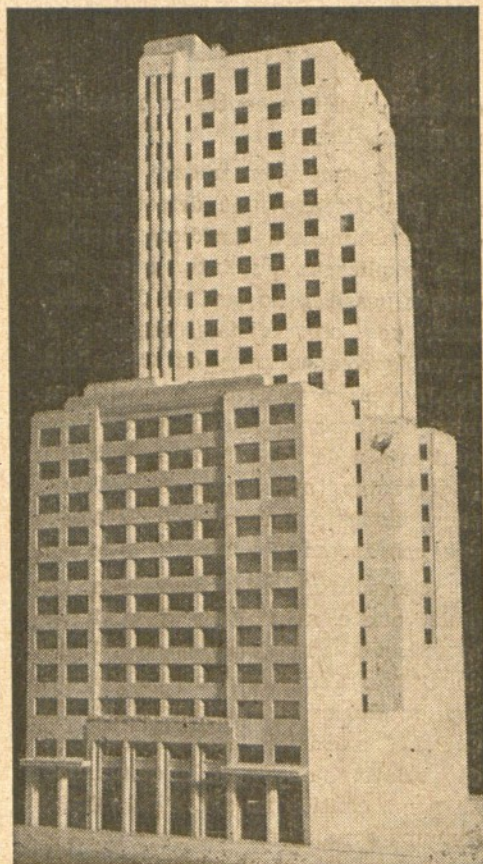
Caixa Postal, 4062

Fone 36-2397

End. Teleg. «ARGUIISO»

— SAO PAULO

COMPANHIA NACIONAL DE TECIDOS



Fachada do edifício — sede, em São Paulo

Secção especializada em fornecimentos às Repartições Públicas, a cargo dos srs.

CIRILO ELOY PESSOA DE
BARROS

- e -

WALTER DO AMARAL

— :: —

TELEFONES:
Rede Interna

33-5129
33-5120
33-6644

RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 700-722

CAIXA POSTAL, 192

END. TELEGR. "TECIDOS"

SÃO PAULO

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

Agnello C. Pentecado

Juiz Auditor Suplente da Justiça
Militar do Estado de S. Paulo.

Uma das características processuais, na Justiça Militar, é constituída pela competência outorgada no C.J.M. ao Conselho de Justiça, seja êle permanente ou especial, para conhecer e julgar, além de processar, os delitos todos previstos na legislação penal militar, salvo — é óbvio — os de competência originária do Tribunal. Assim, em primeira instância, não é encontrado o juízo singular, como na justiça comum.

Dai, em se formando os Conselhos de Justiça, com oficiais sorteados, estes não se limitam a ser, como nos julgamentos perante o júri, simples juizes de fato, isto é, apenas jurados, que não decidem sobre o direito. Constituem, os componentes dos Conselhos, verdadeiros juizes de direito e de fato, revestidos de competência para apreciar o crime, julgar o criminoso, interpretar o direito e determinar a condenação.

E uma das dificuldades que, no exercício das altas funções de Membros dos Conselhos de Justiça, encontram os oficiais sorteados, já que dos mesmos não se poderá exigir conhecimentos técnico-jurídicos, é o da individualização da pena, princípio constitucional agasalhado no Capítulo dos direitos e garantias individuais (art. 141, § 29, da Constituição Federal) e que representa uma das mais importantes vitórias

da escola positiva contra os clássicos, no Direito Penal.

Aqui, conseqüentemente, não temos por objetivo uma demonstração de conhecimentos jurídicos, porém uma explicação sucinta, e precisa quanto possível, no sentido de esclarecer aos srs. oficiais, sujeitos a serem sorteados para os Conselhos de Justiça, e possíveis leitores, em uma das suas atividades peculiares, qual seja a da aplicação da pena nos julgamentos, atendendo, dessa maneira, aliás, a inúmeras solicitações que nos foram dirigidas.

Devemos observar, antes de mais nada, que o art. 57 do C.P.M., é reprodução «*ipsis litteris*» do art. 42 do Código Penal comum, pois «passou a fazer parte integrante do C.P.M. o critério da indeterminação relativa, ou da individualização da pena, contido no art. 42 do C.P. comum, e modernamente aconselhável em qualquer legislação penal», na palavra de Silvio Martins Teixeira, da Comissão Revisora do atual C.P.M., pelo que as citações que eu venha a fazer da boa interpretação do art. 42 do C.P. comum, ajustam-se perfeitamente ao art. 57 do C.P.M..

No regime do direito anterior, ao Juiz não era dado condenar, desde que tal fôsse a hipótese, a não ser nas penas fixadas invariavelmente

para cada figura delituosa, e na escala determinada. No atual, face ao art. 57 do C.P.M. ao Juiz é facultativo um certo arbítrio benéfico no que diz respeito à espécie da pena a ser aplicada á sua quantidade. Para cada delito prevê, o C.P.M., não uma pena, mas um mínimo e um máximo, dentro dos quais o Juiz vai encontrar a quantidade que mais lhe pareça justa para o caso sob a sua apreciação, bem assim a qualidade da pena quando são elas alternativamente dispostas, e isto porque, ao legislador penal seria impossível predeterminar a pena justa, a pena merecida, a pena adequada a cada fato delituoso, eis que se os mesmos crimes cabem dentro de uma definição «a priori», quando apreciados concretamente muitas são as diferenças que apresentam a começar dos motivos que levaram o agente a delinqüir até o modo de sua execução e as suas conseqüências, pelo que um crime — como tudo na vida segundo a lição magistral de Rui Barbosa — não é jamais igual a outro crime.

Reza o art. 57 do C.P.M.: —

«Compete ao Juiz, atendendo aos antecedentes e à personalidade do agente, à intensidade do dolo ou grau de culpa aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime: I — determinar a pena aplicável, dentre as cominadas alternativamente; II — fixar, dentro dos limites legais, a quantidade de pena aplicável».

Ensina Nelson Hungria, indistintamente um dos mais festejados juristas pátrios da atualidade, que no cálculo a fazer-se, segundo o artigo

citado, não devem entrar as **circunstâncias legais** (atenuantes ou agravantes comuns) e as causas de especial aumento ou diminuição, pois que aquelas e estas só serão atendidas, sucessivamente, depois de apurada a **pena-base**, isto é, a pena primacialmente fixada na conformidade do citado artigo, que marca critérios de orientação para toda vez que o Juiz tenha de exercer o seu **poder discrecional**, isto é, na **fixação** da pena fundamental «in concreto» (uma vez que a lei fixa os limites da pena, prevendo-a «in abstracto») e na ulterior fixação do aumento ou diminuição da mesma, quando não haja limite de quota ou a quota possa variar, embora dentro de determinados limites; mas, no **cálculo da pena-base**, só devem entrar as **circunstâncias judiciais** (cabíveis no quadro do art. 57 citado), abstraidas as **circunstâncias legais** e as **causas de especial aumento ou diminuição**, pois de outro modo, umas e outras, entressachadas, funcionariam duas vezes, isto é, no cálculo da pena base e no cálculo dos aumentos ou diminuições subseqüentes.

Deve, portanto, o Juiz, numa **primeira operação** considerar as **circunstâncias** do art. 57 do C.P.M., que são as **judiciais**, deixadas pela lei ao seu prudente arbítrio, de acôrdo com os elementos colhidos nos autos, já que o conteúdo do art. 57 não é constituído de agravantes ou atenuantes inominadas, mas de **critérios diretivos** no uso do arbítrio judicial, nada tendo a ver com as **circunstâncias** dos arts. 59, 62, 63 e 64 do mesmo C.P.M.. Fixada, então, a **pena-base** de acôrdo com «os antecedentes do réu, a intensidade

do dolo ou grau de culpa, os motivos, as circunstâncias e conseqüências do crime», passa o Juiz a examinar as **circunstâncias legais** de aumento ou diminuição de pena encontradas na parte geral do Código, nos limites do mínimo e máximo, ou seja, a examinar as **agravantes e atenuantes**. É a **segunda operação**. Verifica, finalmente, se há **causas especiais**, contidas na parte especial do Código, obrigatórias ou facultativas, de aumento ou diminuição de pena, em quantidade fixa, ou dentro de determinados limites também, como por exemplo as dos parágrafos 1.º e 2.º do art. 198 do C.P.M. e que constitui a **terceira operação**.

Temos, com o exposto, que a lei prevê a pena «in abstracto»; com a primeira operação, obedecendo ao determinado no art. 57 do C.P.M., encontramos a pena-base que, passando sucessivamente pelas outras duas operações, se torna a **definitiva**, aquela que deve ser aplicada ao réu. É de se notar que, na falta de circunstâncias atenuantes ou agravantes, e, ainda, de causas especiais que a alterem, a pena-base passa a ser, automaticamente, a definitiva.

O douto Ministro Goulart de Oliveira, em brilhante Acórdão do Supremo Tribunal Federal, do qual foi relator, (Arq. Jud. 69-308) faz completa exposição do sistema do atual C.P. comum, que é o mesmo, como já disse, do C.P.M., relativo à aplicação da pena. Depois de apreciar o poder discricionário do Juiz para aplicar a pena, afirma: «No art. 42 do C.P. (art. 57 do C.P.M.), o legislador pátrio, regulando a fixação da pena, determina atenda o Juiz aos antecedentes do réu, quer

dizer, aos seus antecedentes judiciais, de qualquer natureza; à sua personalidade, indagando, portanto, sobre o seu caráter, sondando-o, pesquisando as suas qualidades morais; à medida da intensidade do dolo ou grau de culpa, e pois sua maior ou menor resistência, intensidade de solicitações, variedades de graus de culpa; premeditação; aos motivos determinantes, qualidade e natureza desses motivos e, finalmente, às circunstâncias e conseqüências do crime».

A propósito escreveu José Duarte (R.F. 90-318) — «Que são coisas diversas as circunstâncias de que cogita o art. 42 (art. 57 do C.P.M.) e as que se enumeram nos arts. 44 e 48 (arts. 59 e 62 do C.P.M.), não há a menor dúvida, já o salientei. E, por demais, ainda lembraria: a) o motivo ou móvel da ação é estranho à noção de dolo; b) não há, entre as agravantes do art. 44 (art. 59 do C.P.M.), conseqüências do crime; c) o grau de culpa não se infere em nenhuma circunstância agravante legal; d) as condições antropológicas que se examinam no art. 42 (art. 57 do C.P.M.), não serão abrangidas no art. 44 (art. 59 do C.P.M.); e) como observa Manzini, levaremos em consideração, apenas, na fixação da pena-base, circunstâncias que não sejam, excepcionalmente, agravantes ou atenuantes».

Tais considerações, procurando estabelecer as diversas operações para a individualização da pena e demonstrar as diferenças entre as circunstâncias judiciais — as do art. 57 do C.P.M. — e as circunstâncias legais, agravantes (art. 59) e atenuantes (art. 62) da parte geral do

C.P.M., bem como das causas de aumento ou diminuição da pena, encontradas na parte especial, às vezes obrigatórias e em quantidades fixas, como, por exemplo no parágrafo 4.º do art. 181, e, às vezes facultativas e em quantidades variáveis, como no parágrafo 1.º desse mesmo art. do C.P.M., eram necessárias pela tendência que temos notado, nos julgamentos submetidos aos Conselhos de Justiça, de completa fusão de todas essas circunstâncias, bem distintas sob o prisma jurídico.

Por outro lado, merece acentuar que a pena-base, pela influência das atenuantes e agravantes não poderá ultrapassar, para ser definitiva, nem o mínimo e nem o máximo fixados «in-abstracto» para a punição da espécie delituosa, donde desde que seja

ela, pelos elementos referidos no art. 57 do C.P.M., fixada no mínimo não poderá qualquer circunstância atenuante trazê-la aquém do mesmo, igualmente se verificando quanto à sua fixação no máximo, que as circunstâncias agravantes não poderão elevar. Todavia, as causas de aumento ou diminuição, previstas na parte especial do Código, não têm os seus efeitos neutralizados pelos limites da pena «in abstracto», como as agravantes e atenuantes que se tornam inoperantes, o que também acontece quando estas circunstâncias legais são qualificativas do crime ou dêle elemento constitutivo.

Prosseguiremos, oportunamente, com a interpretação acessível dos arts. 57 e demais, do C.P.M., que regulam a aplicação da pena.

COOPERATIVAS REGIONAIS:

Santa Isabel — Jacareí — Santa Branca — São José dos Campos — Paraibuna — Taubaté — Pindamonhangaba — Roseira — Guaratinguetá — Lorena — Valparaíba — Aguai.

COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

Regist. M. A. sob n.º 4 e S.A. sob n.º 47

Escritório e sede central: (Diretoria 9-2658
Rua Dr. Almeida Lima, 523 Fones (S. Comercial . . . 9-2659
SÃO PAULO (S. Técnica 9-2681

SEMPRE ALERTA!

Cap. médico Flerto Nebó

Quem de nós, na meninice, não terá ouvido êste brado: — *Sempre Alerta!*?

Para os que o ignoram, diremos que com essas palavras saúdam-se os Escoteiros.

Todo aquêlê, que uma vez foi Escoteiro, desta ou daquela tribo, nunca mais, em sua vida o deixará de ser. Terá sempre o orgulho de ter pertencido a essa Família Universal que é o Escotismo.

Entrar em detalhes, de sua origem, de seus feitos, de suas glórias, não nos interessa no momento.

Desejamos, simplesmente, fazer uma pergunta: por que a nossa Fôrça Pública, não cria o seu Grupo de Escoteiros?

Formariam essas Tribus e seus Clãs os filhos de nossos oficiais e praças, irmanados no lema honroso de "Servir ao Brasil"!

Contando, como conta, a nossa gloriosa Fôrça Pública, com esplêndida praça de esportes (na Escola de Educação Física), de ótimo local como o C.F.A., para a aprendizagem, com formidáveis Colônias de Férias, como a de São Vicente, e agora ainda mais enriquecida pela de Campos do Jordão, que mais

nos falta, a não ser um pouco de boa vontade, para a organização de um modelar Grupo de Escoteiros?

Ao invés dêsses futuros homens do Brasil permanecerem pelas ruas, colecionando "figurinhas", lendo histórias irreais de "super-homens", freqüentando sessões cinematográficas (que raramente são educativas), poderíamos com o Escotismo, ensinar-lhes cousas e feitos de nossa história e de nossos maiores, educando-os para a vida em sociedade, tornando-os melhores conhecedores de nossa geografia, proporcionando-lhes maior confiança em suas ações para o futuro, e sôbre tudo cultivando o espírito da Irmandade hoje tão esquecido por todos.

Fica, pois, lançada a idéia.

Sabemos que na Fôrça Pública, inúmeros oficiais e praças foram escoteiros, e que ao simples desfilar de uma tribo, revivem aquêles anos de suas infâncias e sorriem, satisfeitos, ao verem passar garbosos aquêles que os sucederam nas Tribus e que amanhã os sucederão na nossa Milícia.

Ex-escoteiros, pertencentes à Fôrça Pública, unamo-nos e revivamos em nossos filhos os Princípios Sadios do Escotismo!

Os amigos são presentes que damos a nós mesmos.

R. L. STEVENSON

A IMPRENSA APLAUDE

A FÔRÇA PÚBLICA

A Imprensa Paulista não tem regateado aplausos à sua centenária Milícia, principalmente no que se refere aos novos setores de policiamento há pouco inaugurados, quais sejam: Polícia Rodoviária, Departamento de Policiamento Econômico, Polícia Florestal, Policiamento de Trânsito, Escola Oficial de Trânsito, Postos de Bombeiros no interior do Estado, e outros.

Dado o grande número de jornais diários — 23 só na Capital — tais apreciações elogiosas nem sempre são lidas pelos componentes da Corporação, o que, sem dúvida, viria estimulá-los na prestação de tão relevantes serviços públicos. Por isso, MILITIA inicia, neste número, a transcrição de alguns conceitos ultimamente publicados, com referência aos componentes da Fôrça, empenhados em prestar bons serviços ao povo, que paga impostos para nos manter.

O combativo jornalista Eduardo Palmério, na sua secção, «Doa a Quem Doer», em 10-X-52, escrevia, sob a epígrafe «Gatunagem», o seguinte:

«Vai a COAP agir contra os mecânicos desonestos, os proprietários de oficinas de conserto de automóveis que vivem de um verdadeiro e cotidiano assalto à bolsa dos incautos. Em geral, os novos donos de carros de passeio, de automóvel não enten-

dem níquel, e ao primeiro desarranjo procuram uma oficina que logo percebe a ignorância mecânica do freguês e trata de tirar-lhe a pele em boas condições. É verdadeiramente inacreditável o que fazem tais gatunos. Não faz muito, um amigo nosso, vendo que os freios de seu carro não funcionavam a contento levou-o a uma oficina especializada. Disse-lhe o dono que o carro exigia uma substituição total das lonas, das borrachas, etc. e tal, cobrando-lhe pelo serviço mil cruzeiros. E era barato... Alguns dias depois, os freios falhavam novamente. Foi à outra oficina, e nesta última verificaram que nada fôra feito a não ser o reenchimento de óleo para o funcionamento hidráulico. As lonas e as borrachas não tinham sido trocadas, eram as mesmas, já gastas e estragadas. Nosso amigo não voltou lá. A vergonha de ter passado por otário impediu-lhe de pedir explicações ao vigarista. E tal como esta existem inúmeras oficinas em São Paulo. Não acreditamos na COAP, mas mesmo assim, vemos com prazer sua atitude, pois é possível que o mêdo faça com que tais meliantes arrefeçam sua criminosa cupidez. Que cobrem caro, está certo. Mas que, ao menos, cobrem o serviço feito, as peças empregadas, e não façam como é costume de muitos; forjar no lápis serviços e peças para tirar o dinheiro dos coitados.»

Na mesma secção, em 13-XI-52, escrevia, «Os Oficiais e a COAP», que transcrevemos abaixo:

«A COFAP é uma instituição errada, e sua filha COAP, puxando à mãe, obedecendo a mãe, não podia deixar de ser errada também. Contudo, a desgraça nunca é completa, e, sendo assim, a COAP em meio aos erros que pratica, mais por obediência ao Rio que mesmo por iniciativa própria, vem prestando alguns bons serviços ao povo. Isso — convem acentuar — graças à honestidade e à eficiência pessoal dos oficiais da Fôrça Pública que a auxiliam em alguns setores, os únicos setores que funcionam a contento. Estão neste caso as oficinas mecânicas que se dedicam a consêrtos de automóveis. Como se sabe, é grande o abuso praticado na maioria de tais estabelecimentos. Os automobilistas, principalmente os particulares que pouco entendem da máquina que têm em mãos, embora possam saber guiá-la com perícia, são as vítimas preferidas pelos desonestos exploradores de oficina. E, assim, contamos já com algumas dezenas de casos em que a intervenção dos oficiais que colaboram com a COAP foi decisiva e salvou o dono do carro de um assalto vergonhoso. Dois motivos nos levam a ressaltar o fato. Em primeiro lugar fazer justiça aos dignos oficiais que põem a sua energia, a sua autoridade, em benefício do povo; em segundo lugar, lembrar aos proprietários de automóveis que não devem se deixar explorar impunemente, pois que, pelo menos neste setor de defesa dos interesses públicos temos

gente atenta e disposta a agir, punindo os culposos e fazendo justiça.»

Na «ÚLTIMA HORA» de 18 de novembro de 1952, na secção «NA RONDA DAS RUAS», sob o título «Muito Obrigado, Seu Guarda», escreveu A.J.G.:

«A forma pela qual se porta a turma dos guardas rodoviários, em tôdas as estradas que saem da Capital, já foi objeto de comentários de todos os que tenham viajado por ali. Porque os rapazes de farda cáqui são verdadeiros «gentlemen». Mesmo quando o motorista está em infração, eles são gentileza, civilidade e cavalheirismo. Um sorriso, um dito espirituoso ou uma recomendação, é coisa que nunca falta aos rodoviários, que sabem como deve agir um policial, quando no exercício de suas funções.

Quando se dirigia para Mogí das Cruzes, ontem, a perua de reportagem de ÚLTIMA HORA teve um pneu dianteiro furado. Imediatamente surgiu um simpático «rodoviário» que, antes de mais nada, recommendou ao motorista prudência. E, depois, com uma eficiência digna de encômios, ajudou o Jorge a mudar o pneu. Quando se reiniciou a viagem, o guarda, numa continência, augurou:

— «Boa viagem!»

E assim que eles fazem. Em Mogí, contou um cidadão que, às vêzes, a delicadeza e a civilidade usadas pelos guardas não são recompensadas como se espera:

— «Há cêrca de dois anos, por exemplo, um caminhão carregadinho vinha de São Paulo para o Rio. A estrada molhada, não estava em condições. Por isso, o veículo acabou

metendo uma roda num buraco. Foi uma trabalhadeira tremenda, sem resultados. Um rodoviário, quando viu aquilo, desceu de sua moto e meteu mãos à obra. O senhor pode calcular o que seja um caminhão de várias toneladas atolado, não? Não adianta apelar para o motor. Ao mesmo tempo não é possível calçar o terreno, porque, a cada movimento da roda, o barro espirra e o buraco se afunda. A roda vai sendo, assim, cada vez mais tragada. É preciso uma habilidade incrível, paciência e fôrça, para que se possa conseguir safar o veículo. O guarda, o motorista e o ajudante, depois de meia hora de trabalho intenso, estavam irreconhecíveis: enlameados e suarentos, além de molhados pela chuva. Afinal, após sacrifícios infernais, conseguiu-se tirar o caminhão. O guarda, satisfeito, sorriu aos ocupantes do carro e lhes desejou felicidade para o resto da jornada. O caminhão arrancou e o guarda tratou de se dirigir para um lugar onde pudesse lavar-se».

Fez uma pausa, acendeu um cigarro de palha e continuou:

—«Quando o guarda ia afastar-se, veio a bomba: o verdadeiro dono do caminhão, reclamando-o em altos brados de desespero!»...

Na FOLHA DA TARDE de 7-XI-52, na secção «Automobilismo», encimada pelo título «Abusos de Oficinas Mecânicas», o jornalista Lauro D'Agostini expende estas considerações:

«Continuam numerosas oficinas mecânicas a cobrar preços extorsivos pelos consertos que lhes são confiados. Os abusos nesse setor são

públicos e notórios. Freqüentes e clamorosos. A opinião que temos a tal respeito vem sendo confirmada pelo Departamento de Policiamento Econômico da COAP, organismo dirigido pelo Cap. Jayme dos Santos, da Fôrça Pública. As sucessivas diligências realizadas pelo aludido departamento, muitas das quais se transformaram, tal o seu êxito, em processos de economia popular, encaminhados que foram à Delegacia de Ordem Econômica, constituem a mais segura prova de que várias oficinas de consêrtos de automóveis eram casas de polícia.

O mal não é recente. Vem de longe, e em boa hora o Cap. Jayme dos Santos resolveu agir contra os que atentam contra a economia popular. Desejamos que as diligências se ampliem, e queremos destacar nesse comentário, pelas informações chegadas ao nosso conhecimento, que o Serviço de Transportes e Manutenção da Fôrça Pública do Estado tem dado útil colaboração no sentido de que os proprietários de oficinas mecânicas, que exploram seus clientes, respondam a processos. Conhecemos o Cap. Jayme dos Santos e acompanhamos, quando fizemos reportagens na antiga CEP, sua operosidade.

Por último, queremos sugerir a êsse oficial providências que nos parecem exequíveis e que poderão contribuir para dar maior fôrça à campanha no setor das oficinas mecânicas. Se vistorias e diligências têm sido feitas relativamente a consêrtos de automóveis, para esclarecer a posição de exploradores da economia popular, tem nessa altura, o Depar-

tamento de Policiamento Econômico da COAP, elementos mais do que suficientes para lançar-se a uma tarefa mais ampla, qual seja a do tabelamento de muitos serviços de oficinas mecânicas, notadamente os mais freqüentes. É claro, contudo, que essa iniciativa não dispensa o tabelamento das peças e dos acessórios dos veículos motorizados em geral. Vale a pena ingressar no novo caminho? A resposta cabe ao Cap. Jayme

dos Santos, a quem endereçamos essas sugestões com o único propósito de ver defendidos os interesses públicos. A exploração no setor das peças, que não estão tabeladas, também é freqüente e merece providências que não são privativas apenas do Departamento de Policiamento Econômico, mas da COAP. Estude o operoso oficial, estude o organismo controlador de preços o problema, é o nosso desejo».

Consumir

É um dever de patriotismo.

Produtos

É contribuir para o
desenvolvimento da
nossa produção

Nacionais

É ajudar a libertação
econômica do Brasil.

O efeito mais valioso da educação, talvez seja a faculdade que adquirimos de nos obrigar, a nós mesmos, a fazer uma coisa quando deve ser feita, que nos agrade quer não; é a primeira lição a aprender; e, por mais cedo que se inicie a educação, é provavelmente a última lição que aprendemos bem.

THOMAZ HENRY HUXIE

Peneiração

Para uma seleção de qualidade

O Departamento
Cine-Foto de
CASSIO MUNIZ

oferece

2.000 artigos diversos

- câmeras, lentes, equipa-
mentos, tripês, material
de laboratório

critériosamente escolhi-
dos entre a produção
mundial das maiores in-
dústrias de aparelhamen-
to para profissionais e
amadores do cinema e
da fotografia



CASSIO MUNIZ S.A.
Importação e Comercio

Em São Paulo: Praça da República, 39 - esq. Arouche
No Rio: Rua Evaristo da Veiga, 34 e 36 - esq. Sen. Dantas

**CASSIO
MUNIZ
S.A.**
IMPORTAÇÃO e COMERCIO
TRADIÇÃO DESDE 1910

COMPRAR EM CASSIO MUNIZ
É ASSEGURAR-SE DE UMA COMPRA FELIZ

CURSO DA E. A. O. DO EXÉRCITO

Major Arrisson de Souza Ferraz

Vários oficiais da Fôrça Pública já tiveram oportunidade de cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro, sediada na Vila Militar. Por mais de quatro lustros, quase que ininterruptamente, a nossa centenária Corporação envia ilustres companheiros aos bancos escolares daquele estabelecimento superior de ensino militar.

No corrente ano, tocou-nos, — ao autor desta crônica e aos brilhantes colegas capitães Frederico Rodrigues Gimenés, Ulisses Teodoro dos Santos e e 1.º ten. Manoel de Souza Chagas, — a alta responsabilidade de representar a Fôrça Pública no curso da famosa E.A.O. Representar a Fôrça Pública, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sim. Tivemos bem presente essa missão — eu e meus companheiros de jornada — quando nos foi delegada a incumbência pela alta administração da nossa Milícia. Sentimo-la, imediatamente, grave e delicada, não sòmente pelas naturais dificuldades de um curso de altos estudos militares, à base de modernas doutrinas, moderníssimo material e das mais recentes experiências do último conflito e do atual choque entre ocidentais e orientais, nos confins da Ásia, mas, sobretudo e principalmente, porque já possuía a nossa Corporação elevado conceito no Exército Brasileiro, decorrente, de uma parte, de uma série de fatôres bem conhecidos

de todos, ligados à etapa esplendorosa de 1906 a 1930; da outra, pelos cursos brilhantes de nossos oficiais, na Escola de Aperfeiçoamento, na Escola de Educação Física, na Escola de Transmissões, na Escola de Moto-Mecanização e na Escola de Instrução Especializada de Realengo. Pesâmos bem, por isso mesmo, a responsabilidade que nos foi outorgada.

Freqüentâmos o curso de maior efetivo que a E.A.O. já organizou nos seus sete lustros de laboriosa existência. Nada menos de 283 oficiais, de tôdas as armas e serviços — 93 de infantaria, 46 de cavalaria, 50 de artilharia, 25 de engenharia, 29 de intendência, 40 de saúde — tiveram matrícula, no corrente ano, naquele estabelecimento de ensino. Essa circunstância deu mais vida e vibração ao curso de 1952, proporcionando-nos, a mim e aos meus companheiros da Fôrça Pública, uma jornada ativa, trepidante, multifária, ao lado da vibrante mocidade do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de brilhantes oficiais dos exércitos do Equador, Paraguai, Venezuela e dos ilustres companheiros das Polícias Militares do Distrito Federal, Alagoas e Santa Catarina.

Um estágio na Escola de Instrução Especializada, com sede em Realengo, marcou o início do curso de 1952. Alí, travaram os alunos os primeiros contactos com os mais modernos en-

genhos de guerra, seu equipamento e as noções elementares do seu emprêgo. Bazucas, lança-chamas, lança-rojões, morteiros, morteiros químicos, metralhadoras, metralhadoras de mão, fuzis metralhadores, obuses, canhões, tudo

lizada. Nêsse período, todos os cursos versaram os princípios básicos da organização das armas e serviços. As duas etapas se conjugaram e se completaram. Destinavam-se a dar os mesmos princípios aos alunos, oriundos dos mais



Oficiais da F.P. que cursaram a E.A.O., quando, acompanhados de camaradas das repúblicas do Equador e Paraguai, estiveram nesta Capital, em visita ao Comando da Força.

isso, ao lado das noções de motorização e mecanização, foi-nos mostrado, meticulosamente, por competente e luzida equipe de instrutores. Bem explorados, também, ficaram, em nossa passagem por aquela Escola, os princípios relacionados com a Guerra Química, Guerra Bacteriológica, Camuflagem e Fotografia Aérea.

Na segunda quinzena de março, começaram os nossos estudos na E.A.O., por um esforço bem semelhante ao do estágio da Escola de Instrução Especial-

distantes rincões da América do Sul e de unidades diversas, umas dotadas do mais moderno material e equipamento, outras menos favorecidas nêsse sentido, umas desfrutando situação privilegiada como as da Vila Militar, outras guarnecendo faixas enormes de fronteiras, com o seu programa de instrução dificultado, sem falar das unidades estrangeiras e das Polícias Militares, estas com organização para atender à dupla finalidade policial e militar. Era necessário — afirmavam os instrutores — que

todos, dali por diante, "falassem a mesma língua". A nenhum aluno, após os dois períodos, seria dado o direito de trocar safira por esmeralda ou topázio por ametista. O branco tinha que ser branco, o prêto tinha que ser prêto. Do contrário, o lápis vermelho entrava em ação no T.G. E o que vem a ser êsse T.G.? Um trabalho para grau, ou melhor, uma prova para julgar o aproveitamento, sob a forma de teste ou de exercício de aplicação tática. Na correção do trabalho, emprega o instrutor um sinal de lápis azul para as respostas ou soluções certas, um de lápis vermelho para as erradas.

Findos os estudos básicos, dividem-se os alunos. Cada turma toma o seu destino. Surge, então, o curso da arma, revigorando os conhecimentos apreendidos e trazendo novo cabedal. Disciplinas subsidiárias, como Topografia, Fotografia Aérea, Observações e Informações, Organização do Terreno, Armamento e Tiro e Comunicações são exploradas a fundo para ampliar os estudos táticos, fim primordial do curso. Com tão valiosa bagagem, cada curso entrou, decididamente, nos segredos de sua arma. Começamos com a defensiva, uma defensiva bem diversa da que estudamos como fruto dos ensinamentos da guerra 1914-1918, defensiva ativa, dinâmica, agressiva, de duração limitada ao indispensável à concentração de meios para passar à ofensiva. Estudamos a defensiva normal e passamos, após, a todos os casos, particulares.

À defensiva, seguiu-se a ofensiva. Período mais vibrante, mais elástico, exigindo maior poder de imaginação, maior ginástica de raciocínio, para conjugação de todos os fatores em jôgo,

a ofensiva encerra atrativos sem conta, principalmente como estudamo-la, sempre com situações novas, pontilhadas de incidentes e imprevistos, de mutações constantes e profundas como em realidade acontece na guerra. Se tínhamos, constantemente, a guiar-nos, os exemplos das grandes batalhas da História, os ensinamentos dos grandes mestres de tôdas as idades, a orientação doutrinária oficial, não nos faltou uma equipe de instrutores de escol para nos conduzir pelos caminhos mais acertados.

Foi demorado e meticuloso nosso estudo da ofensiva. E justifica-se muito bem essa orientação da E.A.O., pois só com a ofensiva pode-se chegar a resultados decisivos. Foi a ofensiva o ponto culminante do nosso curso.

O estudo dos escalões maiores — Regimento, Grupamento Tático, Destacamento — constituiu a fase seguinte dos nossos estudos, propiciando a conjugação de meios mais poderosos. Era a Cooperação das Armas e Serviços que reunia, novamente, infantes, cavalaria-nos, artilheiros, engenheiros, intendentess e médicos. Fase mais complexa, mas, sem dúvida, mais atraente, porque nos habituava ao jôgo mais complicado dos maiores efetivos. "Nenhuma arma isolada vence a batalha, mas sim a conjugação de tôdas as armas, servidas por eficiente apôio logístico".

Pedagogia, Estatística, Psicologia aplicadas, Moral e História Militar constituíram a série do esforço final, feita por todos os alunos em conjunto, como os estudos básicos e a Cooperação das Armas e Serviços.

Um cunho objetivo, eminentemente prático, predominou no curso da E.A.O. de 1952. Todos os princípios

doutrinários estudados tinham comprovação com exercícios reais. A cada tema em classe, invariavelmente, correspondia um ou mais exercícios no terreno, os "continuados", as manobras de quadros e de tropa, as belíssimas demonstrações dos Regimentos Escolas, Companhia de Comunicações, Batalhão de Saúde, e da potente Artilharia Divisionária, com 36 bocas de fogo, atuando com precisão admirável no Campo de Gericinó.

Conta a E.A.O. com um seletor corpo docente. Instrutores competentes, senhores de vasto tirocínio, conhecem perfeitamente o assunto e a maneira de transmitir aos alunos, pelos processos mais eficientes da moderna pedagogia. Damos o nosso testemunho do saber, da dedicação e da honestidade desses mestres admiráveis. Citamos-lhes os nomes, aqui, como honra ao mérito. Foram nossos instrutores na Cooperação das Armas e nos estudos básicos e complementares: cel. João Carlos Gross, tens. ceis. Antônio Negreiros, Moreira Couto, Melo Camarina, Antônio Tinoco, Renato Costa Mendes e Moreira Lima, da Escola do Estado Maior; majores Cesar Montanha, Juarez Pais e Ivo Macedo; capitães O'Reilly Souza, Negreiros, Siqueira e Gernes; e a admirável dna. Irene, da Fundação Getúlio Vargas. Aos mestres da querida infantaria, majores Hugo de Abreu, Rui Nogueira, Arnóbio de Mendonça, Ernane Airoso, Hélio Cunha, Amauri Verdini, Zieli Dutra; capitães Antônio Lepiane, Felon Nunes, Gotardo de Miranda, Murilo Ferreira, Leopoldo Freire e Ademar Machado, tributamos, aqui, o nosso especial apreço pelas luzes e ensinamentos que nos ministraram.

Está a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais muito bem estruturada e superiormente dirigida. Comandou-a até o dia 9 de outubro o então cel. Joaquim Alves Bastos, hoje elevado, com altos méritos, ao generalato. Exerciu as funções de sub-comandante e sub-diretor de ensino o ten. cel. João Carlos Gross, também recém-promovido. São dois chefes de mais alta estirpe. Deram à E.A.O. um período esplendoroso. O gen. Alves Bastos é o autor de "Palmo a Palmo", obra notável sobre a Revolução Constitucionalista, descrevendo a luta no setor Sul, onde sua atuação foi inconfundível. O cel. Carlos Gross foi um bravo e valoroso oficial de artilharia, na Cruzada Paulista de 1932. Foi uma das grandes figuras da Fôrça Expedicionária Brasileira, cabendo-lhe, entre outras arrancadas, arrebatar aos alemães, em notável operação, o aguerrido balauarte de Castelnuovo.

O grande número de alunos do Curso de Infantaria levou a Direção de Ensino a formar duas turmas da arma — A e B, — chefiadas, respectivamente, pelo cel. Silo Meireles, e ten. cel. Moura Carvalho, duas figuras notáveis do nosso Exército. Formaram conosco e com o fidalgo maj. Lamartine Coutinho o quarteto de oficiais superiores alunos, já que o quinto da arma, o jovem maj. Walter de Almeida não pôde concluir o curso, por motivos de saúde. Foi doloroso para nós que um companheiro tão brilhante não tivesse podido chegar ao fim da jornada. Mas, sempre o sentimos, em destino e em espírito, ao nosso lado, em todos os trabalhos do curso.

Por uma distinção especial que muito nos tocou, a Direção de Ensino

formou uma turma extra, constituída de oito oficiais de infantaria e um de cavalaria das Polícias Militares, confiando-me a chefia. Sentimo-nos encantados com a deferência e com a missão. Os companheiros das Fôrças Estaduais portaram-se à altura da responsabilidade que lhes cabia. Devotaram-se aos estudos, primaram pela pontualidade, pela assiduidade, revelaram alto senso de disciplina, impecável conduta civil e militar e fina educação. Honraram suas Corporações nêsse ano de vibração, nos bancos da E.A.O. Essa turma "mirim" estava assim constituída: maj. Arrisson de Souza Ferraz, caps. Frederico Rodrigues Gimenes e Ulisses Teodoro dos Santos e 1.º ten. Manoel de Souza Chagas, da F.P.S.P.; cap. Nicolne Pinto e 1.º ten. Jorge Campos de Oliveira, da P.M.D. Federal; cap. Sebastião Ribeiro de Carvalho e 1.º ten. Cícero Argolo dos Santos, da P.M. Alagôas; e cap. Líbero de Camilo, da P.M. Sta. Catarina.

As atividades didáticas da Escola foram encerradas com manobras de Co-opeção de Armas e Serviços, na região da Universidade Rural, no Km. 47 da antiga Rio-São Paulo. Constituiu uma operação notável, culminada com a travessia do Rio Guandú, por uma infantaria adestrada, em belíssima ação ofensiva. Vimos em tôda a sua plenitude o valor da coopeção da cavalaria, artilharia, engenharia, aviação e apóio logístico, com a milenária Rainha das Batalhas. A operação foi realizada com precisão matemática, a parte de cada arma com perfeição cronométrica. Assistimos também ao funcionamento do Serviço Especial, uma das imposições da guerra moderna, para

manter e elevar o moral do combatente. O cel. Renato Costa Mendes mostrou que um grande instrutor pode ser notável artista e exímio "diretor".

Na manhã ensolarada de 21 de outubro, teve lugar o encerramento solene do curso. Presidiu-o o exmo. sr. Ministro da Guerra. A mesa diretora, tomaram assento, ainda, os exmos. srs. generais de exército Fiuza de Castro e Zenóbio da Costa, generais de divisão Jaime de Almeida e Durival de Brito e Silva, generais de brigada Ilídio Colônia e Joaquim Alves Bastos, brigadeiros do ar, membro da Missão Militar Americana e o exmo. sr. general diretor de Intendência do Exército. Parlamentares, outras altas patentes das Fôrças Armadas, a imprensa, exmas. famílias e pessoas gradas enchiam literalmente e davam ao salão de conferências "Coronel Sucupira" um aspecto soleníssimo e imponente. Nêsse ambiente de elevação e de civismo, foi-nos entregue, pelas mãos honradas de altos Chefes Militares, o honroso e acalentado pergaminho de conclusão do curso da E.A.O.

A etapa final do curso foi supervisionada pelos srs. ceis. Antônio Negreiros e Constantino Lisbôa, em substituição aos srs. gen. Alves Bastos e cel. Carlos Gross. Trata-se de dois chefes de escol, forjados no mesmo cadinho, na mesma escola de patriotismo e brasilidade daqueles a quem substituíram. O cel. Constantino Lisbôa, chefe efetivo do Curso de Infantaria, deu-nos preciosas lições técnico-profissionais durante os trabalhos escolares; deu-nos, ainda, o notável ensinamento de como se dirige uma equipe de homens ilus-

trados, com modéstia, distinção, nobreza, disciplina e superior elevação.

O ambiente escolar era um encanto. A distinção e camaradagem da vibrante mocidade do Exército, dos nobres companheiros da Marinha e da Aeronáutica, da brilhante oficialidade dos exércitos Sul-Americanos e dos extraordinários colegas das Polícias Militares, tudo isso bem conduzido e orientado por mestres inconfudíveis, deu ao curso de 1952 a mais alta expressão.

Não temos a pretensão de ter resumido, nestas notas, a jornada memorável do nosso curso de 1952. Um resumo desta natureza daria um alentado volume. Nossa pretensão foi mais modesta. Chegados ao seu término, dirigimos um olhar saudoso ao lendário casarão da Vila Militar, com o nosso melhor pensamento para o Comandante, Direção de Ensino, alta administração e seletto corpo docente da E.A.O.

DEPOSITE AS SUAS ECONOMIAS NA

AGÊNCIA NOTURNA

DA

CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Aberta das 12 às 23 horas

Praça Ramos de Azevedo, 192 (ladeira do Esplanada —
Edifício C.B.I.) — S. PAULO.

— GARANTIDA PELO GOVERNO PAULISTA —

Determinação e desenvolvimento do VALOR PESSOAL

Quarto de uma série de trabalhos de tradução e adaptação de instruções sobre o assunto, em vigor na Polícia Rodoviária do Estado de Ohio, EE. UU.

XV — ESFÔRÇO

Sob êste aspecto estuda-se o esforço atual do homem, manifestado na execução do seu trabalho, na correção de seus defeitos e no desenvolvimento geral de sua capacidade e valor.

Abrange ambos: esforço físico e esforço mental.

Inclue a espontaneidade e a determinação com as quais êle assume e executa suas tarefas.

Inclue sua operosidade, e a energia mostrada ao fazer qualquer trabalho, bem como energia empregada no preparo próprio para futuros desenvolvimentos de seu trabalho ou de alguma parte especializada dêsse trabalho.

É o esforço que êle emprega para:

1 — Executar seus trabalhos presentes;

2 — Preparar-se e qualificar-se para desenvolvimentos futuros.

Nesta tarefa cabe a cada homem arcar com o próprio pêso da provisão acumulada. Êle deve fazer seu próprio trabalho sem aguilhão e deve empreendê-lo de uma determinada maneira. Quando descobrir ou lhe for evidenciado que necessita melhorar sob um de-

terminado aspecto, é de esperar-se que êle mesmo diligencie no sentido de conseguir essa melhoria.

Isto é o mínimo a aceitar-se como satisfatório.

A ambição evidenciada por seus esforços em preparar-se para responsabilidades maiores, ou pendor pela execução de um tipo especial de trabalho, devem ser consideradas em seu favor. Se sua ambição é evidenciar-se por esforços de melhorar de posto ou salário, sem que para isso haja executado uma preparação honesta, não deve ser considerada em seu favor.

A *positiva*, ou favorável característica de esforço num homem pode ser demonstrada por:

1 — sua espontaneidade em assumir responsabilidades e levar avante a execução de seus trabalhos;

2 — sua firme e consistente aplicação a seu trabalho;

3 — sua determinação em conduzir suas atividades ao completamento e perfeição;

4 — seu esforço em desenvolver e incrementar seus próprios conhecimentos e competência;

5 — sua preparação para desenvolvimentos futuros no trabalho da organização;

6 — sua preparação para futuras responsabilidades;

7 — seu empenho em completar seu trabalho em tempo e sem demora;

8 — sua qualidade de devotamento completo e entusiástico ao seu trabalho;

9 — sua perseverança e determinação.

:: — ::

A *negativa*, ou característica desfavorável, pode ser demonstrada por:

1 — uma atitude relutante ou evasiva em aceitar incumbências e assumir responsabilidades;

2 — procrastinação ou não execução de trabalho sem motivo ponderável ou justificado;

3 — negligência quanto ao cumprimento de suas atribuições funcionais;

4 — execução displicente e preguiçosa dos trabalhos;

5 — uma atitude indiferente para com o público, como se nada tivesse a ver com êle;

6 — perda de tempo e atitude ociosa quando de serviço ou em patrulhamento;

7 — indiferença no tocante ao melhoramento de sua própria competência e seu valor;

8 — lentidão ou retardamento;

9 — trabalho feito pela metade ou não completado em tempo;

10 — atitude geral de desinteresse no seu trabalho e no da organização;

11 — relaxamento em seus esforços quando perceber já haver completado um mínimo aceitável de trabalho;

12 — dispêndio excessivo de tempo em cousa pessoal;

13 — falta de determinação e perseverança.

XVI — CONHECIMENTO GERAL DA ÁREA DESIGNADA À UNIDADE OU FRAÇÃO

Por isto se deve compreender o conhecimento geral do terreno ou do território ao qual normalmente se adstringe sua ação. Significa o conhecimento e familiaridade com os habitantes e outros servidores do Estado e com as condições existentes na área do posto do destacamento, etc., em que êle executa seus serviços especificamente, e até certo ponto do território circunvizinho.

O conhecimento da região é de tão grande importância que é a primeira das cousas a ser aprendida pelo homem ao ser transferido para um novo posto ou destacamento.

O conhecimento que o homem deve ter do território do seu posto ou destacamento deve começar a ser aprendido na Escola e nunca será de esperar-se que êle seja completo a qualquer tempo, porque é impossível para o policial conhecer demasiado acêrca do território atribuído à sua unidade.

Um bom conhecimento geral da área tem em vista dois propósitos básicos:

1 — Facilitar e tornar mais rápidas as operações do homem;

2 — Estabelecer uma fundação de conhecimento prático a ser usado na organização de seu trabalho e ao tomar decisões.

O conhecimento da zona de ação de um homem jamais poderá ser considerado completo porque novas condi-

ções se desenvolvem continuamente, afetando tôdas as fases de operações. Pode ser que funcionários de repartições públicas, com os quais o policial deva tratar, sejam substituídos. Suas próprias atribuições podem sofrer mudanças e desenvolvimentos. Finalmente, seu conhecimento do território e do povo nunca poderá ser demasiado. Em consequência o homem deverá continuamente aumentar a sua bagagem de conhecimento da área e de familiarização com suas particularidades.

Pode-se dividir o conhecimento dum área nas seguintes partes:

- 1 — Conhecimento geográfico;
- 2 — Conhecimento da situação geral do tráfego e condições específicas;
- 3 — Conhecimento da situação geral do crime, do ponto de vista de seu emprêgo no exercício de seus deveres;
- 4 — Ligação e cooperação com outros agentes de polícia e funcionários públicos;
- 5 — Familiaridade com os telefones policiais e outras espécies de recursos de informação;
- 6 — Familiaridade com o povo da região e com suas particularidades;
- 7 — Relações pessoais com o público em geral da área considerada;
- 8 — Conhecimento das condições cívicas e eventos em curso;
- 9 — Conhecimento das fases acima nas áreas circunvizinhas que possam influir na sua.

1 — *Conhecimento geográfico*

Comporta, além do de seus limites, um conhecimento geral das estradas de ferro e de rodagem (federais, estaduais e municipais) existentes dentro da área, bem como de outras estradas e caminhos existentes também dentro

dela; conhecimento de pontos em que existam facilidades para motoristas e outros que interessem à assistência própria e do serviço; conhecimento dos meios de transportes públicos, ligando povoações pertencentes à área; localização de suas cidades, distritos, vilas, povoados e fazendas, nomes e localizações das estradas de ferro e seus cruzamentos; rios e pontes; linhas de força; lugares de estradas sujeitas a marés, enchentes ou outros impedimentos.

2 — *Conhecimento das condições de tráfego.*

Compreende um conhecimento completo das condições gerais de tráfego da área e entre ela e as adjacentes, e através do Estado no que a afeta. Familiaridade com as condições de mudança de tráfego na área; horas em que atinge o seu máximo de intensidade em consonância com as condições locais, períodos de tráfego pequeno ou intenso; tipos de veículos e peculiaridades locais de sua condução; intersecções perigosas e outros pontos perigosos para motoristas, tais como cruzamentos de estradas de ferro e pontos em que as condições do tempo produzam situações perigosas; pontes estreitas e de pequena capacidade; passagens por baixo, inadequadas ou baixas.

3 — *Conhecimento da situação do crime*

Familiaridade com os crimes cometidos dentro e nas proximidades da área, que podem envolvê-lo ou a seu trabalho no presente ou no futuro. Os tipos de crimes; freqüências e tendências na atividade criminal na área; especial atenção e conhecimento de crimes sob jurisdição da Fôrça; o maior conhecimento possível de criminosos e indivíduos de tendência criminosa da área; localização de casas de jôgo, de

prostituição e outros lugares que por sua natureza e semelhança, sejam frequentados por criminosos; conhecimento das condições gerais e acontecimentos específicos que possam resultar em desordem e violência; localização de áreas de maior atividade criminal.

4 — *Ligação e cooperação com outros agentes de polícia e funcionários públicos.*

Ligação pessoal com o delegado, suplentes, subdelegados e outros funcionários da polícia civil. Com fiscais federais, estaduais e municipais, com os elementos da Força pertencentes a unidades empregadas no policiamento especializado e em operações na sua zona. Com policiais federais e de outros Estados. Ligação pessoal com o juiz e o promotor da cidade; com o pessoal do D.E.R., do Serviço Florestal e outros, com as autoridades militares do local; com os diretores e funcionários das organizações cívicas; com os bombeiros e guardas municipais e com o pessoal da imprensa.

5 — *Familiaridade com os telefones públicos, caixas policiais e outras fontes de informação.*

Localização dos telefones públicos e caixas policiais, horas em que podem ser utilizados; relação pessoal com os operadores das estações transmissoras, particularmente com os daquelas que já provaram sua utilidade à Força; relações com pessoas da área que por sua posição estejam em condições de prestar informações quando necessitadas, familiaridade com as fontes de informação de natureza criminal; atenção à proteção das fontes de informação.

6 — *Familiaridade com o povo do local e suas características.*

Conhecimento dos tipos de pessoas em geral, bem como suas peculiaridades locais, raças, nacionalidades e tendências.

7 — *Relações com o público em geral.*

Relação pessoal com o maior número possível de dirigentes de negócios e firmas industriais. Relação pessoal com maior número possível de membros do público em geral.

8 — *Conhecimento das condições cívicas e eventos em curso.*

Conhecimento estritamente em dia dos acontecimentos em comunidades locais que exerçam influência na vida pública; dos acontecimentos especiais abrangendo grandes grupos de pessoas; dos acontecimentos e condições de importância para as comunidades locais.

9 — Conhecimento das condições e fases acima em áreas fora das do posto ou destacamento, desde que elas possam influir na sua própria área ou no seu serviço. Compreendido também está o conhecimento da área adjacente e o conhecimento de assuntos que se passam dentro do Estado ou fora dele desde que sejam interessantes ao desempenho de sua missão.

XVII — CONHECIMENTO E CONFORMIDADE COM MEDIDAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Por medidas a processos administrativos da organização se compreendem os métodos de ação estabelecidos pelo Quartel General (ou Governo do Estado), para serem observados em certas situações gerais e condições específicas, na execução dos serviços.

O objetivo dessas medidas e processos específicos é a obtenção de uniformidade na maneira e grau de intensidade na exigência do cumprimento das leis e operações da Fôrça de um modo geral.

Êsses métodos e processos definem claramente a conduta e ações do policial e eliminam a interpretação individual das leis e instruções.

Deve-se compreender que essas medidas e processos específicos da corporação sejam postos em execução depois de ampla discussão e consideração de problemas e situações correntes e pendentes. Êles representam as diretrizes de ação autorizadas pelo Q.G., que

melhor servirão aos interesses da organização, ao povo do Estado e ao cumprimento da Lei em geral.

As constituições prevêm que as polícias militares executarão certas atividades.

As administrações do Estado e da Fôrça estabelecem como essas atividades devem ser executadas, com o escôpo de obter os melhores resultados.

Deve-se exigir que os membros da organização se mantenham atualizados com tôdas as ordens e processos que forem sendo prescritos; suas ações e operações devem ser executadas com estrita observância das prescrições administrativas.



NÃO REAGE...

O tenente X, que começou, como todo beerrão, tomando um ou outro "golinho", como aperitivo, depois de certo tempo estava bebendo em tais proporções que alarmou os amigos e, principalmente, seu irmão mais velho, então major.

Querendo, como é natural, combater o vício que ameaçava seu irmão, o major chamou-o um dia em sua residência e fez-lhe ver os males que lhe poderiam advir se êle fôsse totalmente dominado pelo álcool. Citou vários casos de rapazes seus conhecidos que viram suas carreiras truncadas devido ao mesmo, não se esquecendo de chamar sua atenção sôbre o que, "por detraz das cortinas", já se dizia a seu respeito. Finalmente, querendo mostrar-lhe alguma coisa objetiva sôbre os danosos efeitos do álcool nos tecidos musculares, levou-o à cozinha, tomou de um prato fundo, encheu-o com álcool comum, e dentro colocou um pedaço de carne crua, o qual, alguns minutos depois estava esbranquiçado.

Olhando, então, para o irmão que, para satisfação sua, parecia sèriamente impressionado, advertiu-lhe:

— Está vendo o que aconteceu com a carne em contácto com o álcool?

Parece que a advertência despertou o raciocínio do tenente, o qual, após um momento, saiu-se com a seguinte e decepcionante resposta:

— E' carne morta. Não reage.

ATABULANDO

Ração Fria

É bem possível que nosso pseudônimo tenha parecido — e quem disse que não é? — idiota.

Acompanhe-nos, porém, o caro leitor, nesta explicação e, se convencerá de que... será aprovado em qualquer teste de paciência.

Adotamos êste nome porque nenhuma palavra, ou conjunto delas, existentes ou inventáveis, é bastante insípida para quadrar com as tolices que pretendemos escrever. Desde que nos ensinaram a juntar as letras — e isso já vai longe — temos lido muito: coisas úteis, coisas interessantes, coisas banais e coisas perniciosas. Como não podemos recuperar o tempo perdido em ler o que não entendemos — por faltar sabedoria ao escritor ou carecermos nós de compreensão — resolvemos fazer perder tempo aos demais. Isto no pressuposto de existirem leitores inclinados a malbaratar horas preciosas, na mais fútil das ocupações: procurar pensamentos onde só há palavras.

Você ainda está lendo? Então merece a explicação. Lá vai ela:

A amostra acima, deve ter dado ao nosso eminente émulo de Jó, uma idéia de quão cacetes, indigestas e cretinas serão as coisas que pretendemos escrever.

Escrever bobagens é fácil. Difícil foi achar a onomatopose conveniente, já que o autor não tem vocação para mártir. Procuramo-la em glossários, dicionários charadísticos e até na lista de preços do Reembolsável, mas, não

achamos nada satisfatório. Eis se não quando, num ônibus rural nos ocorre a IDÉIA.

Tudo era propício: dia canicular. Poeira na estrada, no rosto, nos olhos... Alguns urubus brincando de cirandinha aérea.

Não havia flôres, “perfumes” sim. Com êsse cortêjo ELA chegou.

Entrou sem bater: RAÇÃO FRIA.

Você já comeu essa coisa? Não comeu?

Então “você é feliz, primo, felicíssimo”.

Vou contar como é:

As três da madrugada — não é valsa — a gente estende o braço, com a marmita na ponta e o “rancheiro” despeja um grude feito de farinha com feijão.

É claro que a vasilha não fôra lavada no dia anterior por falta de tempo, água ou excesso de preguiça. Os resíduos aderentes, bem no ponto onde a altura encontra a base, misturados com um pouco d’água dariam bom vinagre. Mais um passo e um punhado de pelancas de “jabá” coroa o “virado” — de fato “aquilo” vai ser bem virado e revirado.

Outra concha se estende e uma pelota de qualquer coisa parecida com manjar branco — mas, que de acôrdo com a nomenclatura se chama arroz — junta-se aos demais ingredientes. Um pedaço de pão cheio de fiapos de algodão do saco em que foi transportado,

e mais duas bananas, integram o todo. Sobre as frutas uma ressalva: é melhor misturá-las com o resto, pois, indo no bernal amassar-se-ão, ou a gente pode tentar comê-las antes da hora, contrariando o "quadro tático". Há ainda outra vantagem: se estiverem verdes ficarão cosidas, e se pôdres... — o estado intermediário não existe. Como se vê a tal RAÇÃO FRIA é, em princípio, QUENTE.

Falta uma observação. Aquilo tudo pode estar horrivelmente salgado ou não ter sal algum; quanto aos demais temperos tudo vai bem, pois, o zero é invariável. Temos os ingredientes, falta a manipulação; aliás, basta amarrar a

marmitta, bem fechada, à mochila, e esperar pelo resto.

Marcha-se até às duas da tarde, com aquilo aos solavancos, até ficar bem misturadinho. Não se almoça ao meio dia porque os cálculos na carta estavam errados e o local previsto resultou dez quilómetros mais longe.

Chegando a ordem para almoçar abre-se a marmitta, espera-se a saída dos gases que já se formaram e, se não houver onde comprar um sanduiche ou for proibido por "motivos estratégicos", come-se a ração "Resfriada" caso seja inverno, ou "Aquecida" de andar ao sol, se for verão e... espera-se pela AZIA.

É só.



CASTIGOS CORPORAIS

Embora pareça incrível, debate-se, na Inglaterra, o problema dos castigos corporais nas escolas.

Em folhetos recentemente editado pela Staples Press, bafejado pela L.C.C., e que a imprensa imagina que vá provocar muita controvérsia, está escrito que o tratamento brutal por parte dos mestres pode despertar reações brutais nos alunos. Pergunta, mais, se é de esperar que os métodos corporais possam vencer onde os outros falham. Lembram que tais métodos já se acham abolidos em outras escolas, e sugere que se façam experiências no sentido de abolí-los nas demais. A aplicação de castigos padronizados raramente é aconselhável. Finalmente, lembra o folheto a conveniência de considerar os fatores sociais que influem no caráter e na conduta. Adiantadinhos, hein?

OH! EU QUERIA!

*Oh! eu queria cantar um cântico de vida,
e que as notas de meu canto
fóssem notas coloridas
com a luz de todos os arrebóis!*

*Eu queria cantar um cântico de amor
que resumisse tôda a poesia,
em que não houvesse dor, só alegria,
e que as notas multicôres de meu canto
não tivessem o som metálico do frio,
do frio que constringe a alma,
mas sim o aveludado som
da carícia dos zéfiros nas pétalas macias.*

*Oh! eu queria cantar um cântico de luz
em que houvesse tôda a harmonia e tôda a beleza da primavera;
e que o acorde mais forte
fósse o hálito quente dos dias de verão.*

*Em meu cântico o outono não seria o tédio das cinzas,
nem a palidez das folhas
— Seria uma pausa de meditação!*

*E o inverno:
e neve branca,
a pureza,
a paz,
o frio.*

*— Mas não o frio da solidão
— o frio do refrigério da angústia,
a angústia!
essa dôr cruciante
que queima o coração
e faz doer o cérebro.
O calor é agitação,
e o meu cântico seria de paz!*

*Mas eu só posso cantar em silêncio,
no meu silêncio...
porque nas palavras que os homens falam
eu não encontro as palavras perfeitas da minha imaginação!*

SÔNIA DE A. MARSELLA

UMA "ORIGINAL HEIDELBERG CILÍNDRICA"

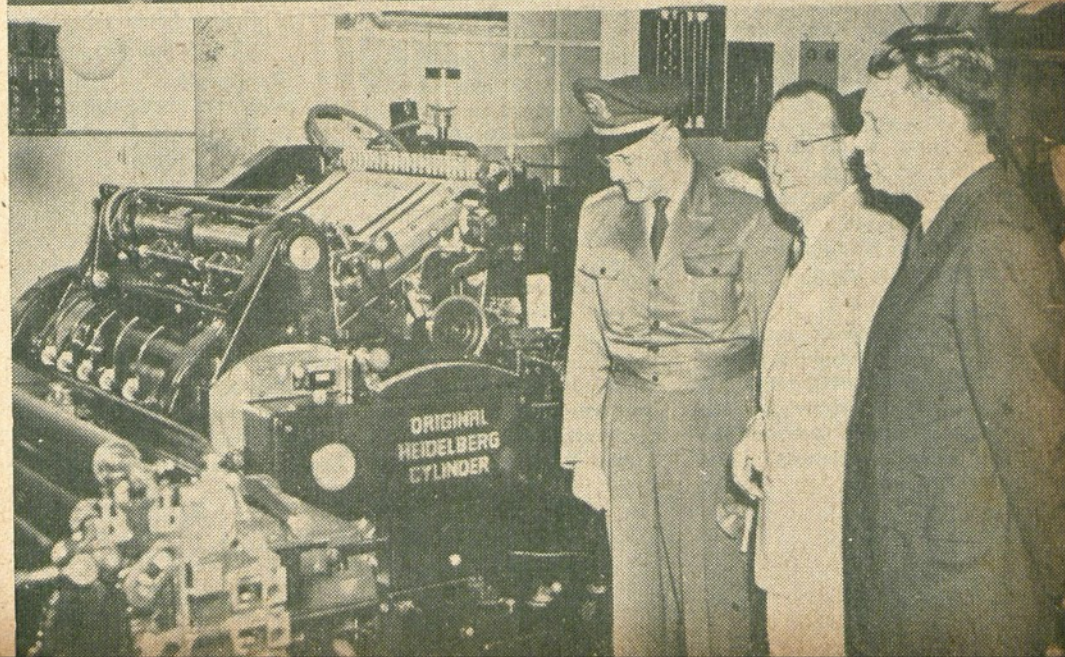
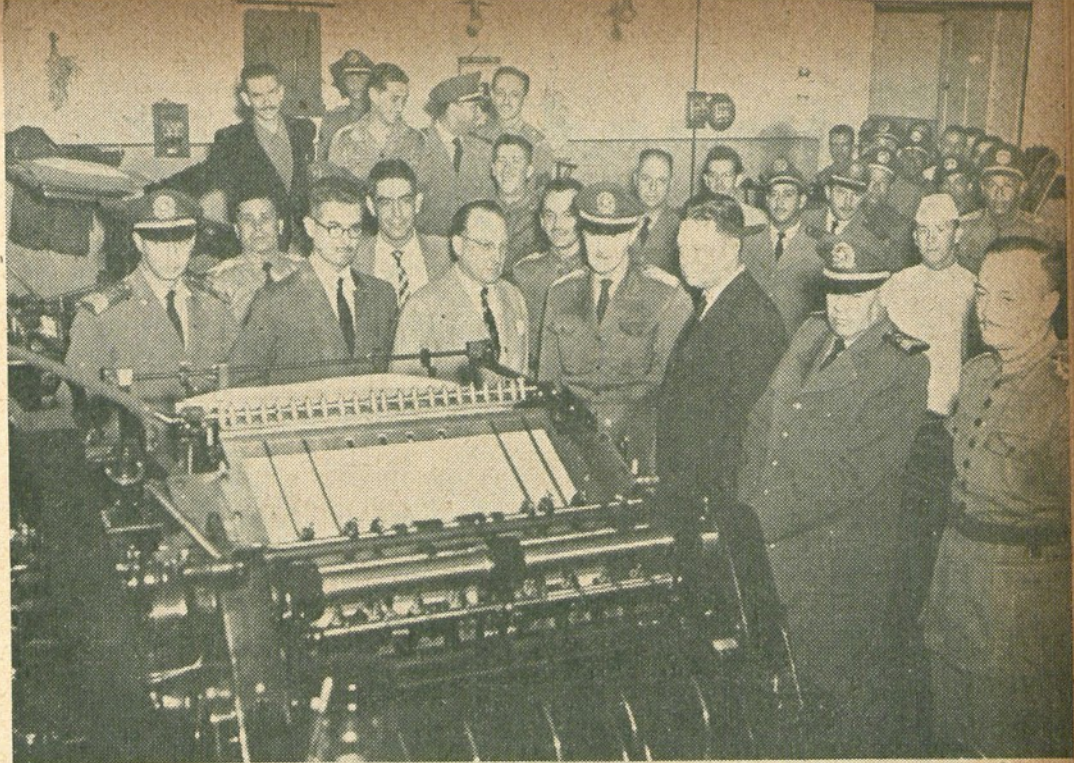
NA TIPOGRAFIA DA FÔRÇA PÚBLICA

Às 10 horas do dia 6 de dezembro do ano transato, presentes os srs. cel. Euryale de Jesus Zerbini, comandante geral; cel. João de Oliveira Melo, chefe do Estado Maior; "MILITIA", representada pelo seu diretor geral e corpo redatorial; cap. Bolestaw Zdanowicz, chefe da Tipografia; oficiais representando várias unidades da corporação; sargentos, cabos e soldados gráficos, foi solenemente inaugurada, na sala de máquinas da sua Tipografia, a "ORIGINAL HEIDELBERG CILÍNDRICA" que a Fôrça Pública, mui acertadamente, adquiriu da FUNTIMOD — Fundação de Tipos Modernos S. A. — representantes exclusivos da tradicional e renomada SCHNELLPRESSENFABRIK AG HEIDELBERG.

Dando início ao ato, o cel. Zerbini pôs em funcionamento a moderníssima máquina. Aos presentes, então, foi dada a oportunidade de constatar que reais são as vantagens oferecidas, quer quanto à confecção de trabalhos de melhor qualidade, quer quanto à produção. De manêjo fácil, possibilitando excelente impressão dentro de um rendimento ainda não alcançado por máquinas de características semelhantes, a "ORIGINAL HEIDELBERG CILÍNDRICA" impôs-se à admiração de todos, confirmando, destarte, a sólida reputação de que goza em todo o mundo.

Após assistir à impressão de centenas de páginas desta revista — ocasião em que os srs. Rudolf C. Fuerst e Alfio Fioravanti percorreram sobre particularidades técnicas da máquina — dirigiram-se os convidados ao Gabinete da Chefia, onde lhes foi servido um coquetel. Falando nessa ocasião, o cel. Zerbini disse do acêrto da transação efetuada, eis que inegáveis são o aprimoramento técnico e as possibilidades de alta produção da "ORIGINAL HEIDELBERG CILÍNDRICA". Encerrando a sua oração, felicitou o cap. Bolestaw pela iniciativa feliz de dotar as suas oficinas de uma máquina realmente à altura das exigências da arte gráfica moderna.

Os clichês ao lado fixam aspectos da solenidade.





SECCÃO *Feminina*

UM POUCO DE TUDO PARA AS FILHAS DE EVA

Orientação de Rita de Cássia

FATO EM FOCO:

Leitora, acompanhou você o célebre caso Aires Câmara-Diacuf? Creio que sim, pois não houve quem não se preocupasse com aquela noivinha índia, de olhos puxados, sem cílios, cabelos lisos e compridos que, durante semanas, ocupou as primeiras páginas dos jornais e das revistas.

Diacuf um dia conheceu um moço branco e com êle veio a se casar na "cuiabá" mais bonita do Brasil. Ali a indiazinha viu Copacabana; embelezou-se no salão de Helena Rubeinstein; teve seu vestido de noiva confeccionado no "Magasin Segadaes" e casou-se, finalmente, na Candelária.

A sucessora de Iracema certamente terá muito que contar a seus filhos e netos, e nós, que acompanhamos de perto o romance, vivemos momentos bastante agradáveis mesmo porque, queridas leitoras, os "Amores de Francisco Alves" de há muito nos vinham exasperando a paciência e matando os nossos últimos resquícios de boa vontade.

Rita de Cássia



Consultas

Se vocês tiverem algum problema a resolver, ou desejarem algum prato preferido, escrevam para:

Rita de Cássia

Redação de "Militia"

Rua Alfredo Maia, 106

São Paulo

pois terei muito prazer em lhes ser útil.

SER OU NAO SER

Anselmo Duarte, o conhecido galã cinematográfico, que aparece em "Veneno" com a atriz Leonora Amar, está atualmente prêso à Cia. Cinematográfica Vera Cruz. O seu ordenado mensal é de Cr\$ 50.000,00, quer filme, quer não...

Mário Donato, antes do seu livro "Presença de Anita", impróprio para menores, dedicava-se a traduzir e mesmo a escrever histórias para crianças.

Por ocasião da festa comemorativa do aniversário da escritora Helena Silveira, tais foram os comentários em torno de episódios vários, que o sr. Osvaldo de Andrade não gostou das piadas ditas a seu respeito. Embora às vesperras de um ataque de coração, pois atualmente se encontra internado num sanatório carioca, o ilustre escritor ainda achou forças para revistar os insultos de que fora alvo, taxando Helena e Diná Silveira de Queiroz de "Irmãs Dione da Besteira".

Receita caseira

Para amaciar e clarear as mãos que trabalham, eis aqui uma receita caseira de ótimos resultados.

Para um pires de açúcar, espreme-se meio limão galego ou de qualquer outra espécie. Em seguida, passe essa massa nas mãos, em tôdas as direções. Após 5 ou 10 minutos, lave-as com sabão e verifique, por si mesma, a transformação que nelas se operou.

Repita a receita pelo menos uma vez por dia.

A moda feminina é inconstante, apesar de seguir sempre a mesma rotina. Quando nos cansamos da saia reta, começamos a inventar pregas, plissês, simples ou "soleil", até que no fim acabamos usando godês. O pior é que, na hora das compras, há sempre alguém que estrila.

Contudo, que culpa temos nós de as fazendas custarem tão caro e estarmos sempre dispostas a inventar novidades? Afinal de contas, o nosso desejo é apresentar-nos sempre de modo agradável, aos olhos do "bem amado", e, assim sendo, tudo é desculpável não é verdade?...

Para sua filhinha



Aqui temos dois modelinhos, feitos de encomenda, para as tardes de verão. Façam-nos e vejam se não tenho razão...

ENRIQUEÇA SEU MENU:

Um prato bem enfeitado é sempre mais interessante e mesmo apreciado. Assim sendo, aqui lhes deixo duas receitas fáceis de se preparar, mas que fazem bastante vista. São elas:

1.º) — MAIONESE

Ingredientes

Molho

3 gemas - sendo duas cozidas.

1 xícara de chá de óleo.

1 pitada de sal.

1 colher de chá de caldo de limão.

Recheio

5 batatas cozidas.

1 pé de alface.

1 lata de ervilha.

1 de camarão.

1/2 cebola.

200 gr. de presunto.

100 gr. de azeitona.

1 ovo cozido.



Se vocês desejam um vestido prático, nada mais elegante e simples que este, confeccionado em linho, algodão ou shantung. Os bolsos podem ser bordados segundo a sua preferência. Pode ser usado com ou sem capinha, dependendo da ocasião.

Modo de preparar

Molho:

Primeiramente, deve-se passar uma das gemas cozidas na peneira. Em seguida, junta-se-lhes a gema crua e vai-se mexendo com uma colher de sopa, sempre numa mesma direção. Quando estiver bem mexido, coloca-se sal e finalmente o óleo e o limão, mas, aos poucos, sem parar de mexer para não talhar. Assim que ficar consistente, pode-se despejá-la na bomba, com as formas apropriadas para o desenho com que se quer ornamentar o prato.

Recheio:

Cortam-se as batatas em rodelas finas, dentro de uma vasilha larga. Em seguida, junta-se-lhes alface picada bem miudinha (não esquecer de deixar as folhas mais de lado, para forrar o prato de maionese) e, por último, ervilha, cebola picada, sal, salsa, também picada, pimenta do reino e limão. Quando tudo estiver bem misturado, colocam-se 2 colheres de molho e torna-se a mexer.

Modo de enfeitar

Forra-se o prato de maionese com as folhas de alface, previamente separadas, de modo que fiquem na beirada do prato. Em seguida, coloca-se o recheio no centro do prato e em volta do talo da alface. Em cima desse recheio espreme-se a bomba contendo a maionese, não deixando espaço algum sem cobertura.

A seguir, espalha-se a outra gema ralada, sobre o molho, deixando livre o centro, porém, onde se poderá colocar uma cestinha de tomate, tendo dentro algumas folhinhas de salsa.

Finalmente, parte-se o ovo cozido, em rodelas, e coloca-se na parte superior da maionese, em pequenos intervalos.

Com as forminhas adequadas pode-se fazer margaridas ou rosinhas, nos bordos da salada.

Rocambolinhos

Ingredientes:

- 2 claras.
- 1 gema.
- 5 gótas de baunilha.
- 3 chícara de açúcar.
- 3 colheres de amendoim ou amêndoas.
- 2 colheres de chocolate.

Modo de preparar

Faz-se 3 massas separadas:

1) — Na primeira, juntamos à gema uma xícara de açúcar e as gótas de baunilha, misturando tudo de modo a tornar bem clara a gema;

2) — Em seguida, colocamos na segunda massa, 1 clara, 1 xícara de açúcar e as 3 colheres de chocolate. Procedese do mesmo modo que na anterior;

3) — Finalmente, faz-se a última massa com uma clara, outra xícara de açúcar, amendoim e nozes; mexe-se tudo com uma colher.

Depois de prontas, as massas devem ser estendidas uma sobre a outra, a fim de enrolá-las como se faz no caso do rocambolê.

Posteriormente, cortamos o rocambolê em pedaços, e deixamos-os secar antes de os colocar no prato escolhido.

SEJA VOCÊ MESMA!

Muitas vezes, ao olharmos a elegância e o garbo com que certas pessoas se vestem, temos vontade de imitá-las.

Passamos a copiar os modelos de seu figurino, a cor de seus vestidos, o seu modo de pentear e até mesmo a sua maneira de olhar ou rir. Não é crime, é verdade. E' até mesmo comum entre nós, mulheres, procurarmos sempre nos apresentar o melhor possível. Entretanto, quantas vezes levamos na cabeça, e isso acontece, prezadas leitoras, devido ao fato de não repararmos, em tempo, o quanto aquela pessoa admirada difere de nós mesmas.

Basta uma pequena diferença e tudo vai por água abaixo. O efeito sai ao avesso. Devemos sempre recordar-nos desses pormenores, se quisermos fazer boa figura.

Se o sorriso argentino de nossa amiga é agradável aos nossos ouvidos, se o olhar brejeiro da garota de frente nos diverte, lembremo-nos sempre que também nós devemos ter alguma coisa peculiar, que nos faça diferente das outras e igual somente a nós mesmas.

Não digo que não devam aprender maneiras mais finas ou mesmo apurar seus gostos, em contacto com alguém apto a fazê-lo; porém, advirto-as a agir com equilíbrio, pesando os prós e contras.

Esmerem-se o mais que possam. Todavia, sejam sempre vocês mesmas e nunca uma criatura fútil e sem personalidade.

OCORRÊNCIA POLICIAL

A Secretaria da Segurança Pública vem de baixar portaria, regulando a intervenção da polícia quando ocorram crimes ou acidentes na via pública.

Tratando-se de matéria que deve ser perfeitamente conhecida por qualquer policial, dado o alcance social da medida, "Militia" transcreve, na íntegra, a referida recomendação.

Portaria n.º 64, de 17-XII-952

O Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

considerando a conveniência de ser atualizada, com modificações a Portaria n.º 48, de 29 de outubro de 1951;

considerando, ainda, a imperiosa necessidade de serem sanados os inconvenientes que se vêm observando na prática, quanto à intervenção da Polícia nos casos de crimes ou acidentes na via pública.

DETERMINA:

Seja rigorosamente observada nesta Capital as seguintes disposições:

I — O pessoal de serviço na Polícia Central deverá atender com a maior presteza possível a todos os chamados relativos a crimes ou acidentes na via pública, evitando perda de tempo com controvérsias, pedidos de confirmação ou qualquer procedimento que possa acarretar atraso na execução de sua tarefa.

II — Nos casos considerados urgentíssimos, quando se presume tratar-se de salvar a vida da pessoa acidentada ou vítima de crime, o chefe da guarnição da viatura da Rádio-Patrolha que comparecer ao local ou outro qualquer elemento da Polícia, que primeiro

tome conhecimento do fato, deverá providenciar sua remoção imediata para o Hospital das Clínicas, pôsto de Pronto Socorro ou outro hospital por ventura designado pelos interessados.

III — Não havendo no momento viatura policial disponível e não tendo a ambulância do Pronto-Socorro chegado ao local no devido tempo, a remoção da vítima (estando com vida) poderá ser feita em qualquer veículo cujo motorista ou responsável se disponha a praticar tal ato de humanidade. Nesse caso, caberá ao representante da Polícia presente anotar o número da chapa do carro e conhecer a identidade de seus ocupantes, arrolando testemunhas do fato.

IV — A êsse representante da Polícia cumpre, ainda:

a) — comunicar a providência tomada à autoridade policial que comparecer ao local, explicando as razões que a determinaram, bem como apresentar amplos esclarecimentos a respeito, com dados elucidativos sobre o veículo que transportou a vítima, seus ocupantes e o hospital de destino;

b) — proceder de maneira que as providências tomadas não venham causar ulteriores embaraços ao esclarecimento do fato, adotando, então, todas as medidas que se imponham, de acôrdo com as circunstâncias de cada caso, vi-

sando acautelar as diligências do respectivo inquérito.

V — Sempre que qualquer ocorrência ocasione interrupção do trânsito, a autoridade policial que comparecer ao local deverá tomar providências a fim de que êle seja restabelecido o mais rapidamente possível, sem prejuízo, contudo, das investigações e trabalhos periciais necessários à completa elucidação do fato.

VI — Os Srs. Comandante Geral da Fôrça Pública, Delegado Auxiliar da

6.a Divisão Policial, Diretores da Guarda Civil e da Guarda Noturna de São Paulo, deverão determinar providências no sentido de serem dadas instruções aos seus subalternos com relação ao assunto de que trata a presente Portaria.

Publique-se e cumpra-se.

O Secretário da Segurança Pública.

ELPÍDIO REALI.

(D.O. de 18-XII-1952).



POLÍCIA E BOTÂNICA

Quem imaginaria que a ciência amável, que é a botânica, pudesse valer aos detetives na determinação da hora da morte de uma determinada pessoa.

Em reunião recente da Sociedade Norte-Americana para o Progresso da Ciência, vários pesquisadores se concentraram em torno do problema da determinação da hora da morte. Muita gente, que nada tinha de científica, acorreu ao referido simpósio, pois o assunto era dos que naturalmente despertam curiosidade geral. Esse público heterogêneo e atento, teve oportunidade de ouvir o relato que o dr. Germer fez de um caso em que êle, como delegado, pôde valer-se da botânica para descobrir a que horas o "defunto morrera".

Quando o cadaver foi encontrado, o delegado verificou que entre os cabelos dele crescia um rebento de vinha. O cadaver encontrava-se em adiantado estado de putrefação e era absolutamente necessário determinar a hora da morte, pois disso dependia a execução de certas cláusulas testamentárias. Lembrou-se, então, o delegado Germer de chamar... um professor de botânica! Este, pelo exame do ramo e de seu ritmo de crescimento, pôde dizer a sua idade. E as indicações assim obtidas permitiram que o delegado resolvesse o seu problema.

Em sua comunicação, o delegado Germer lembrou várias outras contribuições que os bacteriologistas e os entomologistas podem dar à polícia, no sentido de determinar a idade dos cadáveres, seja pelas substâncias fabricadas pelas bactérias da putrefação, seja pelos insetos e larvas encontrados no cadaver. Também os mineralogistas, examinando as sujeiras que se encontram no cadaver, podem excluir a possibilidade de certos tipos de acidentes. Tudo isso constitue exemplo daquilo que se chamam "provas associadas".

Comentando...

por HILDEBRANDO CHAGAS

Não. Absolutamente não queremos encrenca. Se o problema é sério, seríssimo, que falem os mestres. Quanto a nós, cadê conhecimento linguístico para abordá-lo? Se arriscar um comentário já dá o que pensar, o que não dizer da loucura de uma definição solutiva. Pois sim... Ele, o problema intrincado, que permaneça por aí, tempo em fora, provocando arengas, revelando erudições, inspirando regras gramaticais, levantando grita estilística.

Que é virgulação?

Os gramáticos não fogem ao combate. Ah! isso é que não. Ora acham que é a "arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima...", ora falam, tão somente, em "necessidade de respirar". E daí as regras exaustivas em que entram, circunspectos, complementos circunstanciais, apostos, vocativos, proposições intercaladas, cláusulas adjetivas, frases gerundiais e participiais, orações outras e complementos vários. Alguns lêem e não entendem. A maioria prefere não entender ao se dar ao trabalho de ler. E a ignorância permanece, em tese, para o mal de quem lê e a morte de quem escreve.

Não! Mil vezes não! bradam, do outro lado, os estilistas. Fora com a mania de complicar as cousas simples. Virgular é entoar. A vírgula é apenas um símbolo da pausa rítmica. Sim — alegam — porque o ritmo é elemento vivo do discurso, e escrever nada mais é que simbolizar, graficamente, a linguagem falada.

Que diremos nós? Nada. Apenas sabemos que o entrevêro vem de longe e se perderá nos tempos. E que os gramáticos, mais por dever de ofício — como diria o professor Antenor Nascentes — permanecerão fazendo gramaticalismo.

Os estetas e os estilistas, de outra forma, hão de achar, sempre, que "além da rigidês convencional da Gramática, o povo e os artistas, em comunhão de esforços, descobrem constantemente novos modos de expressão...".

Não somos contra a gramática. Quem somos nós... Mas, neste caso, estamos com a estilística. Porque a vírgula é símbolo.

A altura da voz não se altera porque os gramáticos inventaram o vocativo, ou o timbre se eleva porque se convencionou a interjeição. Que nada! Antes, bem antes, a linguagem falada já determinava ritmos, entoações, andamento, altura, timbre. Depois é que chegaram os gramáticos e teve início o simbolismo.

Temos que se deve pontuar segundo as pausas naturais da linguagem falada. Quem fala bem, cremos, pontua e lê bem. Agora, se o rabiscador não tem noção do que seja ritmo, entoação, etc., e não conhece, também, os símbolos, paciência. Não nos cabe culpa, e a história é outra, também muito séria, sôbre que não arriscaremos, absolutamente, sequer um comentário.

Só por escrito . . .

Em uma cidade do interior paulista, na zona Noroeste, por volta de 1938, o delegado de polícia local não gozava de bom conceito entre os soldados do destacamento. E isto justificava-se: por mais de uma vez dera êle ordens violentas para execução de determinado serviço e, em face do resul-



tado comprometedor, atirara a responsabilidade nas costas do executante, enlaçando-o nas malhas de um processo-crime.

Justamente servindo nesse destacamento estava o soldado X, sabidíssimo, que atendia aos seus companheiros pelo apelido de "Memé", talvez por ter voz de falsete.

Certo dia, houve, na cidade, um jogo de futebol considerado importan-

te, pela rivalidade existente entre os admiradores dos quadros contendores.

O policiamento no campo foi reforçado e a autoridade policial compareceu, a fim de exercer mais eficazmente sua missão.

Como sói acontecer nessas competições, alguns torcedores mais exaltados desavieram-se e promoveram grande conflito. O delegado, que estava próximo, tentou apartar os turbulentos, mas foi envolvido pela pancadaria, desaparecendo no tumulto e na nuvem de poeira por êle produzida.

O soldado "Memé" que se encontrava no outro lado do gramado, correu para o local do conflito quando viu o delegado, que conseguira pôr a cabeça para fora do bôlo, gritar-lhe:

— Acuda-me! Tire-me daqui! Meta o chanfallo! Atire!

O "Memé", atendendo ao apêlo do delegado, corria em seu auxílio já com o "Comblain" desembainhado, quando se lembrou de que dois ou três colegas seus estavam respondendo processo, por fatos semelhantes. Parou. Meteu a mão no bolso, retirou um caderno de notas e um lápis, e, com a voz falhando mais ainda devido à emoção, perguntou:

— O senhor dá essa ordem por escrito, doutor?



Sétima ARTE

Primeira mostra retrospectiva do Cinema Brasileiro

INICIADA em novembro último, encerrou-se festivamente, em dezembro do ano findo, no Museu de Arte Moderna, a Mostra organizada pelos senhores Caio Scheiby e Trigueirinho Neto.

Embora deixando à margem produções que representam experiências de indiscutível interesse, a iniciativa do Museu de Arte Moderna e do Centro de Estudos Cinematográficos constituiu um acontecimento relevante.

O certame teve o mérito de lembrar e consagrar o esforço de nossos pioneiros que, em épocas desprovidas dos recursos técnicos e econômicos de hoje, realizaram obras de tão elevado conteúdo temático e brasileiro, que muito freqüentemente superaram as produções atuais. Por outro lado, os nomes de Ademar Gonzaga, Carmem Santos, Rossi, José Medina, Otávio Gabus Mendes, Silveira Sampaio, Luiz de Barros, Píeralise, Líbero Luxardo, Chianca de Garcia, Fernando de Barros, Oduvaldo Viana, juntamente com uma autêntica legião de artistas, indicaram ser acentuadamente pretensioso imaginar-se que *"antes de nós era o cáos, e depois será o dilúvio"*.

Ortiz Monteiro

1.º Vice-Presidente da Associação Paulista de Cinema e produtor de filmes.

A presença otimista, jovial e modesta de Humberto Mauro, bem como a projeção de algumas de suas produções, como *"Lábios Sem Beijos"*, de 1930, *"Ganga Bruta"*, de 1932, *"O Descobrimento do Brasil"*, de 1935, e *"Canto da Saudade"*, de 1951, tôdas elas realizadas sem nenhum alarde, em estúdios e condições mais do que elementares, documentam a histórica realidade do cinema brasileiro, tão suspeitamente negada por representantes de determinados grupos hostis à consolidação dessa arte-indústria em nosso país.

Em *"Ganga Bruta"*, que ainda pertence à fase do filme silencioso, há aspectos tão bons e uma história tão bem narrada, que dispensa legendas ou explicações. A escolha dos tipos e locais, somada à beleza de muitas de suas seqüências, estão a exigir que esta fita do velho Humberto figure nas antologias universais do filme de todos os

tempos. Uma seqüência concebida com a mais aguda inteligência e realizada com poucas vêzes em que se tenha lançado mão da metáfora, é a representada pela perseguição e a posse da jovem heroína do filme. Sugerida apenas pela seqüência paralela das oficinas de uma construção, onde a forja, o fogo e o ferro em brasa funcionam como metáforas lúbricas, a posse da jovem constitue uma solução da mais absoluta funcionalidade. Vinte anos mais tarde, a fita da "Cia. Vera Cruz", intitulada "Terra, Sempre Terra", dispondo já de condições infinitamente mais favoráveis, tenta repetir a solução encontrada por Humberto Mauro, também fazendo uso de uma seqüência paralela, em que ferreiros forjam argolas e chuços. Acontece, porém, que no filme da "Vera Cruz" as metáforas não alcançam funcionalidade, revelando-se, ao mesmo tempo, indisfarçavelmente chulas e de mau gosto.

Proporcionando tais ensejos de confronto, e muitos outros que não cabem dentro dos limites escassos de uma crônica, os espectadores da Mostra puderam ver e sentir que os cineastas do passado realizaram indiscutíveis milagres de forma e de conteúdo, usando mais a cabeça do que recursos técnicos, praticamente inexistentes. Ante as o-

bras daqueles lutadores, que nunca se dobraram a nenhuma dificuldade, vimos todos o grau de imodéstia, contido na afirmativa, por certo impensada, com que o sr. Alberto Cavalcanti apresentou ao público o filme que realizou para a "Cinematográfica Maristela":

"Em terra de cegos, *O CAOLHO É REI*"... sentenciou s. s.

A I MOSTRA RETROSPECTIVA DO CINEMA BRASILEIRO, além de dar ensêjo à reexibição de filmes realizados entre os anos de 1919 e 1945, proporcionou ampla visão, inclusive a determinados responsáveis pela realização do certame, da existência e continuidade da sétima-arte no Brasil, fato que sempre afirmamos de público e pelo qual sempre nos batemos.

A nota final, provavelmente a mais importante da Mostra, foi o aparecimento de um sadio desejo de união e colaboração entre os que verdadeiramente aspiram a consolação da indústria cinematográfica em nossa Pátria. Novos e velhos, pioneiros e recém-chegados, sentiram-se justamente orgulhosos dos seus trabalhos e dos trabalhos recíprocos, convencendo-se de que a vitória definitiva do filme nacional somente se dará quando for alicerçada sobre uma impenetrável unidade de todos os seus profissionais.



PREFIRA O NOVO PACOTE DE 400 GRAMAS

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYEA

MARCAS REGISTRADAS

**É MAIS PRÁTICO, HIGIÊNICO E
MAIS BARATO!**

ANIVERSÁRIO DE "MILITIA"

A 26 de novembro último, "Militia" festejou seu quinto aniversário. Data, sem dúvida, de grata significação, especialmente para a família policial-militar do Brasil.

São cinco anos de luta quotidiana a serviço do intercâmbio, da solidariedade, e do desenvolvimento técnico das Polícias Militares do Brasil e do aprimoramento cultural de seus elementos.



Ao Clube Militar da Fôrça Pública a data não passou despercebida. Sua Diretoria, gentilmente, ofereceu na Casa "Mappin" um chá comemorativo aos atuais e antigos diretores, redatores e membros da administração de "Militia".

Assim, na tarde de 26 de novembro, em festa familiar, se reuniram o cel. Odilon Aquino de Oliveira, caps. Milton Marques de Oliveira e Osvaldo Feliciano dos Santos, componentes da Diretoria do Clube; ceis. José Maria dos Santos, Coriolano de Almeida Júnior e José de Anchieta Torres, os primeiros antigos e o último atual diretor geral da revista; caps. Francisco Vieira da Fonseca, Manoel Pereira da Silva e tens. Paulo Monte Serrat Filho e Antônio Silva, respectivamente, gerente, tesoureiro e secretário; caps. Germano Ribeiro Scartezini, Boleslaw Zdanowicz, Bento Barros Ferraz e ten. Hildebrando Chagas da Silva, antigos e atuais redatores.

Dirigindo-se aos presentes, o cel. Odilon manifestou sua satisfação pelo transcurso da data e, fazendo "blague", disse que, "dado não ser possível se reunirem dois brasileiros sem que houvessem pelo menos dois discursos", dava a palavra ao cap. Feliciano para saudar os trabalhadores de "Militia".

O cap. Osvaldo Feliciano dos Santos, em traços rápidos relembrou a história da revista, salientando, particular-

mente, o idealismo e a tenacidade de seus diretores e os ingentes esforços dos caps. Germano Ribeiro Scartezini e Francisco Vieira da Fonseca, colunas mestres da existência do nosso órgão de classe, desde o seu nascimento.

Ressaltou também o concurso eficiente que vem emprestando à revista, como chefe da Tipografia da Fôrça Pública, o cap. Boleslaw Zdanowicz.

Terminou dizendo que a história de "Militia" vem se confundindo com os percalços que vão sendo vencidos pelos seus responsáveis.

A pedido do cel. José de Anchieta Torres, o ten. Hildebrando Chagas da Silva, brilhante jornalista, agradeceu a homenagem.

Entre outras coisas, afirmou que, dentro das possibilidades jornalísticas, "Militia" vem cumprindo, cabalmente, suas altas finalidades, sob todos os aspectos. Nem é por outra razão, disse, que nossa revista tem merecido elogiosas referências de abalizados técnicos.

De nossa parte, como homenagem à data que nos é tão cara, concitamos nossos camaradas a prestigiar o seu órgão de classe e colaborar, ainda mais, para o crescente desenvolvimento de "Militia", que havendo ultrapassado a primeira infância há de projetar-se, sem dúvida, como esplêndida conquista das Polícias Militares do Brasil.

O clichê fixa aspectos da reunião.

O homem pode suportar muita coisa, enquanto se suportar a si mesmo. Pode viver sem esperanças, sem amigos, sem livros ou mesmo sem música enquanto for capaz de ouvir os seus próprios pensamentos.

AXEL MUNTH

Miliciano,

a

SEC. REEMBOLSÁVEL DO S. I.

(Quartel do S. I. — Rua Alfredo Maia, 194)

defende os seus interêsses
porque oferece o que Você
necessita, a preços inferiores
aos da praça.

Faça-lhe uma visita —————
————— logo que puder

ANIVERSÁRIO DA FÔRÇA PÚBLICA



Autoridades e carro-comando.

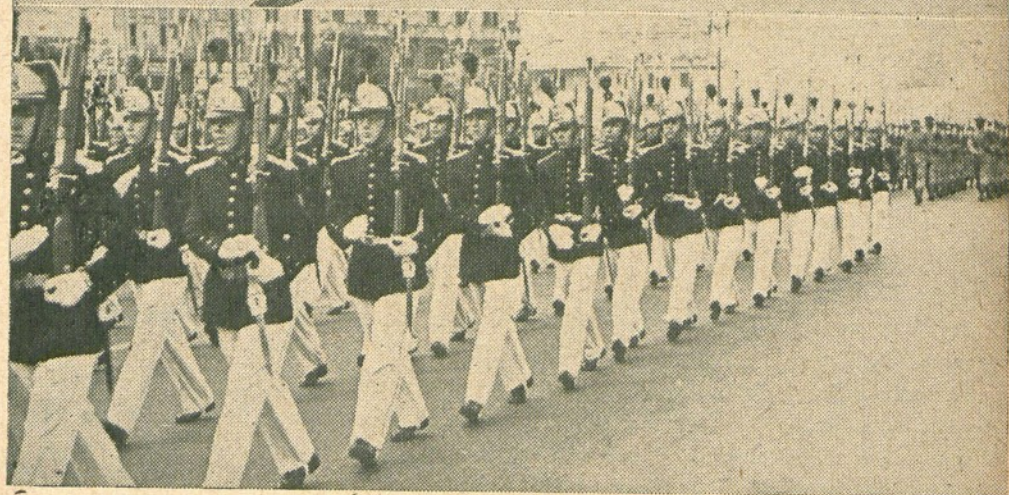
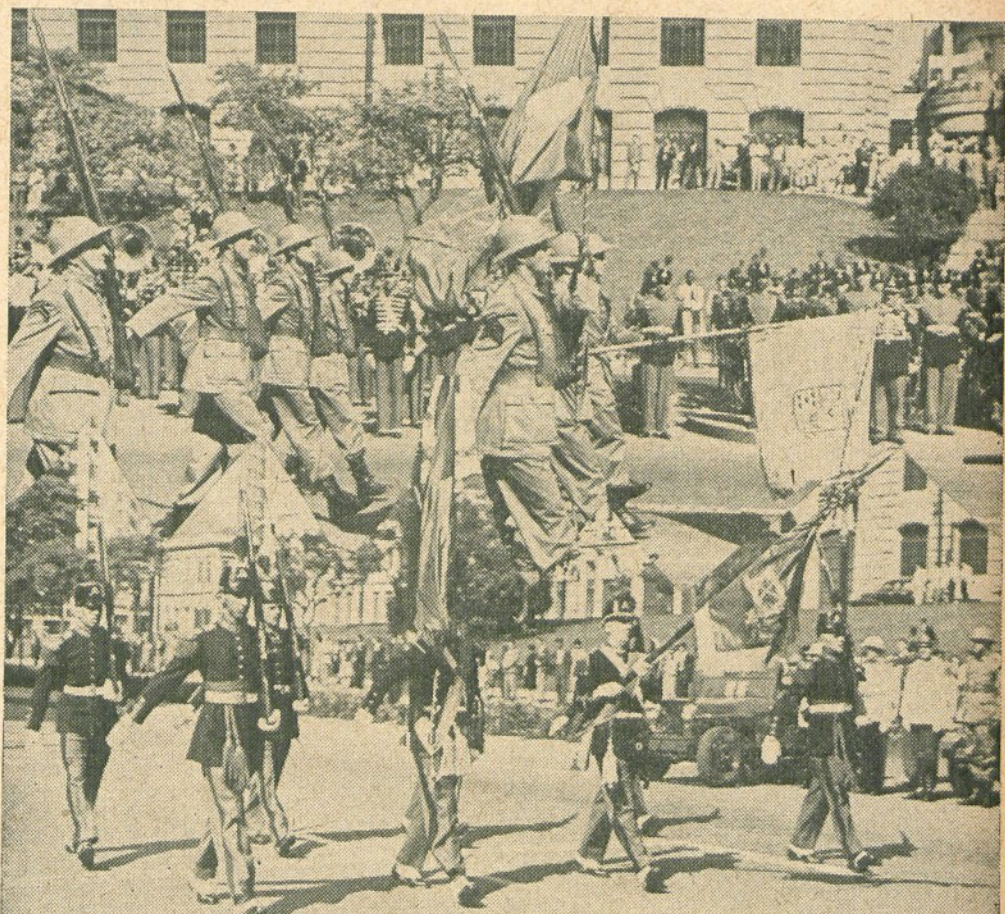
O transcurso do dia 15 de dezembro assinalou a passagem de mais um aniversário da milícia de Piratininga. Criada em 1831, ultrapassou, agora, o centésimo vigésimo primeiro ano de existência.

Como nos anos anteriores, diversas solenidades evocaram a grata efeméride, que é de grande significação para os Paulistas, porque a história da corporação, no último século, se entrelaça e se confunde com os fastos da história de São Paulo e do Brasil.

Em homenagem à data, foi organizado vasto programa de comemorações, cujo desenvolvimento durou alguns dias.

Entre elas se destacaram as cerimônias de encerramento dos cursos da Escola de Educação Física, do Serviço de Transportes e Manutenção e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento.

Assim é que, no dia 13 de dezembro, no Ginásio da Escola de Educação Física, à Rua Jorge de Miranda, realizou-se em conjunto, a entrega dos certificados a oficiais e sargentos que concluíram, respectivamente, os cursos de técnica e emprego do material automóvel, e de instrutores e monitores de educação física. Foi paraninfo de todas as turmas o Dr. Elpídio Reali, Secretário da Segurança Pública. S. Excia.,



Batalhão "Tobias de Aguiar" - Batalhão de Guardas - Curso de Formação de Oficiais



Centro de Formação e Aperfeiçoamento

(Gentileza de "A GAZETA")

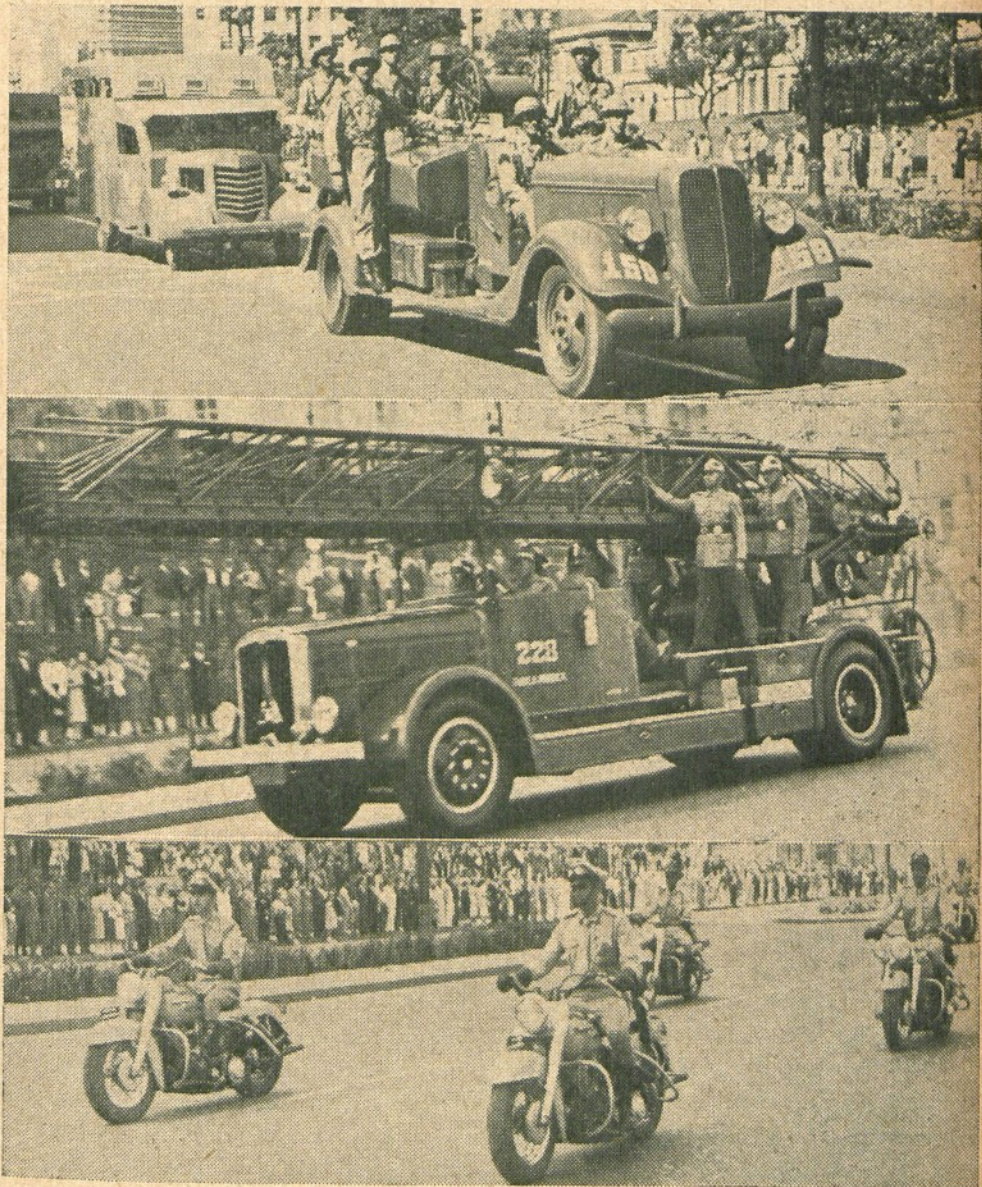
em formosa oração, concitou os diplomandos a empregarem todos os conhecimentos auferidos em prol do serviço policial do Estado, cuja eficiência, frizou, nos dias que correm, depende, em boa parte, exatamente da formação física dos homens e da técnica do trans-

porte automóvel, nas várias modalidades.

Estiveram presentes à solenidade, que se encerrou com o oferecimento de um "cock-tail" aos convidados, representantes dos cmnts. da 2.a Região Militar e da 4.a Zona Aérea, os exmos.

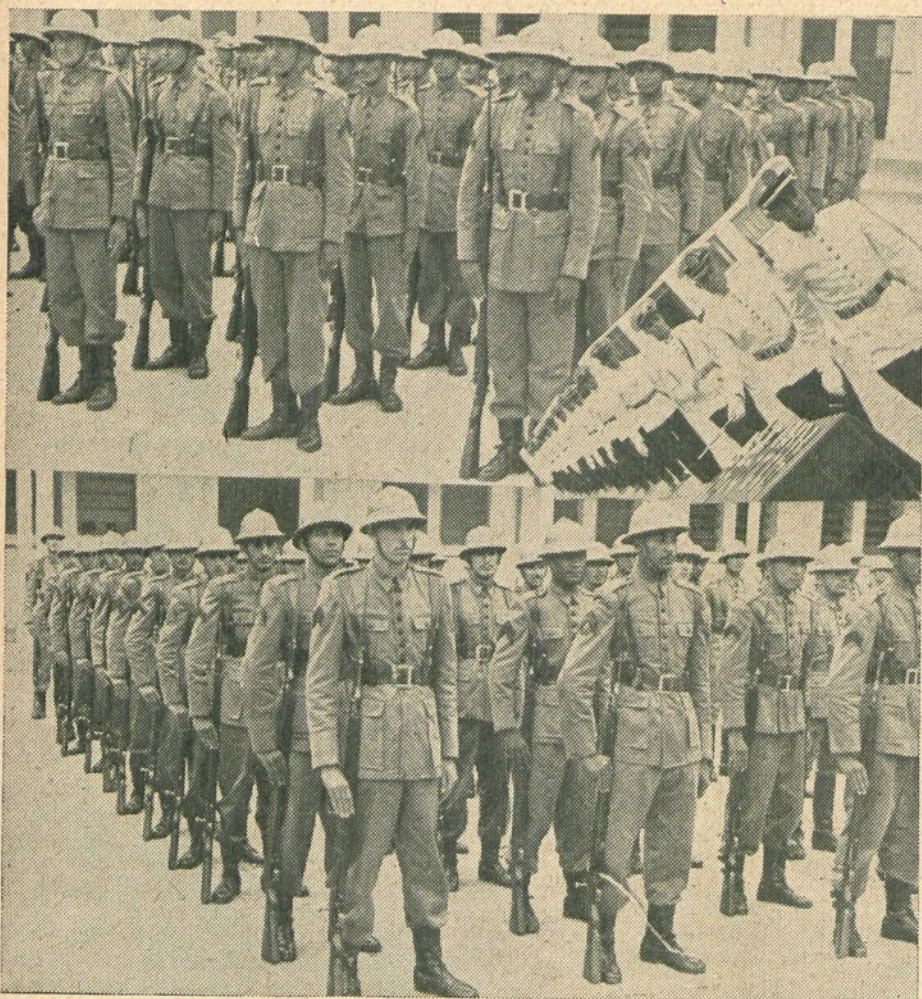
srs. cel. Euryale de Jesus Zerbini, cmt. da Fôrça Pública e cel. Odilon Aquino de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado, além de outras autoridades civis e militares.

A 15 de dezembro, às 10 hs., engalanado o majestoso quartel do Centro de Formação e Aperfeiçoamento, no Barro Branco, aí se realizou a cerimônia do encerramento dos cursos de



ELEMENTOS MOTORIZADOS

Batalhão Policial — Corpo de Bombeiros — Cia. de Policiamento Rodoviário



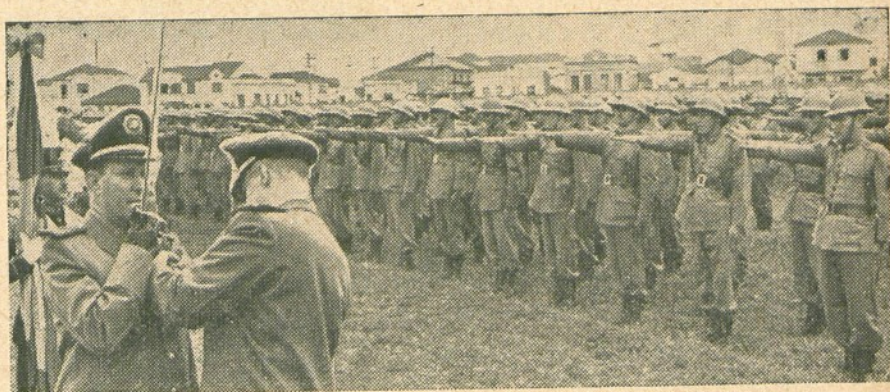
Quadros para a Milícia Paulista

oficiais, sargentos e cabos, presidida pelo governador de São Paulo, prof. Lucas Nogueira Garcez. Ao ato, a que esteve presente a sociedade paulistana, compareceram altas autoridades civis e militares, entre as quais foram anotados os srs. gen. Edgard de Oliveira, comandante da 2.a Região Militar, Elpídio Reali, Secretário da Segurança Pública, Ernesto Leme, magnífico reitor da Uni-

versidade de São Paulo, cel. Euryale de Jesus Zerbini, cmt. Geral da Força Pública, cel. Odilon Aquino de Oliveira, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado, cel. Alcides Neiva, representante do comando da 4.a Zona Aérea, cel. Aníbal de Andrade, chefe do E.M. da 2.a Região Militar e ten. cel. José Lopes da Silva, chefe da Casa Militar.



Paraquedistas — Cães policiais e respectivos condutores — Regimento de Cavalaria



Juramento à Bandeira e entrega de medalha



Ao alto, o sr. Elpídio Reali, secretário da Segurança Pública, saúda oficiais e sargentos diplomados pelo S.T.M. e E.E.F. Em baixo, s. excia. cumprimenta o ten. Elvídio Peters, da P.M. de Sta. Catarina

Prestada a continência devida ao sr. governador do Estado, e lido o boletim comemorativo ao ato, verificou-se a solenidade de entrega de espadas aos novos aspirantes, e de prêmios ao primeiro classificado em cada um dos cursos, que foram os seguintes: Curso de Formação de Oficiais — aspirante Ernani Benedito de Tolosa; Curso de Sargentos — 3.º sargento Orlando Mendes; Curso de Cabos — cabo Paulo Clemente de Souza.

Em seguida houve desfile geral da tropa, sob o comando do maj. Paulino

Vieira das Neves, diretor do ensino no estabelecimento.

Terminada a cerimônia foi servida aos presentes lauta mesa de doces.

“Militia”, anunciando os fatos acima, de tanta relevância para a vida da corporação, felicita os diplomados de todos os cursos e augura, festejando o 121.º aniversário da Fôrça Pública, que todos êles se dediquem, com o maior entusiasmo, aos serviços especializados a que forem destinados, para que possamos, no próximo 15 de dezembro, aumentar ainda o já enorme acervo de serviços prestados ao govêrno e por paulistas.

Os clichês ilustram o noticiário acima.



O sgt. Alvaro Leite ao receber o seu distintivo

Como se houvesse de morrer cedo, goza dos teus bens; como se devesse viver sempre, poupa-os. O homem prudente é aquele que, não perdendo de vista êstes dois preceitos, conserva um justo meio termo entre o que poupa e o que depende.

LUCIANO

Inaugurado o novo Quartel do 6.º B. C.

Presidiu às cerimônias o governador Lucas Nogueira Garcez — Homenageados os srs. Mário Beni e Elpídio Reali — A colônia portuguesa ofertou o Pavilhão Nacional — Outras solenidades

O governador Lucas Nogueira Garcez inaugurou, no dia 23 de novembro último, o novo quartel do 6.º B.C., sediado na cidade de Santos. As solenidades, que se revestiram do maior

secretário da Segurança Pública, deputados Rubens F. Martins e Athié Jorge Coury, e Francisco Luís Ribeiro, prefeito municipal de Santos, chegou ao quartel do 6.º B.C., por volta



O governador Lucas Nogueira Garcez, em companhia dos srs. cel. Zerbini, Elpídio Reali e cmt. Cícero, passa em revista a tropa.

brilhançismo, compareceram, além de elevado número de autoridades civis, militares e eclesiásticas, personalidades as mais representativas do mundo social e político da cidade de Brás Cubas.

CONVIDADOS PRESENTES

Em companhia dos srs. Mário Beni, secretário da Fazenda, Elpídio Reali,

das 9 horas, o governador Lucas Nogueira Garcez. Recebido pelos srs. cel. Euryale de Jesus Zerbini, comandante geral da Força Pública, e ten. cel. Cícero Bueno Brandão, cmt. do 6.º B.C., dirigiu-se s. excia. ao pátio interno do quartel onde, sob o comando do major Luiz de Cicco, a tropa formada lhe prestou a continência de es-

Nessa ocasião pudemos anotar a presença dos seguintes convidados: d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal-arcebispo de São Paulo; d. Idílio José Soares, bispo de Santos; general Marcial Samarniego, subsecretário da Defesa do Paraguai; cel. Milton de Souza Deamon, comandante da guarnição militar de Santos, São Vicente e Guarujá; cel. José Anchieta Torres, representando o Tribunal de Justiça Militar do Estado; capitão de mar e guerra Antônio Carlos Raja Cabaglia, capitão dos Portos do Estado; general Stênio Caio Albuquerque Lima, presidente da Comissão da Refinaria e Petróleo do Cubatão; contra-almirante Esculápio Cesar de Paiva; deputados Antônio Feliciano e Lincoln Feliciano; cel. Sebastião do Amaral, juiz do Tribunal de Justiça Militar do Estado; cel. João de Quadros, inspetor-administrativo da Fôrça Pública; sr. Charles de Souza Dantas Forbes, prefeito municipal de São Vicente; sr. Ademar de Figueiredo Lira, diretor do Forum; sr. Antônio Moreira, presidente da Câmara Municipal de Santos; sr. Ricardo di Bagno, cônsul da Itália; sr. José Eduardo Menezes Rosa, cônsul de Portugal; sr. Fritz Gut, cônsul da Suíça; sr. Carlos Petit, cônsul do Paraguai; sr. Francisco José da Nova, diretor da Polícia Marítima; sr. Hugo Agripino de Azevedo, delegado auxiliar da 7.a Divisão Policial; prof. Luiz Damasco Pena, inspetor regional do ensino; vereadores João Carlos de Azevedo, Antônio de Amorim, Florival Barleta, Manoel Paulino, Laurindo Chaves, Valter Broux Paulino, Joaquim Coutinho Marques, Antônio Figueiredo, Benedito N. Gois e Artur Rivau; cap. José Limongi França, comandante da Cia. de Bombeiros de Santos; cap. Adauto Fernandes de



No alto: — A srta. Lourdes Bernadete Souza Dias entrega o Pavilhão Nacional ao ten. Roberto S. Carvalho. No centro: — O sr. Elpídio Reali agradece as homenagens que lhe foram prestadas. Em baixo: — O cmt. Cícero agradece à colônia portuguesa.

Andrade, representando o sr. Erlindo Salzano, vice-governador do Estado; além de grande número de oficiais da Fôrça Pública e mais figuras de destaque na sociedade santista.

OFERTA DA BANDEIRA BRASILEIRA

Teve lugar, em seguida, a cerimônia da entrega da Bandeira Brasileira que a colônia portuguesa, radicada em Santos, ofertou ao 6.º B.C.

Vestida à moda do Minho, a senhorita Lourdes Bernadete Souza Dias entregou o Pavilhão Nacional ao ten. Roberto Silva Carvalho, ocasião em que o sr. José Eduardo Menezes Rosas, cônsul de Portugal, falou da amizade que une portugueses e brasileiros, bem como do reconhecimento da colônia às autoridades de Santos. Agradecendo, o ten. cel. Cícero Bueno Brandão reviveu carinhosamente, em belo discurso, a contribuição valiosa que elementos portugueses, integrados em suas fileiras, emprestaram ao desenvolvimento da Fôrça Pública.

OUTRAS SÓLENIDADES

O governador Lucas Nogueira Garcez, cortando a fita simbólica que vedava a entrada às dependências internas, deu por inaugurado, a seguir, o novo quartel do 6.º B.C.

Dando prosseguimento ao estabelecido pelo programa, d. Idílio José Soares, bispo de Santos, entronizou e abençoou solenemente o Sagrado Crucifixo no Gabinete do Comando.

No salão nobre, logo depois, foram inaugurados os retratos dos srs. Mário Beni e Elpídio Reali, respectivamente secretário da Fazenda e da Segurança Pública. O governador Garcez des-

cerrou a bandeira que cobria o retrato do sr. Mário Beni, o mesmo fazendo no do sr. Elpídio Reali, o cardeal-arcebispo d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Discursando na ocasião, o ten.

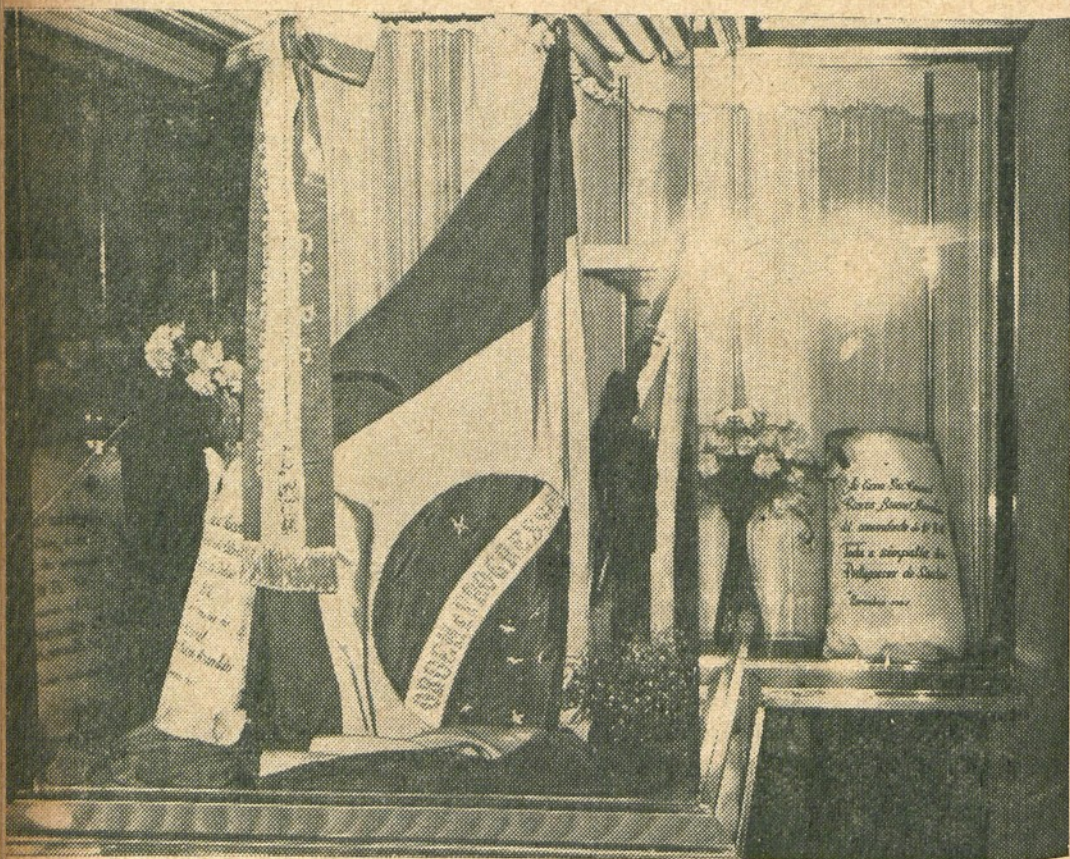


O sr. José Eduardo Menezes Rosas, Cônsul de Portugal em Santos, oferta o Pavilhão Nacional em nome da colônia lusa.

cel. Cícero Bueno Brandão destacou os esforços desenvolvidos por aquêles dois secretários de Estado a fim de que se tornasse possível a conclusão das obras daquele quartel. Falando em seu nome e no do sr. Mário Beni, o sr. Elpídio Reali, após agradecer a homenagem de que eram alvos, exaltou o trabalho eficiente que o 6.º B.C., sob a orientação segura do seu comandante, vem desenvolvendo em prol da ordem pública e do sossêgo da população san-
tista.

ALMÔÇO NO GRANDE HOTEL MARTINI

Teve lugar no Grande Hotel Martini, às 12 horas, o almoço oferecido pelo comando do 6.º B.C. ao governador do Estado e às autoridades presentes às solenidades de inauguração do quartel. À sobremesa, o ten. cel. Cícero Bueno Brandão agradeceu a presença do prof. Lucas Nogueira Garcez e das demais autoridades, manifestando o seu reconhecimento à colaboração que o govêrno do Estado emprestou para que



O Pavilhão Nacional quando exposto na vitrina da Ourivesaria Portuguesa



O governador Garcez cumprimenta a srta. Lourdes Bernadete S. Dias

concluídas fôsem as obras naquele dia inauguradas. O sr. Cleóbulo Amazonas Duarte, em nome do povo santista, referiu-se à dedicação com que o 6.º B. C. vem mantendo a ordem e garantindo a tranqüilidade da família santista. Exaltou, também, a obra administrativa que vem realizando, no govêrno de São Paulo, o prof. Lucas Nogueira Garcez.

Falou a seguir o general Marcial Samarniego, que disse da amizade e do intercâmbio entre o Brasil e o Paraguai, reportando-se elogiosamente à pessoa do ten. cel. Cícero Bueno Bran-

dão e, em seguida, à personalidade do governador Lucas Nogueira Garcez. Discorreu, também, sobre a cidade de Santos, dizendo a certa altura que será ela a continuação da sua pátria eis que, num futuro próximo, será também o pôrto do seu país.

Falando por último, o governador Garcez pronunciou um discurso, do qual extraímos os trechos abaixo:

"O govêrno do Estado tem se esmerado em atender aos justos reclamos da nossa Fôrça Pública, não só quanto às suas instalações materiais, quanto à sua organização e eficiência; não me pesa a consciência de qualquer displicência no cumprimento do dever também no setor da Fôrça Pública de São Paulo. Com satisfação verifico que a nossa gloriosa milícia, nestes dois anos, tem ganho não apenas em instalações materiais, mas em eficiência no seu comando, e compreensão entre os seus oficiais para o cumprimento de sua missão perante o povo paulista".

Referindo-se ao gesto da colônia portuguesa, disse:

"Os paulistas ficam sensibilizados e gratos pelo gesto da colônia portuguesa de Santos, que ofereceu ao Batalhão um rico Pavilhão Nacional, a testemunhar o seu carinho à cidade e a esta unidade da Fôrça Pública, homenageadas pelas mãos da graciosa representante da colônia lusa. Todos nós, brasileiros, ficamos sensibilizados com êsse gesto. Mas queremos dizer que êle não nos surpreendeu, porque de há muito conhecemos a generosidade dos portugueses, e é motivo de orgulho termos sido apresentados ao mundo por portugueses, que foram os autores da nossa própria Independência".

NOSSOS REPRESENTANTES

Representam MILITIA no Exterior, nos Estados e Territórios

BOLÍVIA (Cuerpo de Carabineros)

— Dirección General de Policía (La Paz) — cap. Saul Herbas Casanovas.

CHILE (Cuerpo de Carabineros)

— Victoria Subercaseaux, 173 2.º piso (Santiago) — teniente Efraín de la Fuente Gonzáles.

— Prefectura General (Valparaiso) — capitán Franklin Troncoso Bachler.

— IV Zona de Carabineros (Concepcion) — capitán Moisés Suty Castro

ACRE (Guarda Territorial)

— Q.G. (Rio Branco) — ten. Carlos Martinho Rodrigues Albuquerque.

ALAGOAS (Policia Militar)

— Q.G. (Maceió) — cap. José Cavalcante Maranhão.

AMAPA (Divisão de Segurança e Guarda)

— Séde (Macapá) — Raimundo Walter Luz.

AMAZONAS (Policia Militar e Corpo de Bombeiros)

— Major Caetano Felix do Nascimento

BAHIA (Policia Militar)

— Q.G. (Salvador) — cap. Gestsemani G. da Silva.

CEARA (Policia Militar)

— B.I. (Fortaleza) — 1.º ten. Antônio Nilson Rodrigues.

DISTRITO FEDERAL (Policia Militar)

— Q.G. (Rio de Janeiro, D.F.) — major Darcy Fontenelle Castro

— R.C. (Rio de Janeiro, D.F.) — ten. Manoel Apolinário Chaves.

— 6.º B.I. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Hélio Miranda Quaresma.

— Escola Técnica do E.B. — cel. pe. João Tenel de Camargo e Silva.

ESPÍRITO SANTO (Policia Militar)

— Q.G. (Vitória) — 1.º ten. Alfredo P. Barroca.

GOIAS (Policia Militar)

— Q.G. (Goiânia) — 2.º ten. Brasil Coury

MARANHAO (Fôrça Policial)

— Q.G. (São Luiz) — major Arlindo Faray.

MATO GROSSO (Policia Militar)

— Q.G. (Cuiabá) — ten. cel. Gonçalo Romão de Figueiredo.

— 2.º B.C. (Campo Grande) — ten. cel. Hermenegildo T. do Nascimento.

PARA (Policia Militar)

— Q.G. (Belém) — cap. Walter Moreira Cals.

PARAÍBA (Policia Militar)

— Q.G. (João Pessoa) — 1.º ten. Francisco de Assis Veloso.

PARANÁ (Policia Militar)

— Q.G. (Curitiba) — Cap. Washington Moura Brasil.

— Guarda Noturna (Curitiba) — sr. Floriano José da Costa.

PERNAMBUCO (Policia Militar)

— Q.G. (Recife) — cap. João Rodrigues Pereira.

PIAUI (Policia Militar)

— Q.G. (Teresina) — cap. Santiago Vasques Filho.

RIO DE JANEIRO (Polícia Militar)

— Q.G. Capitão Walter Zulmiro Pereira de Castro

RIO GRANDE DO NORTE (Polícia Militar)

— Q.G. — cap. Antônio Morais Neto

RIO GRANDE DO SUL (Brigada Militar)

— Q.G. (Porto Alegre) — 2.º ten. Ernani Pereira de Aquino.

— 4.º B.C. (Pelotas) — cap. Renato Moro Ramos

— 1.º B.C. (Santa Maria) — ten. Pedro Celeny S. Piress Garcia.

— 2.º R.C. (Livramento) — 2.º ten. Carlos Cravo Rodrigues.

— B.G. (Rio Grande) — 2.º ten. João Matos de Araujo.

— 3.º B.C. (Passo Fundo) — Asp. Armando Chaves Credideu.

SANTA CATARINA (Polícia Militar)

— Q.G. (Florianópolis) — 2.º ten. Manoel Gomes

SÃO PAULO (Força Pública)

— Q.G. (Capital) — Cap. Felix B. Morgado.

— C.F.A. (Capital) — 1.º ten. Osvaldo Hildebrand.

— B.G. (Capital) — 2.º ten. Paulo Ribeiro.

— 2.º B.C. (Capita) 1.º ten. Ricardo Gonçalves Garcia.

— R.C. (Capital) — 1.º ten. Plínio Desbrousses Monteiro.

— C.B. (Capital) — 1.º ten. Samuel Rubens Armond

— 3.º B.C. (Ribeirão Preto) 1.º ten. Odilon Spinola Neto.

— 1.º B.C. (Capital) — 2.º ten. Almir Ribeiro Gomes

— B.P. (Capital) — 1.º ten. Antônio Silva.

— 4.º B.C. (Bauru) — 2.º ten. Alaôr de Souza Campos

— 5.º B.C. (Taubaté) — 2.º ten. Mário Ferreira

— 6.º B.C. (Santos) — 1.º ten. Aldo Campanhã.

— 7.º B.C. (Sorocaba) — ten. Alvaro Parreiras

— 8.º B.C. (Campinas) — 1.º ten. Osvaldo Teixeira Pinto.

— S.M.B. (Capital) — cap. Olívio Franco Marcondes.

— S.E. (Capital) — cap. Augusto de Abreu.

— S.I. (Capital) — cap. Benedito da Silva Matos.

— S.F. (Capital) — 1.º ten. Arl José Mercadante.

— S.Subs. (Capital) — ten. Tiago Vilaverde Prior.

— E.E.F. (Capital) — 1.º ten. Ademar Ferreira.

— S.T.M. (Capital) — 1.º ten. Jalmar Carvalho Costa

— S.S. - H.M. (Capital) — 1.º ten. Irani Paraná do Brasil

— 1.ª Cia. Ind. (Mogi das Cruzes) — 1.º ten. Alfredo P.P. Neves

— 2.ª Cia. Ind. (S. Jossé do Rio Preto) — 2.º ten. José Ribeiro de Godof.

— 3.ª Cia. Ind. (Presidente Prudente) — cap. Divo Barsotti

— 4.ª Cia. Ind. (Araraquara) — cap. Antônio Augusto de Souza Filho.

— 1.ª C.I.B. (Santos) — cap. José Limongi França

— Rádio Patrulha (Capital) — sr. Epaminondas Caldas Camargo.

SERGIPE (Polícia Militar)

— Q.G. (Aracaju) — 2.º ten. José Félix da Silva

Além dos supra mencionados, mantemos agentes em tôdas as cidades do interior do Estado de São Paulo e ainda em numerosas outras cidades do Brasil.



115.º ANIVERSÁRIO DA BRIGADA MILITAR

Hoje que já rolaram cento e quinze anos pelas páginas cintilantes da nossa História, mais de um século, portanto, a serviço da modelagem dos nossos sentimentos, é muito grato e bastante honroso para nós, soldados do Rio Grande, contemplarmos êsse “Monumento de tradições e de glórias”, que se ergue e se agiganta, aos nossos olhos, numa afirmação pujante, sublime e dignificadora, de que soubemos manter, honrar, defender e engrandecer o patrimônio sagrado que nos foi confiado.

Realmente, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, é um “Monumento de tradições e de glórias”!

Para atestá-lo, aí está a sua História no que há de mais belo, mais edificante e mais glorioso.

Aí estão os seus feitos, os seus lauréis, os seus relevantíssimos serviços. Aí estão os seus cento e quinze anos de integral devotamento ao Rio Grande e ao Brasil.

História tôda ela escrita com o patriotismo, com o desprendimento, com a abnegação e com a heroísmo dos bravos soldados do Rio Grande.

É o relato magnífico de lances esplendorosos que se desatam pelas esmeraldinas coxilhas riograndenses, pelas riasonhas parágens brasileiras, — por todos os quadrantes da Pátria grande e invencível.

São páginas emocionantes que foram escritas com a lança e o sangue dos soldados riograndenses.

É, enfim, a História do Rio Grande do Sul — A História da Brigada Militar, que se irmanam e se confun-

BAHIA

O governador do Estado sancionou a lei fixando o efetivo da P.M. em 3 coroneis, 10 tenentes coroneis, 13 maiores, 43 capitães, 47 primeiros tenentes, 35 segundos tenentes, 90 alunos, 39 subtenentes, 8 primeiros sargentos, 157 segundos sargentos, 370 cabos e 40 soldados, corneteiros e 1931 soldados.

A lei em aprêço faculta ao governador comissionar no posto de coronel a oficial de patente inferior, para comandar a Polícia Militar.

RIO GRANDE DO SUL

A Brigada Militar, comemorando a grata efeméride que assinala o 115.º aniversário da sua fundação, fêz desenvolver, de 16 a 18 de novembro, um bem organizado programa de natureza cívica, social, desportiva e recreativa.

O cel. Venâncio Baptista, comandante geral da co-irmã sulina, dirigindo-se aos seus comandados naquela data, assim se expressou:

dem pelo mesmo sentimento de brasilidade.

O 18 de novembro de 1837, foi o marco assinalante do madrugar da Brigada Militar para o serviço da terra gaúcha e da Pátria estremecida.

Foi o início de uma longa existência tóda ela consagrada ao que existe de mais alto, mais nobre e mais puro.

Nas planuras e coxilhas da nossa gleba, vigilante, destemerosa e áltiva, esteve sempre pronta a defender a autoridade e a ordem; as instituições e a integridade da Nação, intervindo, em todos os prélios, em tódas as contendias, em tódas as lutas, muitas vêzes, ombro a ombro com o glorioso Exército Nacional, com o qual se irmanou, na tragédia, nas angústias e nas dôres, dos campos da luta, num batismo sagrado de sangue e de amor pela terra imensa e gloriosa do Brasil.

Inúmeras vêzes, ao chamamento da Pátria idolatrada, entrou por distâncias e enfrentou hostilidades, para estar presente, onde à reclamavam uma Nação e um Povo para defesa da Ordem e imposição do Direito.

Quando no crisol de lutas fratricidas, homens se batiam pelo Dever de um Ideal, a Brigada Militar lutava e pelejava — pelo IDEAL DO DEVER!

A Brigada gaúcha jamais mediu sacrifícios em se tratando da defesa do Rio Grande e dos superiores interesses do Brasil.

Nunca, entretanto, soube ela solicitar vantagens nem pleitear recompensas; nunca, porém, se desviou da senda alcantilada do Dever.

Outra coisa jamais almejou senão o engrandecimento do Rio Grande e maior glória do Brasil, bem como a eternidade da sua Bandeira, cujas côres e cuja

história sempre defendeu mesmo com sacrifício da vida de seus soldados.

Eis, o que foi a Brigada Militar; o que ela é; o que ela será sempre — Uma guardiã da Ordem, uma sentinela da Lei, um repositório de glórias!

E a Brigada não mudou. Mantém-se fiel ao seu passado de dignidade e de honra.

Nunca trairá a confiança do generoso povo gaúcho. Jamais maculará a memória dos seus mortos, que tombaram amortalhados na honra do dever.

Na hora sombria que passa. Nos dias tumultuosos e incertos em que vivemos, quando uma civilização cambaleia e luta para não se amortalar no materialismo, a Brigada Militar continua vigilante e pronta para a defesa intransigente das instituições que nos regem.

Quando o materialismo embota a alma, calcina o coração de tantos homens e procura atingir os alicerces das instituições, é bastante consoladora saber-se que ainda se pode confiar no espírito de fraternidade dos nossos soldados, que aninham nos corações bem formados a certeza da eternidade da nossa civilização e da nossa Pátria imortal.

Mais de um século passou.

O áspero rolar dos anos não tirou lascas do esmalte da estirpe.

A estrutura ainda é a mesma. A linhagem não mudou.

Hoje, a Brigada Militar, mais do que nunca, conscia dos seus deveres, impelida pela fôrça e nobreza do seu passado, marcha para o futuro, na certeza inabalável do seu alto e luminoso destino.

Montai-lhe guarda, ungidos de fé e de amor, soldados do Rio Grande! Montai-lhe guarda com todo o devotamento para que a sua grandeza e a sua glória não pereçam nunca.

V PRELIMINAR DA "SÃO SILVESTRE"

A "Gazeta Esportiva", brilhante matutino especializado desta capital, e justo orgulho da imprensa nacional, vem se projetando, cada ano que passa, no cenário desportivo mundial.

Fazendo realizar provas preliminares nos Estados e Territórios, a fim de seleccionar os valores que representassem todas as unidades da Federação na monumental "São Silvestre" (de que damos notícias em outro local),

concepção do inesquecível Casper Líbero, vamos encontrar os departamentos daquele matutino em plena atividade, em todo o território pátrio.

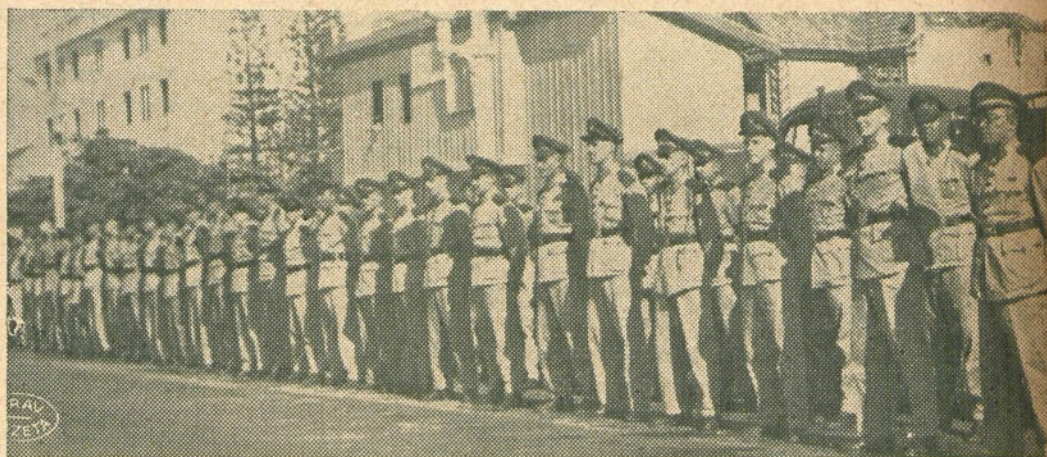
"Militia", que de há muito vem recebendo gentilezas daquela magnífica e vitoriosa organização, através da cessão de fatos e clichês, mais uma vez vem trazer aos seus leitores, agora em "Notícias das Co-irmãs", o noticiário da São Silvestre, especialmente no que respeita às Polícias Militares.



(1) — AMAZONAS

Venceu a preliminar amazonense o atleta Manuel Teixeira Lustosa. A prova teve o apôio do govêrno estadual, que ofereceu um prêmio ao vencedor. O clichê nos mostra o atleta vitorioso,

ao lado do ten. cel. da P.M. ajuricabana, Carlos Palma Lima (que representou o governador do Estado), bem como autoridades esportivas daquela unidade da Federação.



(2) — DISTRITO FEDERAL

Para maior felicidade deste noticiário, transcrevemos a nota que o próprio

“Mais completo” de 13-12-52 publicou: — “Na sua organização e controle,



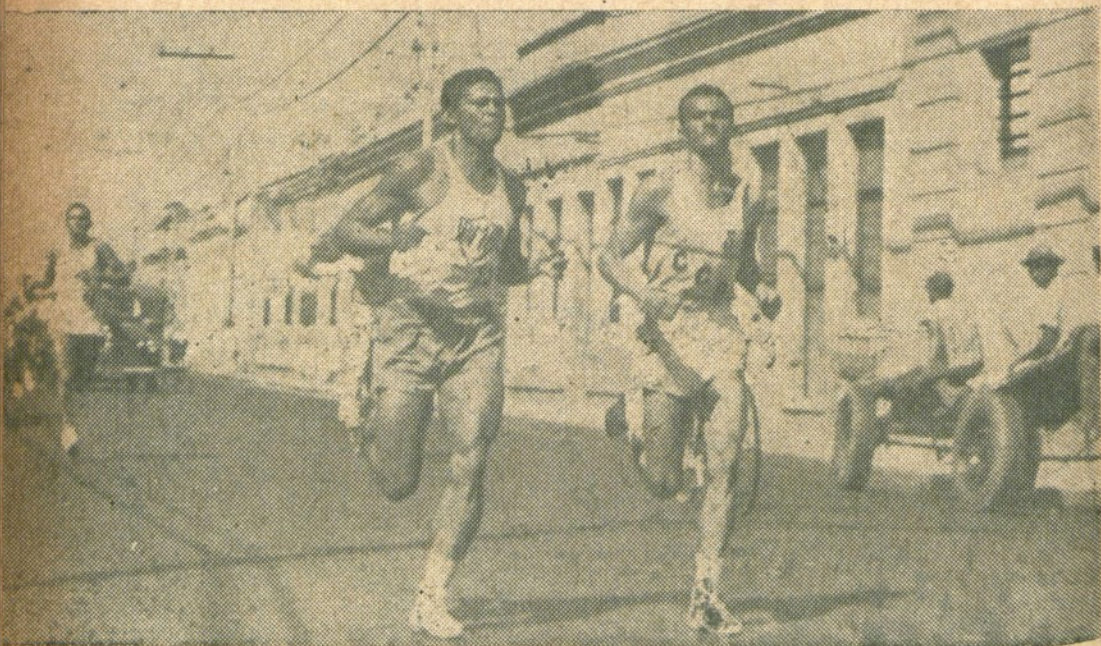
(3) DISTRITO FEDERAL

a V preliminar Carioca da São Silvestre ofereceu desenrolar normal. Para isto, contribuíram de modo brilhante a Escola de Educação Física do Exército e a Polícia Militar do Distrito Federal. Esta última corporação esteve presente com seis oficiais e 60 homens do curso de Cabos, comandados pelo tenente Heitor de Abreu Soares, prestando valiosa e eficiente colaboração. Graças a êste apôio, foi que a direção da rústica conseguiu que a prova alcançasse pleno êxito.

É, portanto, com justiça e satisfação que fazemos êste registro, apresentando acima os soldados da Polícia Militar que colaboraram na corrida de domingo”.

(3) — DISTRITO FEDERAL

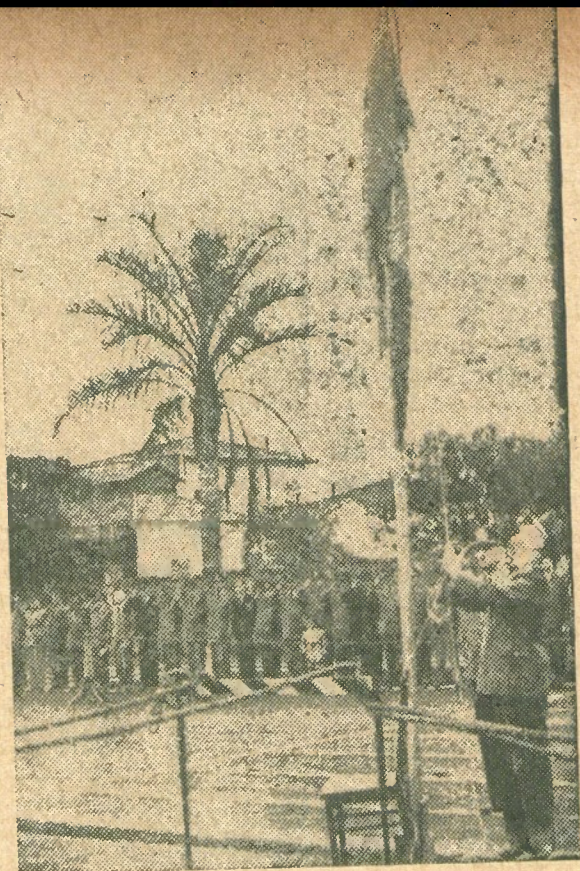
O Departamento de Esportes da Marinha, atuando destacadamente, conseguiu colocar 4 atletas entre os 10 primeiros classificados, dos 12 que tomaram parte na prova e que são vistos no clichê, ao lado do seu treinador, sargento Paulo.



(4) — PERNAMBUCO

Foi disputadíssima a preliminar pernambucana. A Polícia Militar, apresentando uma selecionada equipe de fundistas, conseguiu colocar 4 atletas entre os 10 primeiros classificados, inclusive um honroso 2.º lugar, conquistado

pelo sd. Estácio Ulisses dos Santos. No clichê vemos o vencedor, Manuel Nunes da Silva, quando, distanciado dos demais concorrentes, dava combate a outro elemento da P.M. pernambucana, o sd. José Correia.



Dando início às solenidades, o cel. Zerbini hastela o Pavilhão Nacional.

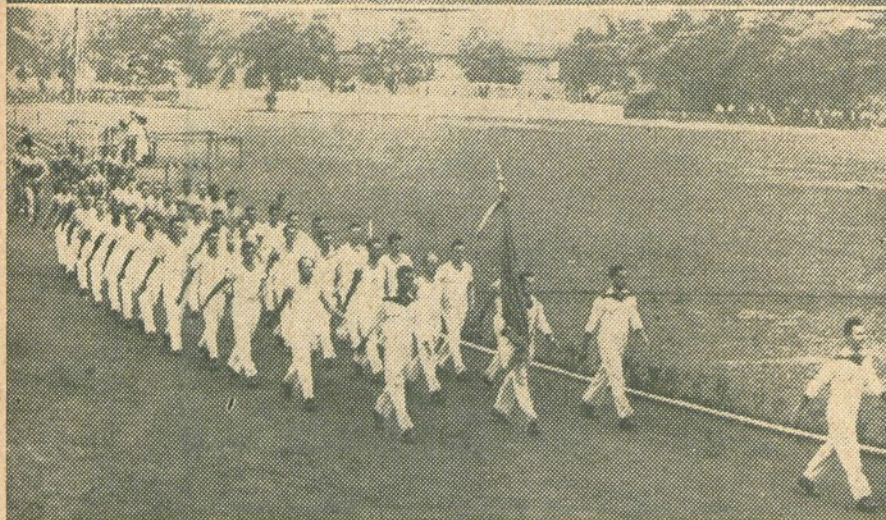
Jogos Desportivos de 1952

Sob a supervisão da Diretoria Geral de Instrução, o Departamento Técnico da nossa Escola de Educação Física levou a efeito, na primeira quinzena de novembro último, os "Jogos Desportivos" de 1952. Contando com a presença de equipes representativas de todas as unidades, desenrolaram-se as competições de forma plenamente satisfatória, quer quanto ao entusiasmo, quer quanto aos resultados alcançados nas disputas de atletismo, esgrima, lutas, bola ao cesto, tiro, futebol de quadra, natação e voleibol.

Alcançando 154,5 pontos, no resultado geral dos jogos, o Batalhão de Guardas obteve a primeira colocação; o 2.º lugar coube ao Corpo de Bombeiros, com 94 pontos, colocando-se, a seguir, o Regimento de Cavalaria, o Batalhão Policial, o 6.º Batalhão de Caçadores, o 2.º Batalhão de Caçadores, etc.

Classificaram-se em primeiro lugar, nas diversas modalidades desportivas, os seguintes oficiais e praças:

ATLETISMO — 100 ms. rasos - oficiais: - Ten. João Bidin, do C.B.;



Ao alto: — O cel. Zerbini assiste, em companhia de grande número de oficiais, ao desfile dos atletas. Ao centro: Desfile dos participantes do certame. Em baixo: Os atletas prestam continência às autoridades presentes.

400 ms. rasos - praças: - Aparício P. da Costa; 800 ms. rasos - oficiais: - ten. José de Almeida Santos, do B.G.; 1.500 ms. rasos - praças: - João da Silva, do 5.º B.C.; 5.000 ms. rasos - praças: — João da Silva, do 5.º B.C.;

Arremesso de granadas - praças: — Manoel Pereira da Silva, do Q.G.; Arremesso de peso - oficiais: - ten. Wilson Rodrigues de Albuquerque, do B.P.; Arremesso do disco - oficiais: - ten. Roberto S. Carvalho, do 6.º B.C.;

Arremesso do dardo - oficiais: - ten. Jorge Paes Leme, do 7.º B.C.; *Salto em altura* - oficiais: - ten. Aldo Campanhã, do 2.º B.C.; *Salto em distância* - oficiais: - ten. Roberto S. Carvalho, do 6.º B.C.

NATAÇÃO — 100 ms. rasos - praças: - Eronides A. de Araujo, do Corpo de Bombeiros; 200 ms. rasos - praças: - Erasmo Guedes, da 1.ª Cia. Independente.

TORNEIO DE LUTAS — *Sargentos* - Classe "A" - sgt. Mário J. V. Filho, do 3.º B.C.; classe "B" - sgt.

José Batista de Paula, do C.B.; *cabos e soldados*: - sd. Marcionílio dos Santos, do 2.º B.C.

ESGRIMA DE SALÃO — *Florete* - oficiais: - cap. Adérito Augusto Ramos, do R.C. - *Espada* - oficiais: - cap. Antonio de Araujo, do B.G. - *Sabre* - oficiais: - cap. Antonio Araujo, do B.G.

Encerrando com brilhantismo as atividades desportivas da Fôrça Pública em 1952, muito contribuiu êsse campeonato para o incremento do espírito esportivo da grande família policial-militar de São Paulo.

Se você deseja obter qualquer das fotos insertas nesta revista, procure:

FOTO

"DUQUE DE CAXIAS"

Especialista em reportagens fotográficas militares, policiais e esportivas.

Rua Libero Badaró, 651 — 2.º andar — São Paulo



Algumas pessoas consideram o louvor ao mèrito alheio como lesivo ao mèrito próprio. É preciso que o mèrito próprio seja muito frágil para que o abale a ação reflexa do mèrito alheio.

D. ALBERTO BRAMÃO

1.º TORNEIO DE

FUTEBOL DE QUADRA

Ten. Antônio Silva

Encerrou-se a 10 de novembro o 1.º torneio de futebol de quadra realizado na Fôrça Pública.

Os oficiais do Batalhão Policial conseguiram, após renhida disputa, levantar o título de Campeão absoluto do 1.º torneio de Futebol de Quadra.

Coube ao Corpo de Bombeiros a vitória no círculo de Sargentos.

O B.P. e o C.B. tiveram a glória de conquistar dois troféus que são os primeiros distribuídos na Fôrça, nessa modalidade esportiva.

O resultado foi o seguinte:

Círculo de Oficiais

1.º — B.P.

2.º — C.B.

Círculo de Sargentos

1.º — C.B.

2.º — E.E.F.

Descrevemos sucintamente o Futebol de Quadra, para conhecimento dos leitores:—

Como campo é utilizada a quadra oficial de bola ao cesto. Em torno da quadra, a um metro das linhas limitrofes, há um muro de tijolo com um metro de altura. Esse muro é utilizado no jôgo de tabela, pois a bola que bate na parede continua em jôgo.

As metas são semelhantes às do futebol. O travessão superior mede 2,50m. e os dois postes 1,50m. de altura.

A bola é a mesma do futebol e os jogadores são em número de 6, com 2 reservas para substituição.

Obrigatòriamente os jogadores usam camiseta numerada, calção e quedes ou tênis.

A partida tem a duração de 60 minutos, 30 x 30, com intervalo de 5 minutos, para descanso.

Uma particularidade é que não há impedimento, em hipótese alguma.

Sòmente é válido o goal marcado além da linha média do campo, a não ser que a bola toque em algum jogador colocado dentro do campo adversário.

O Futebol de Quadra nasceu no quartel do 3.º B.C., em Ribeirão Preto. O cap. Lourenço Roberto Valentim de Nucci, instrutor de educação física, desejando proporcionar aos seus instruendos, a prática de futebol no interior do quartel, adaptou as regras de futebol, tornando possível a sua prática no recinto de um ginásio ou quadra de bola ao cesto.



Os tens. Capeleti, Jatir, Hélio, Mendes, Altino, Fonseca e Foresti, sob a orientação técnica do ten. Silva, sagraram-se campeões absolutos

O futebol de quadra difere bastante do conhecido futebol de salão.

A diferença essencial, entretanto, repousa na bola. O futebol de salão, divulgado pela A.C.M., utiliza bola de couro com enchimento de cortiça com 51 centímetros de circunferência.

A bola utilizada no futebol de quadra é de câmara, jogo mais atraente e mais ao sabor de nós brasileiros, que gostamos de desenvolver nos-

sa velocidade e ligeireza e ainda aplicar alguns dribles.

Foi tão franca a aceitação desta nova modalidade esportiva, que alguns instrutores de educação física receiam que, dentro de alguns anos os nossos jovens abandonem definitivamente a prática de bola ao cesto e voleibol para se dedicarem exclusivamente a este rebento do futebol, esporte que fascina as massas no Brasil.



1 PACOTE DE 400 GRAMAS

CUSTA MENOS

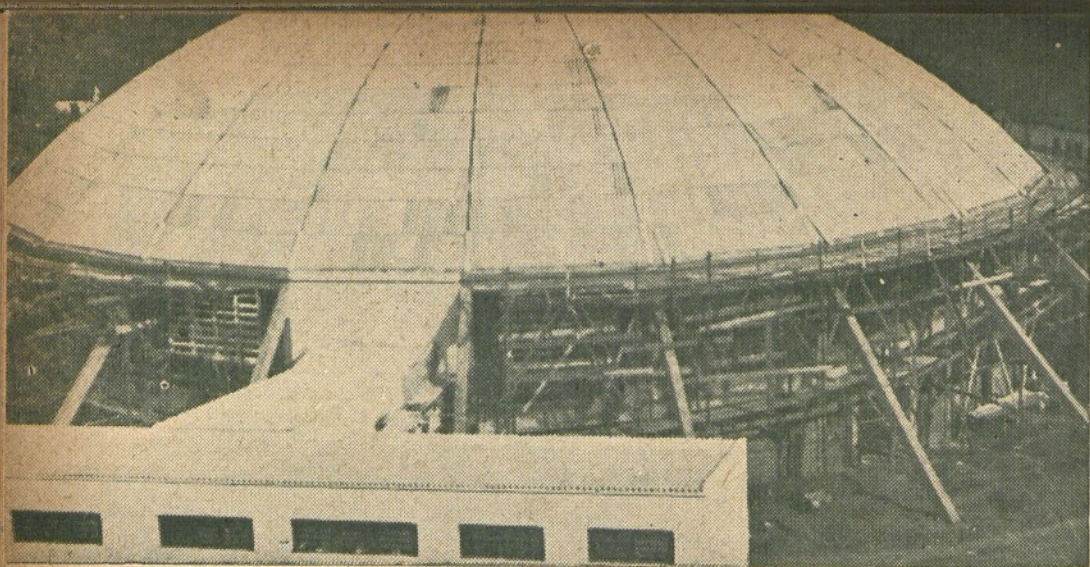
DO QUE 2 DE 200 GRAMAS!

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYEA

MARCAS REGISTRADAS

TRIANGULO



UM MONUMENTO AO ESPORTE

Já se tornou um verdadeiro acontecimento desportivo, não só em São Paulo como em todo o Brasil, a realização anual dos "Jogos Abertos do Interior". A idéia, que nasceu do entusiasmo de um grupo de esportistas da pequena cidade de Monte Alto, desenvolveu-se, a partir de 1936, até alcançar a situação invejável que hoje desfruta no cenário desportivo nacional.

E tantas atenções vêm recebendo, que realizações outras, conseqüentes, têm surgido para o maior engrandecimento do esporte em nossa terra.

Assim, bem cabe citar, como exemplo, o Estádio Municipal de Ribeirão Preto.

Foi aquela cidade, neste ano, escolhida para servir como sede dos "Jogos Abertos". A verdade, porém, é que não estava em condições, pela deficiência de suas instalações desportivas, de proporcionar, nesse terreno, uma recepção condigna aos atletas interiores.

Então, numa eloqüente demonstração de operosidade, o ten. cel. Alfredo Condeixa Filho, oficial da nossa Força Pública e prefeito daquele município, resolveu construir o Ginásio Municipal. Obra grandiosa, tinha pela frente não só as dificuldades da realização técnica, como também a exiguidade do tempo que a separava do início das competições.

Mais pôde, porém, o esforço, a dedicação e a capacidade realizadora dos que a idealizaram. E em tempo recorde, eis inaugurado, a 4 de outubro, o Estádio Municipal que, possuindo o maior vigamento de madeira da América do Sul, conta com tribuna de honra e de imprensa, serviço telefônico interno, alto falante, e instalações elétricas conforme as últimas conquistas da técnica.

O clichê acima bem revela a grandiosidade da obra (ainda em fase de construção), que teve, no eng. Nelson Nóbrega, o seu responsável.

TORNEIO ESGRIMÍSTICO



Realizou-se, no dia 3 de dezembro do ano transato, no estádio da nossa Escola de Educação Física, um intercâmbio esgrimístico, em que tomaram parte: o mestre uruguaio cap. Cabellero, do Centro Militar de Montevideú, Walter de Paula, Estevão Molnar, renomados esgrimistas de São Paulo, e os mestres de arma da nossa Corporação.

Sobejamente conhecido por seu amor à esgrima, por sua técnica aprimorada e por suas qualidades cavalheirescas, aqui já ambientado e com um círculo de amizade, pôde o mestre amigo, mais uma vez, apresentar suas virtudes desportivas, em *assaltos demonstração*, ao bom número de aficionados do desporto fidalgo, que ali compareceu.

Walter de Paula e Estevão Molnar, conhecidos atiradores paulistas, componentes, já por duas vezes, de nossa representação olímpica, esgrimiram com entusiasmo e boa escola, profundos conhecedores que são de suas especialidades. Os mestres da Fôrça Pública, comandados por seu instrutor chefe, ten. Bianco, realizaram com os visitantes assaltos interessantes e bastante proveitosos, na sã camaradagem que sempre deve irmanar os verdadeiros desportistas. Todos se apresentaram bem, e a Escola de Educação Física, por sua secção de Esgrima, muito lucrôu com êsse intercâmbio.

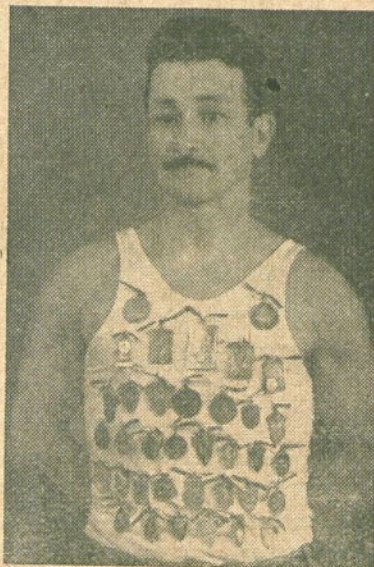
Os liames de amizade, tão tradicionais entre os nossos atletas e o mundo civil, foram solidificados com essa agradável visita.

Deixou o serviço ativo o Sargento Eliud Queiroz Fonseca

A Escola de Educação Física, por seu comandante, oficiais, sargentos e praças, vem de prestar justa homenagem a mais um desportista de escola que deixa o serviço ativo da Milícia de Rafael Tobias de Aguiar — o sargento Eliud Queiroz Fonseca. Dessa homenagem constou a oferta, em ato singelo e significativo, de dois mimos — *“como lembrança amiga, traduzindo a afeição e a amizade perene que ficarão no coração dos que o estimam”* — e a consignação de uma nota no boletim daquele estabelecimento, de que apresentamos êste trecho:

“A exemplo de outros, deixa êste leal camarada uma grande lacuna nesta Escola, onde, por quase 20 anos, demonstrou o mais alto espírito do cumprimento do dever, pela disciplina, pelo seu trabalho, pelo seu amor à Fôrça Pública. Como desportista representou bem sua Corporação quando foi preciso sua participação.

“Competiu sempre para vencer, sabendo também ser derrotado, dentro dos princípios cavalheirescos do desporto. Possuidor de uma resistência física invejável, foi ardoroso adepto da prática desportiva, praticando-a apaixonadamente mesmo em seus últimos dias de caserna. Como soldado, constituiu-se



Sargento ELIUD

num exemplo a ser imitado por seus camaradas, pela sua dedicação ao serviço policial-militar e seu alto espírito de disciplina e camaradagem, conforme é atestado em seus assentamentos com freqüência.

“Sua reforma é um prêmio e um descanso merecido pela longa jornada através de cinco lustros de esforço denodado com que pontilhou sua vida na Fôrça Pública”.



REGULAMENTO

Nossos torneios compreenderão os trabalhos publicados em três números de "MILITIA".

Cada trabalho decifrado valerá um ponto.

São aceitas charadas antigas, novíssimas, casais, auxiliares e sincopadas.

São também aceitos problemas de palavras cruzadas, logogrifos em prosa e verso e enigmas charadísticos, figurados e pitorescos.

Os trabalhos enviados deverão ser organizados pelo "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", de Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, "Breviário do Charadista" e "Dicionário de Sinônimos" de Silvio Alves.

Em cada torneio serão conferidos os seguintes prêmios: ao 1.º classificado, um dicionário dos adotados na secção; aos que decifrarem mais de 50% dos problemas, uma obra literária mediante sortelo.

O prazo para a remessa das soluções será de 60 dias, contados do último dia do mês a que se refere a revista.

Toda colaboração referente a esta secção deverá ser dirigida à redacção de "MILITIA" e endereçada a "Aesse".

1.º TORNEIO DE 1953

Janeiro - fevereiro - março

ENIGMA

- 1 — Eu tenho a prima. A final
Não é aqui nem ali.
E notarás que o total
É uma bola para ti.

P. Q. NINO

CHARADA ANTIGA

- 2 — Apenas cheguei aqui - 1
Eu que era muito sadio, - 1
Transformei-me logo, logo
Em um homem doente.

C. BENTO

CHARADAS NOVISSIMAS

- 3 — Após a comida, a sobremesa - 1-2
Z. B. D. U
- 4 — E' obscuro, tanto quanto o pensamento da criatura humana - 1-1
P. Q. NINO
- 5 — Não se deve dar a arma branca ao "chinês" brigão - 3-1
C. BENTO
- 6 — A residência é questão embaraçada e coisa obscura 2-2
ENRIC e BEZERRA
- 7 — A confiança da nota musical deprecionou o camponês - 1-1
ENRIC e BEZERRA
- 8 — Vai à toca riscar seu catálogo, o redator de jornal - 2-2
ENRIC e BEZERRA
- 9 — A perversa entrou na toca para esconder-se do grupo de saltadores - 1-2.
SILVOSKI

CHARADAS SINCOPADAS

- 10 — O hóspede inesperado deixou minha mulher com dor de cabeça - 3-2.
P. REGO
- 11 — Muita atenção com a pessoa doente - 3-2.
C. BENTO

12 — O aparelho foi usado por minha irmã - 3-2.

ENRIC e BEZERRA

CHARADAS CASAIS

13 — Puz a flor na botoeira e dei início a uma aventura amorosa - 2.

C. BENTO

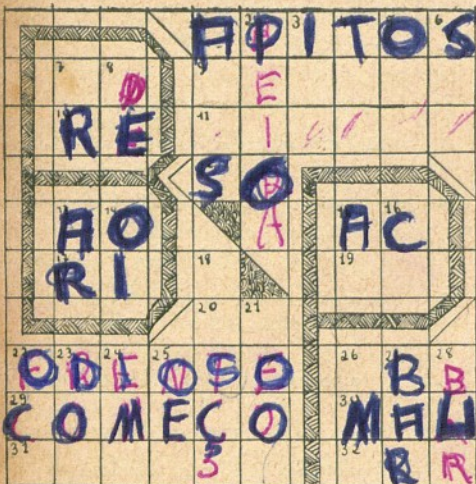
14 — Homem valente não vive em refúgio - 2.

SILVOSKI

15 — A ave da família dos ardeideos escondeu-se nas touceiras de capim - 2

JOSI

PALAVRAS CRUZADAS



Altino Magno

HORIZONTAIS: — 1 - Silvos; 7 - Forma arcaica do artigo o; 9 - Silicato de alumínio; 10 - Nota musical; 11 Aluir; 12 - Único; 13 - Contração; 15 - Antes de Cristo; 17 - Graceja; 19 - Tecido fino como escumilha; 20 - Fisionomia; 22 - Raivoso; 26 - Infício; 29 - Personagem de

Shakespeare (pl.); 30 - Epidemia; 31 - Delicada; 32 - Altar dos sacrifícios.

VERTICAIS: — 1 - Beiradas; 2 - Nome que se pretendia dar ao futebol; 3 - Raiva; 4 - Sinal gráfico; 5 - Folha de palma, na Índia portuguesa; 6 - Forma apocopada de Senhor; 7 - Preposição; 8 - Medida itinerária chinesa; 13 - Fisionomia; 14 - Interjeição que exprime espanto; 15 - Outra coisa; 16 - Símbolo do cobalto; 18 - Tratável (pl.); 22 - Dádiva; 23 - Pedra (inv.); 24 - Também não; 25 - Saudação; 26 - Aia; 27 - Balção onde se servem bebidas; 28 - Grei.

SOLUÇÃO DO NÚMERO 30

1 - Pevide; 2 - Mirrado; 3 - Ferula; 4 - Cabotino; 5 - Fênula; 6 - Rabí; 7 - Axila; 8 - Festo-a; 9 - Minuta-a; 10 - Posta-o; 11 - Manha-o; 12 - Sédulo-a; 13 - Vereda-veda; 14 - Alfama-alma; 15 - Cachada-cachá.

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais: — Infamia - Elo - Fa - Li - Amo - Til - Ma - Sá - Lar - Atilado.
Verticais: — Infamia - Fé - Ala - Mo - Atilado - Ama - Lis - Tal - Li - Ra.

PROBLEMA POLTRONA

Horizontais: — Fadada - Acatar - Selenita - Emanaram - Rememora.
Verticais: — Falam - Acene - Danam - Atiro - Datar - Arama - Ser - Eme.

DECIFRADORES DO NÚMERO 30

Alfeu, 11 pontos - José Rodrigues, 11 pontos - ZBDU, 11 pontos - P. Q. NINO, 10 pontos - C. Bento, 8 pontos.

CORRESPONDÊNCIA

Enric e Bezerra - Recebemos trabalhos e a inscrição. Obrigados.

Acesse

O dom de produzir e a faculdade criadora, se a tenho, foi a charada que a despertou em mim.

JOSÉ DE ALENCAR



— 1953 —

CALENDÁRIO ESPORTIVO DA FEDERAÇÃO PAULISTA DE TIRO AO ALVO

Janeiro - dia 25 - 1.a prova - "Cidade de São Paulo" - carabina - deitado - 60 tiros - 50 metros.

Fevereiro - dia 1 - Prova "Cel. Annibal de Andrade" - revólver cal. 32/38 - 30 tiros a 25 metros - alvo sulamericano.

— dia 8 - Início do II Torneio Interclubes do Interior - dia 8 - 1.a prova "Fôrças Armadas e Policiais" - revólver cal. 32/38 - 30 tiros a 25 metros - alvo internacional.

— dia 22 - Tiro rápido às silhuetas.

Março - dia 8 - 2.a Prova "Fôrças Armadas e Policiais" - Fuzil de Guerra - 3 x 10 - 200 metros.

Abril - dia 12 - Fuzil de Guerra - 3 x 20 - 300 metros.

— dia 10 a 13 - Taça "Rotary Internacional" - disputa a ser realizada no Rio de Janeiro.

— dia 26 - Prova "Cel. Ferraz da Silveira" - revólver cal. 32/38 - 30 tiros a 25 metros.

— dia 19 - 3.a Prova "Fôrças Armadas e Policiais" - revólver cal. 32/38 - 40 tiros a 50 metros sôbre alvo sulamericano.

Maiο - dia 10 - Prova "Federação Paulista" - encerramento do II Torneio

Interclubes do Interior - carabina cal. 22 - 60 tiros a 50 metros - deitado - Seleção do Interior x Seleção da Capital.

— dia 16 - Tiro rápido às silhuetas

— dia 17 - Carabina cal. 22 - posição "de joelho" - 40 tiros a 50 metros.

— dia 24 - Carabina cal. 22 - posição "em pé" - 40 tiros a 50 metros.

Junho - dia 7 - Troféu "BANDEIRANTES" - provas eliminatórias a serem realizadas no interior do Estado - carabina cal. 22 - posição deitada - 40 tiros a 50 metros.

— dia 14 - Prova "Maj. Sílvio de Magalhães Padilha" - tiro rápido às silhuetas.

— dia 21 - carabina cal. 22 - 3 x 20 - 50 metros.

Julho dia 5 - revólver cal. 32/38 - 60 tiros a 50 metros - alvo sulamericano.

— dia 12 - Troféu "Manuluva" - pistola livre - 60 tiros a 50 metros.

Agosto - Neste mês serão realizadas as provas do VIII Campeonato Paulista de Tiro ao Alvo, segunda disputa para a posse do troféu "Prof. LUCAS NOGUEIRA GARCEZ".

Setembro - dia 20 - prova "Irmãos Del Guerra" - carabina cal. 22 - 3 x 20 - 50 metros.

Outubro - Neste mês deverão ser realizadas as provas do Campeonato Brasileiro de Tiro ao Alvo, no Estado do Paraná, sob o patrocínio da Federação Paranaense de Tiro ao Alvo, provavelmente de 18 a 25.

Novembro - dia 22 - 4.a prova "Fôrças Armadas e Policiais" - revólver cal. 32/38 - 60 tiros a 50 metros - alvo sulamericano - equipes representativas "Militar-Policial" e "Federação Paulista".

— dia 29 - prova "Bandeira Nacional" - revólver ou pistola automática, cal. 22 - 60 tiros a 50 metros sobre alvo sulamericano - prova de encerramento do ano esportivo, havendo medalhas para os cinco atiradores primeiros colocados, em cada uma das categorias de "veteranos" - "sênior" - "júnior" - "Novos" - "senhoras".

Peça o Calendário detalhado à Federação: av. Ipiranga, 1058 - Fone 34-3871 - S. Paulo.



NOSSA CAPA

"O Regimento de Cavalaria nas ruas da Megalópolis", numa especial gentileza do nosso confrade TOROK, de "A Gazeta".

militia

Revista de assuntos técnicos, policiais,
militares e culturais em geral.

PROPRIEDADE DO CLUBE MILITAR DA FORÇA PÚBLICA
DE SÃO PAULO

Redação e Administração:

RUA ALFREDO MAIA N.º 106

Fones { externo 34-6488
 { interno 142

SÃO PAULO, S. P. ————— Brasil

ANO VI ————— Janeiro de 1953 ————— N.º 32

DIRETOR GERAL	cel. José Anchieta Torres
DIRETOR RESPONSÁVEL E	
REDATOR-CHEFE: —	cap. Milton Marques de Oliveira
SECRETARIO · —	1.º Ten. Paulo Monte Serrat F.º
GERENTE : —	cap. Francisco Vieira Fonseca
TESOUREIRO : —	cap. Manoel Pereira da Silva
REDADORES :	
— ten. cel. mons. Paulo A. Cavalheiro Freire	
— cap. Francisco Vieira Fonseca	
— cap. Bento Barros Ferraz	
— cap. Felix de Barros Morgado	
— 1.º ten. Paulo Monte Serrat Filho	
— 1.º ten. Miguel M. Sendin	
— 1.º ten. Ari J. Mercadante	
— 1.º ten. Hildebrando Chagas da Silva	

ILUSTRAÇÃO :

- cap. Félix Barros Morgado
- 2.º ten. Olavo Soares
- al. of. Iraí Vieira Catalano

FOTOGRAFIA :

- Ludovico Paraschin

ASSINATURAS :

Por 6 números Cr\$ 35,00

Número avulso Cr\$ 6,00

AOS COLABORADORES E LEITORES

- * A colaboração nesta revista é franca a todos; porém, não será possível a publicação de trabalhos político-partidários ou religioso-sectários, os quais não se enquadram em seu programa.
- * Toda a matéria deve ser datilografada com espaço duplo, num só lado do papel, não devendo ultrapassar doze páginas de papel almasso. Os desenhos e esquemas ilustrativos referentes aos trabalhos deverão ser feitos a nanquim, sobre cartolina ou papel branco forte.
- * Os originais não serão devolvidos, mesmo quando não publicados, nem mantemos correspondência sobre a sua publicação.
- * A Revista não assume responsabilidade por conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.

* Desejamos estabelecer permuta

* Deseamos establecer el cambio

* Desideriamo stabilire cambio

* On désire établir échange

* We wish to establish exchange

* Austausch erwünscht

**CONFIANÇA NÃO SE IMPÕE,
ADQUIRE-SE**

RECONDICIONAMENTO DE MOTORES A EXPLOÇÃO

GASOLINA

Retificação de Virabrequins, Cilindros, Válvulas, Sédés, Enchimento e Mandrilagem de Mancais e Bielas

DIESEL

Pistões - Pinos - Anéis - Camisas
Bronzinas - Válvulas - Séde
Mancais - Bielas

PRECISÃO



RAPIDEZ

Retificadora Universal de Motores Ltda.

R. Três Rios, 456 — Fone: 52-6660 — S. PAULO